

E D I T O R I A L

A Revista Três [...] Pontos é com certeza uma das principais revistas de publicação de artigos para a graduação. Sua capacidade de persistência, sua periodicidade e a qualidade dos artigos nela divulgados são exemplares, e talvez um parâmetro para diversas revistas que vêm tentando nascer nos últimos anos.

Em parte, no entanto, grande destaque que dão a ela não está em sua especificidade mas no que ela tem de universal, o cumprimento de todos os critérios desenvolvidos pelos principais indexadores e qualificadores científicos: submissão de artigos à arbitragem por pares, periodicidade semestral, presença de um belíssimo conselho editorial com grandes especialistas da área, compatibilidade com os critérios de formatação da ABNT.

Porém, justamente pelo que nos define - sermos um periódico de graduação - nos impede de sermos um periódico científico. Algo que nos deixa aquém de uma série de possibilidades, como um indexamento nos principais portais nacionais e internacionais, o acesso a recursos e editais de diversas agências de fomento e o próprio reconhecimento necessário para que nos mantenhamos motivados. Mas se há ônus, será também que não haveria uma série de possibilidades, consequências positivas dessa condição?

Recentemente foi publicado por neuro-cientistas um manifesto intitulado *slow-science*. Tal documento criticava a imensa produtividade exigida à ciência e aos cientistas, afim de um crescimento quantitativo em publicações, invenções, descobertas científicas e patentes. Os cientistas que assinaram este manifesto alegam não serem *blogueiros* ou *twiteiros*, que tais exigências não levam em conta o tempo para maturação da produção científica, considerando a imensa quantidade de erros necessários para que se chegue a alguma conclusão substantiva.

O crescimento destas exigências possui como instrumentos uma série de procedimentos, como a aprovação previa pela Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no Brasil, e de critérios de avaliação como a publicidade dos principais indexadores nacionais e internacionais, como o Scielo e o ISI, e a qualificação por sistemas como o Qualis da Capes. Esses critérios vêm para o bem e para o mal. Se eles permitem em grande parte a comunicação e a universalização do conhecimento científico, aumentando sua permeabilidade internacional, eles também nos colocam impedimentos quanto à profundidade da publicação a ser realizada.

Ainda, estes órgãos em grande parte não levam em conta a especificidade deste conhecimento. O CEP, como exemplo, para avaliação da ética das nossas pesquisas enquadrá-las como "pesquisa com seres humanos", utilizando para isso critérios que seriam pertinentes somente às ciências médicas. Uma grande quantidade de pesquisas vêm sendo rejeitadas com isso e uma outra grande quantidade de pesquisadores vêm se negando a submeter suas pesquisas a este órgão.

Ainda, o modelo de indexamento brasileiro com a distribuição gratuita de artigos pode ser visto como uma exceção à regra. A Jstor, talvez o maior indexador de artigos científicos, cobra US\$19,00 por acesso de artigo. O valor pode não ser um impecílio para instituições privadas de pesquisa, mas é impensável para pesquisas independentes ou com recursos escassos. Ainda, a obscuridade em que se aloja algumas dessas instituições promove casos como a recente denúncia de um faturamento de dezenas de milhões de dólares pelos diretores da Jstor.

Sem menos sofrimento as revistas também lutam para se adaptar a estes critérios. A Revista Teoria & Sociedade, por exemplo, possui qualidade inegável, porém por muito tempo o atraso de sua periodicidade a impediu de ser indexada nos principais meios de divulgação nacional. Para reverter este quadro, boa parte de seu tempo nos últimos anos foi gasto para se manter em dia sem acarretar, com isso, em danos na qualidade de sua publicação.

Em nosso caso, estamos fora de todo esse processo. Não é acessível a admissão a indexadores nacionais ou internacionais, a Qualis não nos reconhece, não é exigido ao nosso currículo a publicação em periódicos científicos e as nossas pesquisas não são submetidas ao CEP. Enfim, não somos cientistas e nada fará com que nos enquadremos como tal. Mas, o que nos define é uma característica positiva - somos, por opção, uma revista de graduação - e não uma falta ou uma infantilidade em relação a todo esse processo. Não nos submetendo à normatividade das instituições de pesquisa perdemos em recursos e em reconhecimento, mas ganhamos em possibilidades e afirmatividades.

Em 2008 foi publicada por alguns alunos da Ciências Sociais uma única edição da Revista Severina. A revista seguiu pouquíssimos desses critérios normativos e era muito pouco enquadrável entre científica e artística, objetiva ou afetiva, reacionária ou vanguardista: isso não a impediu de ser brilhante inteligente e propositiva.

Enfim, aonde queremos chegar. Se há qualidades na **Revista Três [...]Pontos**, estas não estão somente no enquadramento às normas internacionais de publicação de periódicos científicos. Para os propósitos da revista, estes podem às vezes serem deixados de lado, para que possam passar novas intensidades, para que possamos pensá-la em sua diferença afirmativa e não em seu grau de semelhança. Este é um grande desafio para o nosso Comitê Editorial, para os novos colaboradores e para futuros parceiros.

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE REDAÇÃO:

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 4188.
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@fafich.ufmg.br - www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos

EDITOR-EXECUTIVO:

Rogério Silva Júnior (Discente - UFMG)

EDITOR-ADJUNTO:

José Paulo Neto (Discente - UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)
Ana Luísa Pinheiro (Discente - UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)
Fernando Salum (Discente-UFMG)
Luisa Mesquita (Discente-UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Stephanie Reis (Discente - UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
Will Pena (Discente-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (Universtiy of Michigan/EUA)
Prof. Cícero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcel de Lima Santos (UFRN)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA / PNUD)
Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

COLABORADORES:

Helena Santos Assunção
Monique Vilela

PROJETO GRÁFICO: Arthur Senra

DIAGRAMAÇÃO: João Victor Viegas

CAPA: Thereza Nardelli

IMAGENS:

Raquel Versieux págs. 7, 9, 11, 12, 23, 24, 26, 28, 36, 37, 38

Matheus Ferreira págs. 16, 18, 21, 43, 45, 46, 47

Luiza Palhares pág. 35

REVISÃO: Ludmila Eliza Rocha Alves da Matta Fonseca

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

IMPRESSÃO: Gráfica O Lutador

TIRAGEM: 400 exemplares

Circulação: fevereiro de 2012

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciência Sociais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
- Ano 7, n.2 (jul 2010/ dez 2010). - Belo Horizonte: O Lutador, 2010 - .

V ; 30,5 cm. Semestral
Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/JFMG
ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III.Título

Sumário

5

**Ecos de federalismo:
centralização e federalismo no Brasil (1820-1841)**

Felipe Riccio Schiefler

15

**A experiência brasileira com ações afirmativas para negros:
controvérsias, origens e resultados**

Nathalia de Ávila Duarte

23

**Um carro a menos, um amigo a mais:
A carona como exemplo de sociabilidade**

Bruno Lucas Saliba de Paula e Eduardo Henrique Carvalho Ferreira

33

As crianças: produtoras de conhecimento

Raissa Menezes de Oliveira

41

**Democracia Deliberativa:
Algumas críticas feministas ao modelo de Habermas**

Julião Gonçalves Amaral

51

Entrevista Yannick Barthe

Luísa Reis de Castro

Ecossistemas de federalismo: centralização e federalismo no Brasil (1820-1841)

Felipe Riccio
Schiefler

8º período do curso
de Ciências Sociais
da UFMG

Palavras chave:
federalismo,
centralização,
descentralização,
Brasil Império.

Key words:
federalism,
centralization,
descentralization,
Brazil Empire.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo fazer uma discussão histórica sobre o federalismo no Brasil Império. Serão analisados diferentes momentos nos quais o tema da alocação do poder político e administrativo foram debatidos por diferentes grupos e em diferentes etapas da construção política brasileira, de 1810 até meados do século XIX.

ABSTRACT: This article aims to make a historical discussion on federalism in Brazil Empire. We will analyze different moments when the issue of allocation of political and administrative power were discussed by different groups and in different stages of political construction in Brazil from 1810 until the mid-nineteenth century.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as discussões em torno do conceito de federalismo no Brasil, em um período que se estende das Constituintes de Lisboa até o conhecido “regresso conservador”, que se iniciou em 1837 e se concretizou com a Lei de Interpretação do Ato Adicional, em 1840.

Para tal, serão selecionados episódios nos quais o debate se extremou e, assim, se enriqueceu, e em que os conceitos são apresentados e defendidos por cada uma das correntes, tendo em vista a forma de distribuição do poder no Império. Ou seja, foram selecionados a Constituinte de Lisboa, a Constituinte de 1823, o Ato Adicional de 1834 e o debate do regresso.

Buscar uma compreensão do federalismo desde os primórdios da organização do Estado brasileiro pode ser de grande valia para a melhor compreensão da trajetória do federalismo no país, no Império, na Primeira República e até mesmo nos dias atuais. O Império brasileiro foi palco de uma discussão acirrada entre os adeptos do federalismo e do centralismo e, através dessas discussões, para além desses dois conceitos, podem-se observar tradições do pensamento político brasileiro que têm influência sobre pensamento político brasileiro posterior. O federalismo e o centralismo, por exemplo, foram parte do programa dos dois principais partidos do Império – o partido conservador e o partido liberal –, traçando diferenças entre eles, sobretudo no período abordado no artigo.

Antes de se iniciar o estudo do caso brasileiro, o conceito moderno de federalismo – conforme se deu no Congresso da Filadélfia (1787), nos Estados Unidos – será apresentado. Ele servirá de base para a comparação com o caso brasileiro. Nesse exercício, o que se busca não é colocá-lo como o modelo ideal, mas, através das discrepâncias, entender me-

lhor como nossa tradição interpretou e adaptou o conceito para nossas realidades. Assim como propõe Bothe (1995), esse trabalho visa especificar as condições históricas para a adoção do Estado Federal, entendendo o federalismo como um conceito dinâmico. Mesmo que haja algumas “tendências comuns nas modernas nações industrializadas,” a formação do conceito não foi da mesma maneira no mundo todo e, nesse sentido, um panorama que trace sob quais condições o conceito se formou e como ele se consolidou junto a elas apresenta-se como obra de primeira importância.

O conceito de federalismo

A definição contemporânea de federalismo sugere uma forma de governo estruturada através da divisão do poder entre a União e os governos regionais. Assim, no

“Estado Federal não deve ocorrer um poder para regular todos os aspectos da atividade estatal, desde que o governo central surge legalmente limitado no exercício de algumas funções, ao passo que importantes esferas da atividade governamental são dirigidas às atividades locais”.
(BARACHO, 1986)

Os teóricos contemporâneos do federalismo – como Riker e Elazar – consideram que o Estado Federal tem acoplado a ele instituições para garanti-lo: um sistema partidário descentralizado, uma legislatura bicameral com uma forte câmara federal para representar as regiões componentes, uma Constituição escrita difícil de ser emendada, com uma Suprema Corte a qual cabe o papel de proteger a Constituição através da revisão judicial.¹

¹ Ver LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008. Trad. Roberto Franco.

Federalismo é, assim, um meio-termo entre um governo unitário e uma confederação. Este último caracterizado por um poder central fraco ou mesmo nulo, enquanto aquele se caracteriza por uma concentração de poderes no governo central (COSER, 2008).

Esta forma de se conceber federalismo tem início nos Estados Unidos a partir do Congresso da Filadélfia (1787). Foi nele que se discutiu a modificação dos chamados "Artigos da Confederação" que datam de dez anos antes. Até 1787, o termo federalismo expressava o que hoje se chamava de confederação, isto é, entidades soberanas que se reúnem, principalmente por motivo de defesa, em uma entidade maior. Este era o caso norte-americano de 1777, e também das Províncias dos Países Baixos no século dezoito (MELLO, 2004).

Entre os publicistas que defenderam a ratificação da nova Constituição Federal dos Estados Unidos nos artigos conhecidos como "O federalista", Hamilton propôs pontos que são interessantes de serem levantados, pois indicam bem a ideia de federalismo como o governo que visa ao fortalecimento da União, em detrimento da tênue aliança formada pelos "Artigos da Confederação". Para ele, um governo se caracteriza pela sua capacidade de baixar leis. Os males de uma aliança em casos defensivos ou ofensivos estariam, assim, em conformar uma situação na qual os estados poderiam ser alternadamente aliados e inimigos, problema que seria agravado a partir da influência de nações estrangeiras. Caso não houvesse uma penalidade pelo descumprimento das leis, estas não seriam mais do que recomendações. Em outras palavras, não se acreditava na possibilidade de se ter uma confederação que respeitasse o bem público. Este caráter inovador em relação às antigas confederações não escapou a Tocqueville (2008). Ele ressaltou que, quando a União cria um imposto, ela não se dirige ao Estado de Massachusetts, mas a cada cidadão de Massachusetts, ou seja, uma ordem emanada pela União não passa pelo crivo dos estados, ela vai direto ao cidadão. Tocqueville notou também que um Governo Federal não é necessariamente mais descentralizado do que um Governo Unitário em todos os seus aspectos. Ele expôs esse aspecto ao contrapor a república norte-americana à monarquia francesa, sendo a primeira mais centralizada.² Além disso, ele explicitou que na França, ao menos na teoria, havia treze províncias que tinham o direito de recusar um aumento de impostos, ou seja, a ordem emanada do governo central passava pelo crivo, como em um modelo confederativo. Por outro lado, toda a força do Judiciário nos Estados Unidos se pautava somente em um tribunal, a Corte Suprema. Estava aí o início de uma característica na configuração que passaria a ter o chamado Estado Federal: os juízes tinham o direito de declarar nulos os atos do Legislativo contrários à Constituição, ou seja, evitava-se que os representantes do povo terminassem por confundir sua vontade com a lei fundamental. A lei é superior a qualquer outro poder constituído.³

Por último, vale chamar a atenção para a utilização indiscriminada dos termos federa-

lismo e confederação. Mesmo Tocqueville, que percebera com perspicácia a inovação da engenharia institucional de 1787, utilizava ambos os termos para identificá-la por não conhecer um termo capaz de nomeá-la. No caso que será estudado a seguir, os termos federalismo e confederação serão utilizados pelas elites política do Brasil também de forma indiscriminada – em um primeiro momento não se compreendia a inovação advinda dos Estados Unidos, sendo o termo utilizado com o seu conteúdo antigo, isto é, o de confederação; e, depois, mesmo com a percepção da inovação, ele nem sempre fora aplicado com o mesmo conteúdo, significando aqui coisa distinta, focando-se, sobretudo, na ênfase na descentralização.

O federalismo brasileiro: antecedentes coloniais.

O período colonial brasileiro foi marcado por fraca presença metropolitana - tanto no plano político como no administrativo. Essa fraqueza tornava imprescindível que se recorresse ao poder privado. Isso deixou marcas profundas nas capitanias: frouxos laços se formaram entre elas, e um poder privado forte, assumiu um caráter oligárquico.

O poder do Vice-Rei era quase nominal – restrito a capital e algumas províncias subalternas –, deixando, assim, que as demais províncias tivessem relação direta com a metrópole (CARVALHO, 2005). Viotti da Costa (1999) observa, reiterando o que foi dito acima, que, às vésperas da Independência, várias províncias tinham laços mais fortes com a Europa do que entre si. Assim, observa-se que a ideia de Brasil, da construção de um grande Império nos trópicos, estava restrita à cabeça de "burocratas que lideraram o processo de independência", sobretudo àqueles formados em direito canônico na Universidade de Coimbra. Eram estes que buscavam uma continuidade entre a colônia e o novo país (CARVALHO, 2003).

Províncias como Pernambuco e o Rio Grande do Sul são bons exemplos de capitanias que tiveram uma formação demasiadamente autonomista e em que a tônica da descentralização aparece como uma importante força centrífuga na construção do Império. A primeira, após a expulsão dos holandeses em 1654, formou mesmo um imaginário político que favoreceu, em grande medida, sua posição autonomista e sua tentativa de independência separada no ciclo de 1817-1824, sendo ainda o local da última grande revolta do Império, em 1852. Este imaginário sustentava que "a custa de nosso sangue, vidas e fazendas" restituíra-se a capitania à dominação portuguesa. Assim, sem uma fundamentação histórica, alegava-se que o pacto político feito com a Coroa lhes isentava em matéria fiscal e lhes reservava empregos públicos (MELLO, 1997).

A segunda, ainda que mais dependente do mercado interno da colônia, também tinha prerrogativas autonomistas que se deixaram estampar na Revolta Farroupilha (1835-1845). Esta

¹ TOCQUEVILLE, Alexis. De la Démocratie en Amérique I. Editions Gallimard. France: 2008. "La France comptait treize cours souveraines, qui, le plus souvent, avaient le droit d'interpréter la loi sans appel. Elle possédait, de plus, certaines provinces appelées pays d'états, qui, après l'autorité souveraine, chargée de représenter la nation, avait ordonné la levée d'un impôt, pouvaient refuser leur concours."

L'Union n'a qu'un seul tribunal pour interpréter la loi comme une seule législature pour la faire: l'impôt vote par les représentants de la nation oblige tous les citoyens". (p.187).

³ Ver FIORAVANTI, Maurizio. Constitución: de la antigüedad a nuestros días.

revolta influenciou o liberalismo gaúcho por todo o Segundo Império, liberalismo que manteve com ela laços fortes, juntamente com a ideia de descentralização política – que favorecia o interesse dos estancieiros e já era pensamento entranhado na população devido à histórica autonomia que teve o território na sua formação colonial (DORATIOTO, 2008).

Em suma, o regime metropolitano – com seus recursos parcos e sem uma população condizente com a magnitude da sua empresa colonial – promoveu, em sua colônia americana, uma ação pragmática, na qual, para este artigo, importam, sobretudo, dois de seus pontos: a necessidade da aliança do Estado com a iniciativa privada, e a incorporação de brasileiros à burocracia colonial.

As constituintes de Lisboa

Mesmo antes da transmigração bragantina para a antiga colônia, D. Rodrigo de Souza Coutinho empregava o termo “pacto federativo” para indicar o reforço do papel dos domínios coloniais, isto é, o Brasil era visto como parte integrante do Reino e, na visão dele, a colônia mais importante de Portugal deveria ter certa autonomia, assim como uma província do Império português, sem que isso custasse o rompimento dos laços entre ambos (COSER, 2008).

Nas constituintes de Lisboa – que tiveram início em 1820 –, cada província enviou deputados para o Congresso de Portugal. Os deputados brasileiros chegaram com os debates já em andamento e eram minoritários. Soma-se a isso o fato de que não tiveram tempo para um contato anterior. Com uma tradição colonial na qual cada província não mantinha muito contato com as demais, era de se esperar que os anseios buscados pelos deputados brasileiros não estivessem em uníssono. Evaldo Cabral de Mello destaca que algumas elites locais buscaram recuperar a autonomia provincial tentando escapar, ao mesmo tempo, do jugo do Rio de Janeiro e de Lisboa.

Dentre as principais vertentes defendidas na Constituinte de Lisboa, Coser sintetiza três principais:

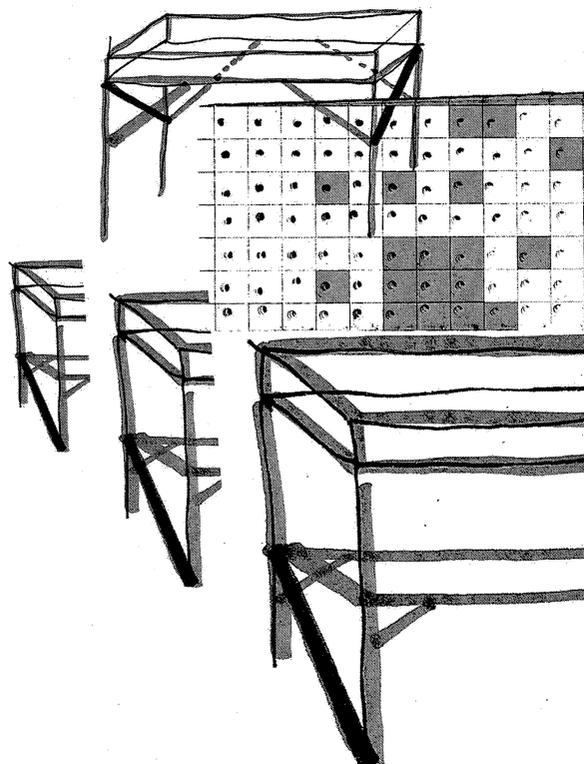
a) Grupo Integracionista: composto, sobretudo, por políticos portugueses, via uma impossibilidade de Portugal e Brasil de existirem sozinhos. O deputado Trigoso pregava que os dois Estados tinham um pacto firmado anteriormente a se unirem, e que Portugal e Brasil seriam formados por cidadãos portugueses em continentes diferentes. Este posicionamento de manter o status quo colonial impossibilitou uma união entre os liberais portugueses e brasileiros. As duas partes do Reino deveriam estar controladas pelo mesmo centro político.

b) Projeto paulista e fluminense: via especificidades entre Brasil e Portugal que seriam salvaguardadas, ou seja, requeria autonomia para o Reino do Brasil. Deveria haver uma substituição dos magistrados por autoridades locais, preposição defendida por Antonio Carlos de Andrada.

c) Projeto baiano e pernambucano: estes

deputados se posicionavam contrariamente à centralização no Rio de Janeiro, esta prevista na proposta dos paulistas e dos fluminenses, já que isto, para eles, “soava como um novo pacto colonial”. Buscava-se dar maior autonomia às províncias. Lino Coutinho, deputado eleito na Bahia, discursava que há tantos brasis quanto o número de províncias.

Acresce-se ainda um deputado que foi enviado pela capitania de São Paulo e que não tinha as mesmas ideias que os seus colegas de província, fato que o colocou em oposição a José Bonifácio. Suas ideias se aproximavam do grupo de deputados baianos e pernambucanos. Trata-se de Diogo Antonio Feijó, um padre secular, isto é, do segundo escalão da Igreja, que não passava por seminários, mas por exames, para ingressar na Ordem.⁴ Diante de uma platéia hostil, esse deputado propôs que, desde a instituição do Congresso de Portugal, este se dando anteriormente à organização da Constituição, cada província se governava independente e que, assim, a forma de convenção para a Constituição não deveria ser pela pluralidade de votos tomados coletivamente dos deputados, porém através dos votos de cada província. Isto é, a Constituição seria votada pelos deputados de cada província e, havendo concordância entre eles, daí sim poderia se formar um Estado. Em suma, a Constituição teria que passar pelo crivo das províncias. O pensamento de Feijó serviu como argumento para o período posterior, na Constituinte de 1823, na qual havia a ideia de que, após a ruptura política com Portugal, as províncias estariam livres para a discussão sobre a forma de distribuição de poder no Império.



⁴ Ver CALDEIRA, Jorge. In: Diogo Antonio Feijó. Ed. 34. É Paulo, 1999. Os padres seculares tinham um lugar secundário na hierarquia da carreira e mantinha os seus direitos civis.

Pernambuco e o debate na Constituinte de 1823.

Com a independência política brasileira, fechava-se a possibilidade de haver uma formação estatal nos moldes previstos pelo grupo integracionista. Desta forma, os anos de 1823 e 1824 aparecem como cruciais para a discussão entre centralizadores e federalistas.

Evaldo Cabral de Mello (2004) ressalta que o Rio de Janeiro tentou se arrogar da resolução sobre a questão fundamental da distribuição de poder no novo Estado. Para ele, havia uma contraposição entre o centralismo da corte e a proposta de um autogoverno provincial. Bahia e Pernambuco, através de suas economias, teriam condições de articular um projeto autonomista. Os anseios por províncias autônomas parecia não se restringir a essas duas províncias, ainda que não se possa dizer que se alastrava por todo o Brasil. No entanto – no período da Independência –, o federalismo pode ser apresentado como uma “sensibilidade política eminentemente pernambucana”, pois foi de lá que a proposta autonomista ecoou com maior força, chegando mesmo ao ponto de se separar do Império após a outorga da Constituição por D. Pedro I. A capitania, com o fim da possibilidade do Império luso-brasileiro, manteve uma polarização em torno dos dois projetos: o unitário e o federalista.

O federalismo pernambucano queria que a Constituição retornasse às províncias. Não quer dizer, como explicita Evaldo Mello, que o período revolucionário pernambucano (1817-1824) possa ser considerado separatista, mas que ele priorizava a liberdade provincial em detrimento da unidade do país. O federalismo da independência, se comparado com o que se deu no Congresso da Filadélfia (1787), assumia uma etimologia bastarda, ou seja, de transformar um Estado unitário preexistente em Estado Federal. Se nos Estados Unidos o termo federal se remete à construção, por aqui ele se associou a desconstrução.

O debate nas Constituintes de 1823 trouxe o federalismo para o centro das discussões. A forma defendida pelos federalistas na Constituinte de 1823 se assemelhava com o que pretendiam os pernambucanos. Eles defendiam que a Constituição, após sua elaboração, retornasse às províncias, ou seja, a soberania deveria residir nas províncias. Isso permite contrapor mais uma vez a noção que se tinha do federalismo aqui, na época da independência, e a noção moderna instituída nos Estados Unidos. O termo aqui se remetia ao que se entende hoje no vocabulário jurídico-político como confederação. Vale aqui notar como o deputado Carvalho Melo (Apud COSER, 2009) definiu federação na Constituinte:

“Federação, dizem os escritores políticos, é a união de associações e estados independentes que se unem pelos laços de uma constituição geral na qual se marcam os deveres de todos, dirigidos ao fim comum da prosperidade nacional, e nela se

*regulam alianças ofensivas e defensivas: resoluções de paz e de guerra”.*⁵

Diante dessa ideia de federalismo, a forma de governo monárquica aparecia, para os centralizadores, como um obstáculo para a formação de um Estado Federal. Além disso, um regime desses atentaria contra a integridade nacional. Os centralizadores colocavam no mesmo plano a causa da unidade e a campanha pela centralização. Do outro lado, os federalistas afirmavam que não havia incompatibilidade entre uma forma de governo monárquica e um Estado Federal, e este não atentaria contra a unidade nacional.

Para a corrente centralizadora, a formação do Estado através dos interesses provinciais não seria possível, pois a construção do Estado passaria por uma esfera de interesses – o interesse geral – que escaparia à órbita das províncias. O Estado Imperial estaria destruído caso se tentasse erigir sua construção através do conflito de interesses provinciais, pois não haveria um poder capaz de conter a desagregação da unidade. Os federalistas, por sua vez, entendiam que a formação do Estado-Nação e o interesse geral nasciam justamente do “livre jogo dos interesses”. De um lado uma perspectiva na qual o Estado deveria formar-se através dos interesses locais, a dos federalistas; do outro, a corrente centralizadora, que não via na proposta federalista o temor da monopolização dos cargos públicos de maneira despótica. (COSER, 2008)

Soma-se a isso outro ingrediente que permeou o debate no país: a questão do tipo de funcionário. Como foi dito acima, os centralizadores acreditavam que a dimensão provincial não abarcaria o interesse geral e, nesse aspecto, insere-se a problemática em relação ao tipo de funcionário. Para essa corrente, o funcionário local estaria imbuído de vínculos provinciais que não o possibilitaria de colocar o Estado-Nação como principal dimensão a ser pensada. Para os federalistas, os interesses locais deveriam passar pela existência de uma Assembléia Provincial e de funcionários escolhidos na província. Somente assim seria possível adequar as leis promulgadas pelo governo central às realidades locais. Esses funcionários velariam pela província, tendo em vista que seus vínculos com a localidade os fariam zelar pelo que é seu. (COSER, 2008)

Esses pontos do debate nortearam ideias que foram chaves para o desenvolvimento do debate entre federalismo e centralização no Império brasileiro, resumindo: qual o percurso que a Constituição deveria tomar – retornar às províncias ou ser sancionado após os debates, o que nada mais é do que o questionamento de onde reside a soberania -, a questão da forma de governo, o problema de como se atingir o interesse geral do Estado, e qual o tipo de funcionário que seria mais eficaz para emitir o interesse geral.

Na Constituinte de 1823 o argumento centralizador foi vitorioso, e a Constituição Outorgada (1824) guardou fortes traços unitários. Não obstante, o argumento federalista não cessou, e retornou com grande força após a abdi-

cação de D. Pedro I.

O Código do Processo e o Ato Adicional

O Estado Imperial passara pela abdicação de D. Pedro I em 1831 e, com a impossibilidade do herdeiro, ainda um menino de seis anos, de assumir o trono, o país foi governado por uma regência eleita. O chefe do Executivo, o regente único, iria substituir D. Pedro II. Curioso pensar em eleição em uma época em que não havia partidos políticos organizados⁶. Em todo caso, interessa aqui como um regime regencial eletivo carecia da mesma força simbólica que o monarca, conforme mostra José Murilo de Carvalho (2005). Em 1831 mesmo já é aprovado pela Câmara o projeto de reforma da Constituição, o que tornaria o Brasil uma experiência monárquico-federal com Assembléias Provinciais e executivos municipais, além de extinguir o poder moderador, o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado. Porém, o Senado não aceitou o projeto.

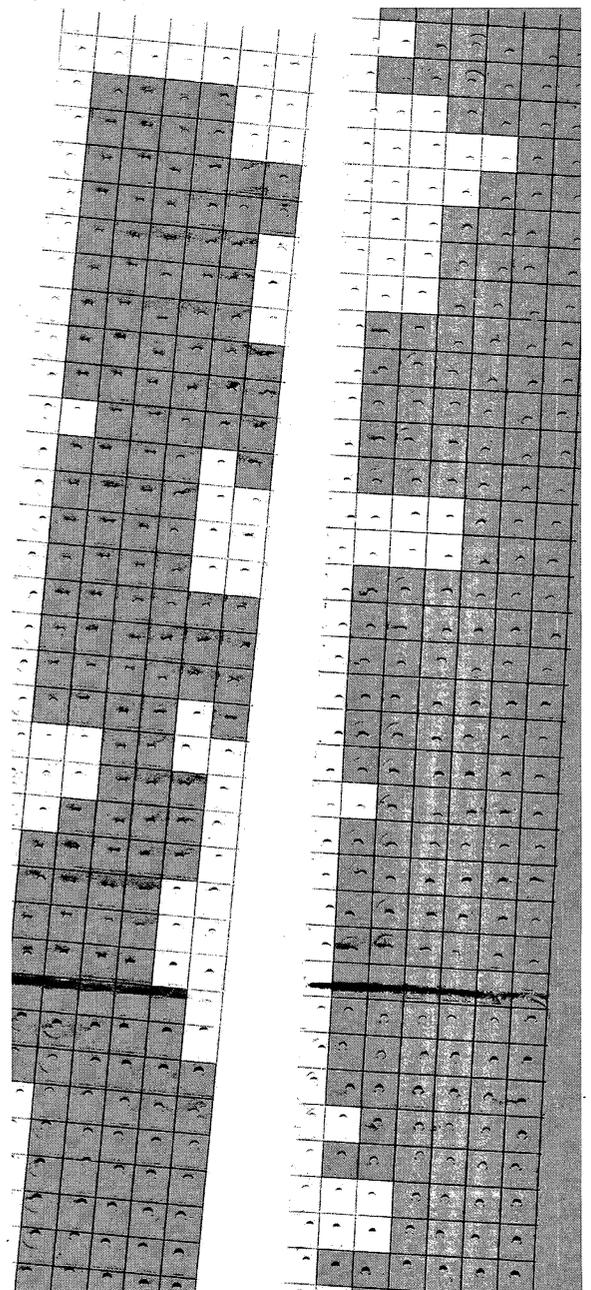
O federalismo pensado tanto na Constituinte de Lisboa como na Constituinte de 1823 – como tentou se mostrar acima – assume um caráter estritamente confederativo, ou seja, com as províncias sendo entidades soberanas. A ideia era de que as províncias deveriam ter liberdade para cuidar dos seus interesses. A estrutura judiciária aparece como forma de disseminar o poder pela sociedade.

O Código Criminal de 1830 e o Código do Processo Criminal tinham como objetivo substituir os processos de cunho inquisitorial por uma forma nos moldes do liberalismo oitocentista. Neles, o juiz de paz torna-se o principal agente do judiciário nas localidades, sendo eleito por voto direto dos cidadãos da localidade. A ele cabia a elaboração do auto do processo criminal. Além dele, ainda eram eleitos localmente o promotor, o juiz municipal e o júri popular (COSER, 2008). A corrente federalista entendia que havia uma responsabilidade entre o juiz de paz e os cidadãos da localidade, pois, como ele era escolhido na localidade, era para os cidadãos locais que ele devia prestar contas. Ou seja, federalismo estaria associado à submissão do funcionário da magistratura ao cidadão. Somase ainda que a ideia federal dessa época preconizasse que o poder deveria estar disseminado pela sociedade, não só até a província, mas estendendo-se até o município.

O elemento confederativo desaparece justamente na década de 30, quando a inovação advinda do Congresso da Filadélfia (1787) começa a ser percebida pela elite política imperial. Bernardo Pereira de Vasconcelos (1999), numa sessão da Câmara de 1834, nota bem a inovação norte-americana e propõe que se deve ter cautela na cópia de instituições estrangeiras, citando os infortúnios mexicanos ao copiarem seus vizinhos do norte:

mitiam ao governo geral arrecadar de indivíduos a soma necessária para as despesas da União; o governo orçava as suas despesas econômicas e as províncias deviam dar a quantia necessária para fazer face destas despesas; elas passavam a impor, a arrecadar e a remeter para o governo geral, mas o resultado foi que a maior parte das províncias se arrogaram o direito de investigar se o governo geral tinha feito o seu orçamento com excesso, e disto resultou que não mandavam os meios necessários para a União, e esta foi a principal razão por que se convocou a convenção de 1787, que reformou este artigo da Constituição e determinou que o governo geral em todas as ocasiões competentes não contratasse com os estados como capacidades coletivas, mas sim como indivíduos, que pudessem mandar, re-crutar, impor etc.;”.

Nota-se, assim, que a concepção do termo federalismo começa a ganhar novo significado.



⁶ Segundo José Murilo de Carvalho, não se pode falar em partidos políticos antes de 1837, e os partidos políticos se formam atrelados aos movimentos descentralizantes como o Código do Processo Criminal (1832) e o Ato 1834).

“Na Constituição dos Estados Unidos de 1778, os estados soberanos não per-

Não mais o que se reivindica é a soberania das províncias. Como bem demonstra Evaldo Cabral Mello(2004), o federalismo da Regência não mais se associa ao modelo da Confederação Suíça ou da Confederação dos Países Baixos, nem mesmo com o modelo norte-americano, o que ele reivindica é a transferência de poderes administrativos para as províncias. A ideia de descentralização, no entanto, ainda é a mola mestra do pensamento federalista brasileiro.

O Ato Adicional (1834) modifica a forma com que se tinha pensado a distribuição do poder no Código do Processo. A extensão do federalismo não mais iria até o município. Nesse recuo, o controle sobre o grau de descentralização que caberia a cada província seria controlado pelo Legislativo Provincial, ou seja, o Estado-Nação não se formaria "a partir da sociedade e do interesse bem compreendido, mas através de uma reforma lenta e gradual levada a cabo pelo próprio Estado" (COSER, p.99). Perdem muito de suas atribuições o juiz de paz e o júri popular, diminuindo, segundo Coser, a incisão do elemento democrático que se instituíra anos antes – o juiz de paz não precisava ter formação jurídica, por exemplo. Assim, vale ressaltar a diferenciação apresentada por Coser entre o recuo federalista de 1834 e o processo conhecido com regresso conservador. No primeiro, a mudança no raio de extensão se dá, sobretudo, pelos conflitos armados que assolam o país na Regência, e o controle do Estado se dá via Legislativo Provincial; enquanto que, para o segundo, tarefa levada a cabo pelos conservadores, a condução não passa pelo Legislativo da província, mas pelo poder central.

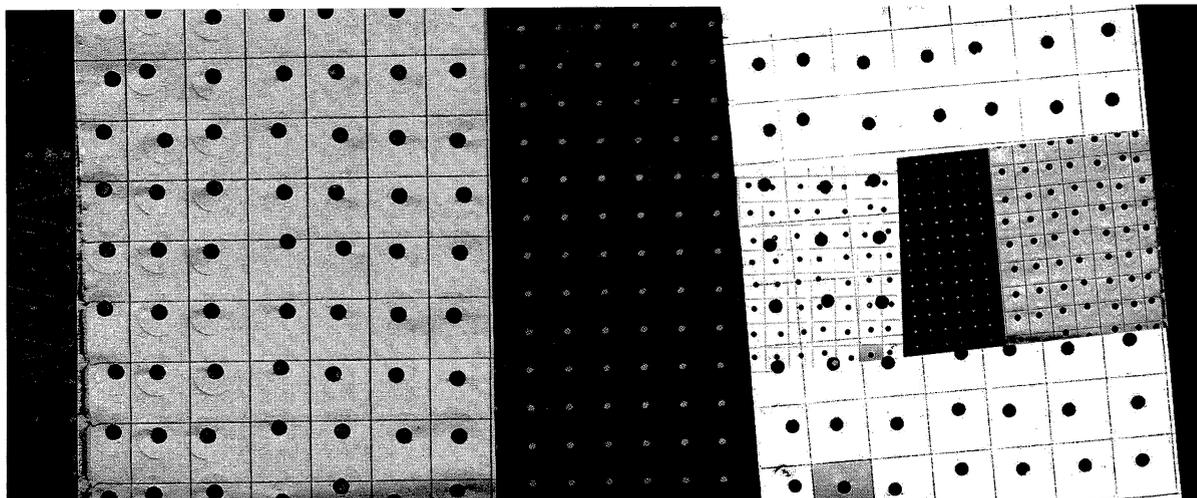
Com as revoltas regenciais, a polêmica em torno do Ato Adicional se acirrou. Os conservadores – como o Visconde do Uruguai, e mesmo o já então conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos, por exemplo –, associavam a eclosão das revoltas às medidas descentralizadoras, o que foi negado pelos liberais, como o padre Feijó, ministro da Justiça e, posteriormente, Regente do Império até 1837. O importante é que, após 1834, houve uma descentralização dos grandes levantes. Depois da revolta de praças que atormentou a capital do Império em 1832, e fez necessário o então major Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, para o treinamento militar de cidadãos, as revoltas apareceram por todas as regiões: a Balaiada no Maranhão, a Sabinada na Bahia, a Farrroupilha no Rio Grande do Sul, a Cabanagem no Pará. Dessa maneira é que José Murilo de Carvalho, em sua obra *A construção da ordem*, chama de segunda onda dos conflitos a época na qual os conflitos se interiorizam pelo país e atingem áreas rurais. Segundo ele, o conflito não transbordou para o povo – permanecendo controlado pelas elites – nos locais onde o sistema da grande pecuária e da grande agricultura tinha solidas bases: a Farrroupilha e a Revolta liberal de Minas e São Paulo de 1842, por exemplo. Em contrapartida, nos locais onde havia menor domínio e menor população de escravos, aconteceu guerra popular, como no Maranhão e no Pará. O mais relevante para esse artigo é salientar como esse

período turbulento teve um grande impacto sobre a elite política imperial, tanto conservadores como liberais. Após o período regencial, não houve mais incentivo por mudanças drásticas no âmbito político, social e econômico por parte dos liberais.

O Regresso Conservador: centralização, descentralização e liberdade.

Em setembro de 1837, o regente Feijó renunciou. A nova Câmara formada preocupou-se primeiramente em reformar as leis descentralizantes, buscando reduzir os poderes que tinham o juiz de paz através da criação de uma justiça e uma polícia controlada pelo governo central. O discurso dos federalistas e dos centralizadores, nesse momento, tratava de buscar uma hermenêutica para a palavra "polícia". Para os primeiros, ela devia ser entendida em seu sentido amplo, englobando polícia administrativa e polícia judiciária, enquanto para os centralizadores havia uma distinção entre polícia judiciária e polícia administrativa. A Lei de Interpretação (1840) colocava na pauta de discussão a definição da polícia judiciária e a possibilidade de as Assembléias Provinciais alterarem as atribuições de empregos previstas na lei elaborada pelo governo central.

Os defensores do centralismo estavam, de fato, na burocracia estatal. Para os grandes proprietários e vinculados ao mercado externo, a centralização aparecia benéficamente. Do lado dos favoráveis da descentralização estavam principalmente os profissionais liberais urbanos e setores vinculados ao mercado interno (CARVALHO, 2005). Isto parece relevante para apresentar o político conservador de grande influência para a reformulação do Código do Processo e do Ato Adicional e um dos principais teóricos do Império, o Visconde do Uruguai. Parece nascer em uma sessão da Câmara de 1837 o germe para a Lei de Interpretação. Nela aparecem referências aos principais temas de atrito entre centralizadores e federalistas. Uruguai adverte como o Ato Adicional, não delimitando o poder de ação de cada uma das esferas – ou seja, do governo geral e da Assembléia Provincial –, permitiu que as Assembléias exorbitassem em suas atribuições. Para ele, o que ocorrera foi um fracionamento do poder, não havendo leis que pudessem estabelecer quais as fronteiras entre uma e outra esfera, um conflito entre União e Província. O que se propunha era conservar "a unidade, harmonia e uniformidade da Legislação Geral em todo o Império", permitindo que cada poder pudesse "move[r]-se livre e desembaraçado sem encontrar o outro a cada passo no mesmo terreno" (SOUZA, 2002). Em relação ao juiz de paz, Paulino de Souza aponta qual o problema causado pela adoção do Código do Processo. Para ele, as Assembléias Provinciais modificavam o que deveria ser o papel de cada juiz.



“O mesmo Código do Processo, supondo a existência da organização judiciária que criara, deu, entre outras, aos juizes de paz a atribuição de conceder fianças, com recursos para o juiz de direito. Encarregando os mesmos juizes de paz da formação dos sumários e das pronúncias, marcou os recursos respectivos, supondo a existência desses juizes com as atribuições de que os revestira.

A Assembléa Provincial de Pernambuco, passando a atribuição de conceder fianças dos juizes de paz para os juizes de direito, extinguiu o recurso daqueles para estes. Encarregando os juizes de direito das pronúncias, extinguiu o recurso do art.294 do código.

Entretanto é indispensável que as alterações provenientes dessa legislatura sejam postas em harmonia com as outras partes do código” (SOUZA, 2002).

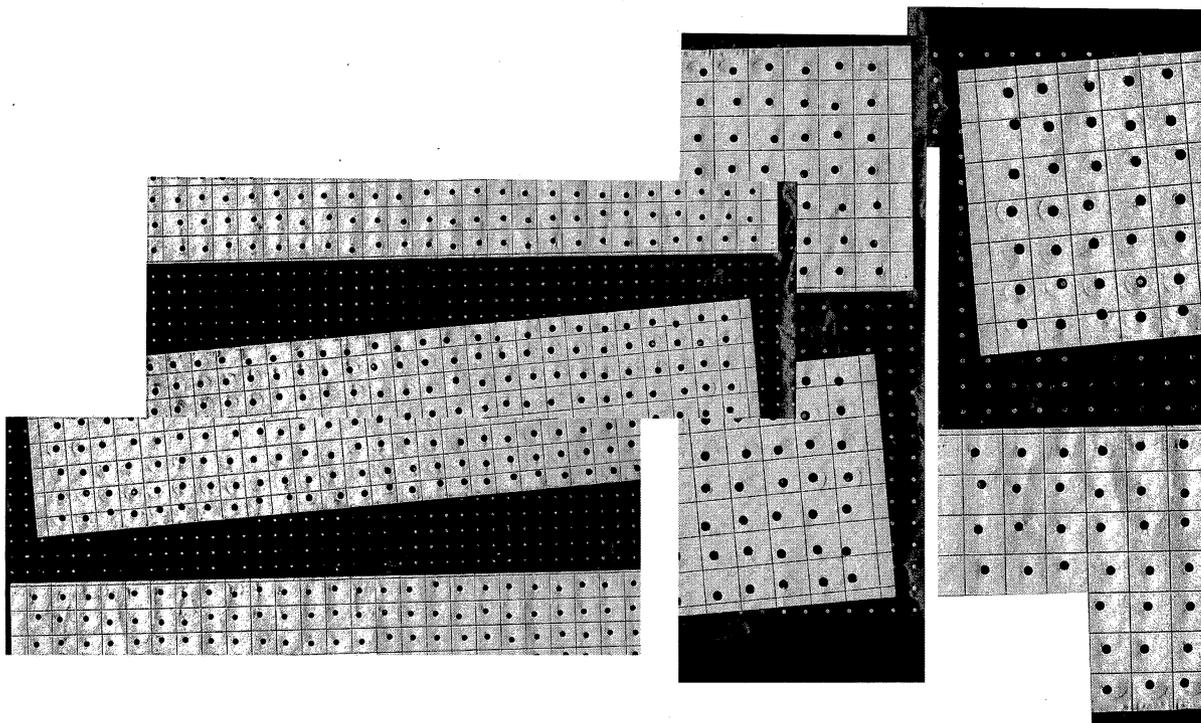
Visconde do Uruguai observava que a não demarcação delimitando bem as raias do poder acabam por promover o abuso dos Legislativos Provinciais, estes, podendo legislar sobre os empregos provinciais e municipais, exageram em suas atribuições e acabam mudando também as atribuições referentes a esses empregos. Em sua obra Ensaio sobre o direito administrativo, ele coloca que, o que impossibilitou as tentativas de descentralização advindas com o Código do Processo e com o Ato Adicional, foi uma sedução pelas ideias federalistas sem que se notassem as diferenças históricas e sociais que havia entre o Brasil e os Estados Unidos. Da corrente oposta, Tavares Bastos (1937) atribui os insucessos do Código do Processo à diferença civilizatória existente no país. Não estaríamos no mesmo grau de civilidade, ou seja, a adoção do principio eletivo não poderia ser utilizada da mesma maneira em todo o país. Não obstante, Tavares Bastos, assim como a tradição federalista brasileira, acreditava que um modelo democrático se pautaria aos moldes norte-americanos, com a participação do cidadão a partir da esfera mais próxima dele. A solução para o país estava dada através do Ato

Adicional, isto é, o Legislativo Provincial rogaria para si o tamanho da descentralização possível em cada província. Dessa maneira, não haveria uma sobreposição do todo sobre as partes, ou seja, as peculiaridades locais não seriam extirpadas pelo processo de centralização.

Contrário ao processo centralizador proposto pelos conservadores estava também o padre Feijó. Discursando no Senado sobre a Lei de Interpretação (1840), ele a considerava inconstitucional. Reformar códigos seria o mesmo que considerar os integrantes das Assembléias Provinciais como elementos estúpidos. Para ele, a Assembléa Geral deveria apenas revogar os atos provinciais que estão fora das raias da Constituição, e não se ocupar da interpretação de artigos. O que estava ocorrendo com as Assembléias Provinciais não era nada mais do que uma imitação que estas faziam das Assembléias Gerais.

Para Feijó, os assuntos relevantes das províncias deviam ser atrelados ao Legislativo Provincial. Este é que deveria tomar conta da policia judiciária e deveria zelar pelo interesse provincial. A Assembléa Geral debateria assuntos que são estranhos às províncias, focando em uma preocupação com o Império todo. Somente com o pacto federativo as províncias poderiam encontrar as vantagens que lhes diziam respeito, manifestando livremente seus interesses. O padre não entendia qual era o receio em relação à federação, já que somente um estado tirânico é que não assumiria tal formato. Assim com o cidadão é soberano em sua casa, podendo pensar sobre sua “economia doméstica”, o cidadão provincial também devia guardar essa liberdade em relação à sua província. A economia interna estaria ligada à polícia interna da província. A prosperidade nacional emergiria dessa busca das províncias por satisfazerem suas necessidades (CALDEIRA, 1999).

Comparando os argumentos dos centralizadores e da corrente federalista, observa-se que, para os primeiros, a competição entre as partes do Império traria o seu próprio esfacelamento, enquanto, para a segunda, a competição entre as províncias seria saudável e estimularia o progresso, a ideia de cooperação proposta por



Tavares Bastos (1937) e rechaçada pelos centralizadores.

Da mesma maneira que os federalistas objetivaram distribuir o poder pelo território – isto é, através do poder judiciário –, os centralizadores buscaram iniciar o processo centralizador também a partir dos mecanismos de justiça, sobretudo na figura do juiz de paz e na determinação em relação à polícia judiciária. Para os centralizadores, a polícia judiciária deveria ser controlada pelo poder central, pois somente a partir de um centro comum para elaborar e aplicar a lei é que se poderiam garantir os direitos civis dos cidadãos. Era esta uniformidade que propiciaria uma uniformidade da Justiça em todo o território nacional, não deixando espaços para os particularismos locais. Em contrapartida, os federalistas ressaltavam que as leis deviam ser adaptadas às circunstâncias locais visando ao seu bom funcionamento.

Conclusão

O conceito de federalismo no Brasil sofreu mudanças que são acompanhadas de perto pelos episódios políticos e sociais de formação do Império. O período histórico selecionado pelo artigo possibilitou uma imersão sobre o que José Murilo de Carvalho (2003) chama de "acumulação primitiva do poder", um bom recorte para que se possam compreender as principais querelas em relação à maneira de se assentar a distribuição do poder pelo território imperial.

Comparado com a tradição norte-americana, o conceito no Brasil se pautou mais sobre o princípio da descentralização, ponto que deixa suas marcas mesmo nos dias atuais. Durante as constituintes de Lisboa e na Constituinte de

1823, ele assume mesmo o significado confederativo, evidenciando que a nossa elite política ainda não se tocara em relação ao que ocorrera nos Estados Unidos em 1787. Posteriormente – já na década de 30 –, a elite imperial percebeu tal inovação, porém isso não fez com que a defesa do federalismo se desse nos moldes norte-americanos. Dentre as duas tradições que influenciaram o federalismo norte-americano – a do self-government de Jefferson e a de fortalecimento do poder central de Hamilton –, o Brasil parece ter se apegado à primeira e descartado a segunda.

A liberdade, para a corrente federalista, estaria no processo de descentralização, com o poder central associado a características negativas, como sendo o responsável por tolher as iniciativas das localidades e dos indivíduos. Em contrapartida, observa-se claramente no pensamento do Visconde do Uruguai que o Estado não é o único que pode suprimir as liberdades, esse risco pode vir dos particulares também. O papel do Estado seria de conter as facções, o arbítrio dos particulares, e nesse sentido ele surgiria como o "pedagogo da liberdade".

A tradição do pensamento político imperial parece não ter se desligado dos pensadores políticos do século XX, como se pode ver, por exemplo, na dívida de Oliveira Viana com os "homens de mil" do Império, sobretudo com o Visconde do Uruguai. (CARVALHO, 2005).

Ademais, a partir do debate entre centralização e federalismo se podem compreender outros debates que permearam o Império brasileiro, como, por exemplo, a formação dos principais partidos imperiais – conservador e liberal – que tiveram, em relação à forma como o poder seria distribuído pelo território, uma das suas principais divergências programáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARACHO, José Alfredo (1986) *Teoria Geral do Federalismo*. Rio de Janeiro, Editora Forense.
- BASTOS, Tavares. (1937), *A província*. São Paulo, Editora- Nacional.
- BOTHE, Michael. (1995), "Federalismo – Um conceito de transformação história", in *O Federalismo na Alemanha*, Fundação Konrad Adenauer, 7, p. 5
- CALDEIRA, João (org.). (1999), *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo, Editora 34.
- CARVALHO, Jose Murilo. (2003), *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Editora-Civilização Brasileira.
- _____. (2005), *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- _____. (org.) (1999), *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo, Editora 34.
- COSE, Ivo. (2008), *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- _____. (2009), "Federal, Federalismo", in FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- DORATIOTO, Francisco. (2008), *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo, Cia das Letras.
- FIORAVANTI, Maurizio. (2007), *Constitucion: de la antigüedad a nuestros días*. Madri, Editora Trotta.
- LIJPHART, Arend. (2008), *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro, Editora. Civilização Brasileira.
- MELLO, Evaldo de. (2004), *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (1997) *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Editora Topbooks.
- SOUZA, Paulino Jose Soares de (Visconde do Uruguai). (2002), "Ensaio sobre o direito administrativo" In CARVALHO, José Murilo de. (org.) São Paulo, Editora 34.
- TOCQUEVILLE, Alexis. (2008) *De la Démocratie en Amérique I*. France, Editions Gallimard.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. (1999), *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Editora Unesp.

A experiência brasileira com ações afirmativas para negros: controvérsias, origens e resultados

Nathalia de Ávila Duarte

5º período do curso de Ciências Sociais da UFMG

Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET)

natduarte@gmail.com

Palavras chave:

Ações afirmativas;
Cotas; Racismo;
Igualdade;

Key words:

Affirmative action;
Quotas; Racism;
Equality;

RESUMO: Este artigo trata das ações afirmativas para negros e mais especificamente da reserva de vagas e dos bônus na pontuação do vestibular que, desde o início dos anos 2000, vêm sendo adotadas nas universidades brasileiras. Apresento as fundamentações teóricas das ações afirmativas e suas origens histórica, constitucional e social a fim de discutir as principais críticas levantadas a tais políticas. Apoio-me em dados estatísticos e em pesquisas qualitativas para analisar a experiência brasileira e seus primeiros resultados.

ABSTRACT: This paper is about affirmative actions that are adopted in Brazilian universities since the early 2000s in order to help black students entering higher education. I present the affirmative actions' theoretical fundamentals and its historical, constitutional and social origins so as to discuss the main criticisms of such policies. I draw in statistical data and in qualitative researches to analyze the Brazilian experience and its first results.

Uma introdução às ações afirmativas e seus fundamentos

As ações afirmativas, em seu sentido mais genérico, são medidas que visam à inclusão social de grupos desprivilegiados e vulneráveis à discriminação. Tais ações podem ter como objetivo a promoção de mulheres, deficientes físicos e minorias raciais (dentre outros grupos), abrangendo os mais variados campos – da participação em partidos políticos à participação em desfiles de moda. Neste trabalho, no entanto, trato principalmente das ações que visam eliminar o preconceito contra os negros, especialmente no que diz respeito ao ingresso na universidade, já que, atualmente, é esta a questão considerada mais polêmica no debate sobre ações afirmativas. Faço a ressalva de que uma posição neutra está longe da minha pretensão, até porque não acredito que seja possível tratar de tema tão explicitamente político com neutralidade em qualquer circunstância. Nessa questão, acompanho o posicionamento da antropóloga Rita Segato (2005)¹, que afirma ser perfeitamente aceitável ter uma opinião, sendo o problema apresentar essa opinião sob as vestes de neutralidade de um argumento científico. Isso dado, pretendo discutir aqui as críticas levantadas a essas ações e falar sobre as bases e os efeitos dessas políticas de reserva de vagas que, no início dos anos 2000, tiveram no país suas primeiras experiências na UERJ e na UnB, recebendo, posteriormente, adesão de outras universidades públicas.

Duas noções principais constituem a ideia de ação afirmativa: a discriminação positiva e a igualdade substantiva. A primeira diz respeito a uma discriminação que, ao contrário das suas

formas correntes, visa promover seu objeto. Com base nessa ideia, as ações afirmativas têm como meta gerar uma igualdade substantiva, que vá além da igualdade formal. Em concordância com essa perspectiva, Boaventura de Souza Santos (2003, p. 56) aponta para a necessidade “de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. No momento em que a igualdade formal (segundo a qual todos devem ser tratados da mesma forma) ignora as diferenças de condição e acesso dos diversos grupos, ela deixa de promover a igualdade e passa a perpetuar desigualdades.

O estudo de Bourdieu (1998) sobre o caráter conservador da educação, apesar de se apoiar no contexto educacional francês da década de 1960, diz muito a respeito desse debate, especialmente no que tange à noção de mérito. Ao observar que a diferença de capital cultural das famílias dos estudantes tem relação direta com seu êxito nos estudos – e, conseqüentemente, com sua chegada ao ensino superior –, Bourdieu faz uma crítica à meritocracia, que atribui a “dons naturais” sucessos que são notadamente sociais. Segundo ele, quando um sistema educacional opera “uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades ao mesmo tempo em que as legitima” (1998, p.58). Ele afirma ainda que uma sociedade é mais democrática na medida em que as chances de acesso aos instrumentos institucionalizados de ascensão social (no caso, o ensino superior) são mais igualmente distribuídas. A partir dessa perspectiva, podemos afirmar que, ao contrário do que está colocado no manifesto dos intelectuais contra as cotas, “Todos têm direitos iguais na

¹ Em debate estabelecido no número 23, volume 11, da Revista Horizontes Antropológicos (Jan/jun 2005).

república democrática”, essas ações afirmativas estão em plena concordância com a ideia de democracia, já que promovem a igualdade de acesso ao ensino.

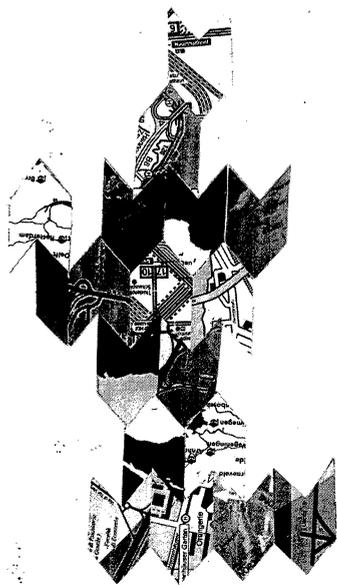
O debate dos intelectuais em torno das relações raciais brasileiras

As percepções dos intelectuais brasileiros acerca das relações raciais no Brasil passaram por várias fases ao longo dos últimos séculos, como mostra o trabalho de Muryatan Barbosa (2001). A ideia do determinismo biológico, extremamente difundida a partir do século XIX, legitimava através de pesquisas com metodologia científica uma suposta superioridade dos homens brancos frente aos demais, já que a atribuição de diferenças sociais à biologia era uma saída fácil para justificar situações de desigualdade e exploração, como o regime escravocrata. Tal determinismo biológico, apesar de originalmente europeu, teve também representantes no Brasil, entre os quais se destacam Nina Rodrigues e Arthur de Gobineau – que, apesar de ser francês, concebeu suas teorias raciais quando estava no Brasil. Para estes teóricos, a superioridade da raça branca era indiscutível, e o que os preocupava era a grande miscigenação presente no país, já que acreditavam que esta formaria um ser ainda mais degenerado e incivilizado do que os negros e índios. O problema que se colocava era que, sendo o Brasil um país já bastante miscigenado, essa concepção condenava de antemão qualquer possibilidade de progresso. Diante desse impasse, alguns intelectuais, como Euclides da Cunha, defendiam que a miscigenação poderia ser boa para o progresso, uma vez que ela possibilitaria que o “sangue negro” fosse gradualmente purificado pelo “sangue branco” até sua extinção. A partir dessa noção, surgiu o ideal de branqueamento, que, para seus defensores, poderia ser alcan-

çado através de um alto índice de imigração europeia.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por grandes transformações e pelo grande esforço em desenvolver o país no caminho do capitalismo. Nesse contexto, fazia-se necessária a criação de uma identidade nacional, e Gilberto Freyre teve papel importante nesse momento. Freyre trouxe uma visão nova e positiva a respeito da miscigenação, já que ele a considerava boa não porque essa levaria ao branqueamento, mas porque era positiva em si mesma. O principal argumento de seu principal livro, *Casa Grande e Senzala*, de 1936, era de que a miscigenação das três raças fundadoras do Brasil, branca, negra e indígena, teria gerado uma sociedade culturalmente plural, na qual cada raça teria dado uma contribuição específica para a nação e todas as raças viviam em harmonia. Essa ideia foi extremamente difundida e gerou o chamado mito da democracia racial, segundo o qual não existiriam discriminação e preconceito na sociedade brasileira. A fim de entender as relações raciais brasileiras, a UNESCO encomendou, na década de 1950, uma pesquisa, na qual se envolveram sociólogos brasileiros e estrangeiros. O objetivo desse projeto, como explicita Marcos Chor Maio (1990), era de encontrar, num contexto pós-Holocausto, uma espécie de “anti-Alemanha nazista”, e o Brasil aparentemente era esse lugar. No entanto, o projeto UNESCO – como ficou conhecido – frustrou as expectativas ao mostrar que, ao contrário do que diziam os brasileiros, existia uma profunda desigualdade entre brancos, negros e indígenas. Somente a partir da década de 50, então, a existência do racismo no Brasil começou a ser reconhecida e formulada por sociólogos como Florestan Fernandes, ainda que a ideia de democracia racial continuasse presente, sendo, por exemplo, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro durante a ditadura militar, segundo palavras de Antônio Sérgio Guimarães (2008).

O cenário internacional do pós-guerra também é importante para entendermos o surgimento das ações afirmativas. Flavia Piovesan ressalta que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi marcada pelo temor à diferença, já que o mundo havia acabado de presenciar o genocídio nazista, o que gerou uma extrema valorização da igualdade formal. Posteriormente, percebeu-se que o tratamento genérico era insuficiente para a erradicação das desigualdades e que eram necessários tratamentos particularizados para grupos diferentes. Com esses tratamentos particularizados, as diferenças passariam a ser motivo de promoção de direitos e não mais de discriminação. É nesse contexto que surge a discussão sobre as ações afirmativas, que são frequentemente acusadas de inconstitucionais². No entanto, segundo Daniel Sarmiento (2008), essa acusação não se sustenta, uma vez que essas ações integram uma série de medidas que visam beneficiar minorias discriminadas. Segundo ele (2008), trata-se de uma questão de boa interpretação da Constituição de 1988, que “tem um compromisso profundo e visceral com a igualdade”,



² A exemplo do partido Democratas que, em setembro de 2009, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal contra os sistemas de cotas da Universidade de Brasília, alegando inconstitucionalidade.

igualdade esta que configura uma meta para o Estado, que deve agir positivamente para atingi-la.

Os movimentos negros e a luta contra o racismo

É importante para a compreensão do surgimento da discussão sobre ações afirmativas no Brasil rever a trajetória dos movimentos negros, uma vez que eles já há muito tempo reivindicam a adoção dessas políticas. A esse respeito é exemplar o relato de Abadias do Nascimento (2000), especialmente pelo seu envolvimento pessoal com muitas dessas organizações, uma vez que o registro histórico a respeito do movimento negro no Brasil é muito precário.

Segundo o autor (2000), a primeira organização desse tipo surgiu em 1931 com o nome de "Frente Negra Brasileira". Ela possuía caráter integracionista e não reclamava uma identidade cultural, social ou étnica específica. Suas atividades, no entanto, foram interrompidas em 1937, quando a ditadura do Estado Novo a pôs na ilegalidade. A próxima associação pelo direito dos negros surgiu em 1944 para contestar a dura discriminação que os negros sofriam nas plateias e, principalmente, nos palcos: era o Teatro Experimental do Negro (TEN). Reivindicava, diferentemente da Frente Negra Brasileira, o reconhecimento do valor da herança africana e da personalidade afro-brasileira, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade.

O TEN teve papel muito importante na luta pelos direitos dos negros e patrocinou a organização de diversos eventos do movimento negro, entre eles, a Convenção Nacional do Negro (que teve sua primeira edição em 1945 e sua segunda edição em 1946). Foi nessa convenção onde primeiro se cogitou uma legislação antirracista. Desse encontro, saiu o "Manifesto à Nação Brasileira", no qual já aparecia a reivindicação da "admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário", assim como a reivindicação de uma lei antidiscriminatória. O Partido Comunista, no entanto, se opôs a tais medidas, alegando que estas "restringiam o sentido mais amplo da democracia" e que constituía um "racismo às avessas". Vários casos de discriminação racial tiveram grande repercussão nos seguintes anos (inclusive uma ocasião em que atores do Teatro Negro foram barrados em uma festa apesar de estarem com os convites), mas apenas quando a famosa coreógrafa norte-americana Katherine Dunham foi discriminada no Hotel Esplanada, em São Paulo, a liderança do PC admitiu a necessidade de uma lei antidiscriminatória e ressuscitou a proposta feita cinco anos antes no Manifesto à Nação Brasileira. A proposta passou no congresso, recebendo o nome de "Lei Afonso Arinos", apesar de não ter tido nenhum valor no sentido de impedir a discriminação pela forma em que foi redigida e aprovada.

A luta do movimento negro continuava árdua e, quando os militares tomaram o poder em

1964, um de seus primeiros atos foi prender o representante do Movimento Popular para a Libertação de Angola. Especialmente depois da implantação do AI-5, a questão racial virou assunto de segurança nacional e sua discussão era proibida. Nascimento foi exilado nos EUA, acusado de fazer a intermediação entre o movimento negro e os comunistas. No exílio manteve intenso contato com os integrantes do movimento negro norte-americano. A respeito dessa experiência, ele afirma que a diferença dos Estados Unidos para o Brasil era a liberdade de expressão, já que no Brasil era preciso "manejar" quando o assunto era racismo, sob a pena de ser acusado de extremista ou de "racista ao contrário" (NASCIMENTO, 2000).

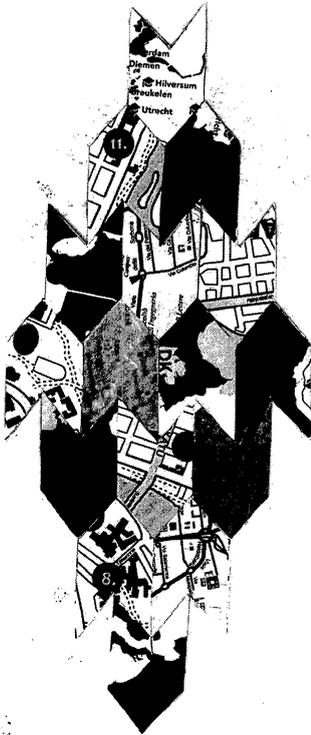
Após a redemocratização, fundou-se o Movimento Negro Unificado, que enfrentava oposição por todos os lados. A situação, no entanto, foi melhorando e, segundo o autor, o estabelecimento do dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra foi um dos grandes sinais de fortalecimento da luta pelos direitos dos negros. Nos anos 1980 e 1990 a atuação de ONGs independentes ganhou força, e um marco do início dos anos 1990 foi o crescimento do movimento que reivindicava reparações pelos danos da escravidão.

Abadias do Nascimento (2000) ressalta o fato de que o título de "racismo às avessas", mencionado primeiramente pelos membros do PC, era recorrentemente dado a qualquer organização política ou associação de negros, tanto por setores da esquerda quanto da direita. Dessa forma, além de sofrerem preconceito por serem negros, os membros dessas organizações sofriam discriminação por serem "racistas". Esse discurso, apesar de não ser nada novo, nunca foi tão usado como nesses tempos de discussão sobre ações afirmativas.

Por que a raça?

Uma crítica que aparece frequentemente na discussão sobre as cotas ou bônus para ingresso no ensino superior se deve à adoção do critério racial – e não somente social – em tais políticas. Esse questionamento é compreensível na medida em que é sabido que a maior parte da população pobre brasileira é negra e que a maior parte da população negra é pobre. Essa associação da condição de pobreza e de negritude, no entanto, não é mera coincidência, mas, ao contrário, revela um processo histórico de exclusão da comunidade negra dos espaços privilegiados da sociedade, tais quais as universidades. A ausência de políticas específicas de inclusão social dos negros desde o fim da escravidão gerou o quadro de extrema desigualdade que conhecemos hoje. Nesse contexto, as políticas de ações afirmativas recentemente adotadas oferecem a oportunidade inovadora de romper o ciclo que há três séculos se faz presente, impedindo a ascensão social dos negros.

Contrariamente à ideia de que apenas as cotas socioeconômicas resolveriam o problema da falta de acesso dos negros ao ensino superior,



apresento alguns argumentos. No Brasil, quem é negro passa por dificuldades pelas quais quem é branco não passa, seja membro da classe baixa, seja da alta. Em uma entrevista de emprego, por exemplo, em que muitas vezes o critério de “boa aparência” é oficialmente levado em conta – ou mesmo quando não é –, um negro, em relação a um branco, está em desvantagem. A pesquisa “Retrato da Desigualdade”, realizada pelo IPEA, mostrou que os negros recebem, em média, a metade do salário dos brancos. Esse e muitos outros dados produzidos pela pesquisa – que detalharei mais adiante – atestam o racismo que os movimentos negros há anos denunciam. Esse preconceito cria uma série de dificuldades na vida escolar e profissional dos negros que os brancos, mesmo sendo pobres, não enfrentam. Kabengele Munanga (2004, p.49) sintetiza a questão dizendo que no Brasil “uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica, outros são discriminados duas vezes, pela condição socioeconômica e pela condição racial”. Partindo desse ponto de vista, as cotas raciais não só têm o papel de reparação simbólica com relação ao período no qual os negros foram submetidos à escravidão, mas têm o papel de reparação substantiva pelo preconceito que eles sofrem atualmente no Brasil. Além dessa questão, é necessário que os negros possam ter voz dentro da academia, inclusive para estudar e teorizar sobre a cultura afrobrasileira, a história da escravidão, e os direitos dos negros, coisa que até o presente momento é feita predominantemente por brancos.

A esse respeito é extremamente interessante o estudo realizado por Marcelo Tragtenberg, João Bastos, Lincon Nomura e Marco Peres (2006) a partir do banco de dados da

UFSC. O estudo quantitativo, que cruzou informações referentes a 13 cursos das áreas de ciências biológicas, ciências exatas e ciências humanas mostrou que a reserva de 50% de vagas para estudantes oriundos da escola pública não aumentou (e em alguns casos até diminuiu) a porcentagem de alunos negros na universidade. Isso porque a seleção não ocorre somente no momento do ingresso na universidade, mas durante toda a vida escolar, na qual os alunos negros têm muitas dificuldades, dentre outros fatores, por causa da discriminação que sofrem. Os pesquisadores defendem, então, a adoção de critérios específicos de cor/raça nas políticas de inclusão universitária, para que os negros consigam efetivo acesso ao ensino superior.

As ações afirmativas propõem, além de tudo, a construção de uma autoestima e a afirmação da identidade negra. A autoafirmação da negritude acompanha esse processo, já que a condição de negro passa a ser vista como positiva, ao invés de somente um fator de discriminação. Esse processo de autodeterminação que integra as políticas de ações afirmativas, então, se faz transformador, já que, como afirma o antropólogo José Jorge de Carvalho (2005), assumir a condição racial não é um mero procedimento, mas um posicionamento político do sujeito. O mesmo antropólogo chama a atenção para outra faceta importante da autodeterminação: a autodeterminação dos brancos, que nunca se assumem como tais. Segundo suas palavras, quando os brancos começarem a se reconhecer como brancos “talvez possamos refazer nosso olhar acostumado a naturalizar esse escândalo e passemos a nos sentir menos neutros ao criticar critérios de identificação de negros para, pela primeira vez em nosso país, beneficiá-los” (2005, p.246). Tal reconhecimento também é importante, segundo Carvalho, porque “as cotas incidem sobre o nosso universo, onde mantemos nossos privilégios de brancos, e o que está em questão é decidir se vamos finalmente aceitar dividi-los com os negros” (2005, p. 245).

Vale a pena ressaltar que as cotas raciais fazem parte de um projeto político diferente do projeto que integra as cotas sociais, ainda que ambas as cotas apareçam muitas vezes associadas. As cotas sociais visam compensar a má qualidade do ensino público básico e dar acesso ao ensino superior a pessoas que dificilmente fariam um curso universitário sem tal artifício, por serem vítimas de desigualdades sociais, regionais, e de capital cultural. No entanto, essas cotas não têm a pretensão de erradicar a pobreza – que está associada a condições políticas, sociais e econômicas muito amplas e complexas –, mas sim pretendem democratizar o acesso ao ensino superior e diversificar o ambiente acadêmico igualando as condições entre os candidatos quando do vestibular. As cotas raciais, por outro lado, fazem parte de um amplo projeto que tem o objetivo de, a longo prazo, acabar com a desigualdade racial e com o racismo no Brasil, ou ao menos reduzi-lo substancialmente. É claro que o fato de ser esse um dos objetivos das cotas para negros não garante que seja esse o resultado. Mas a tentativa é

extremamente válida e importante, já que a presença dos negros nas universidades e, posteriormente, nos escritórios de advocacia, nos consultórios médicos, nas empresas de engenharia e novamente na universidade como professores desconstrói estigmas relacionados aos negros e produz uma mudança significativa na organização da nossa sociedade, que atualmente é profundamente racista, ainda que esse racismo nunca seja assumido. Dessa forma, tais políticas oferecem a possibilidade de rompimento da associação praticamente imediata entre negritude, pobreza e, muitas vezes, criminalidade, associação esta que é uma das principais raízes da discriminação racial existente hoje no Brasil.

Não posso deixar de mencionar o argumento muito presente no senso comum, mas também levantado por alguns cientistas sociais, como Peter Fry (2004), que remete à "impossibilidade", devido ao alto grau de mestiçagem no Brasil, de identificação dos negros. Se por um lado não é possível dizer com precisão quem é e quem não é negro no Brasil, por outro lado, é muito fácil saber quem sofre e quem não sofre com o preconceito racial. E são essas pessoas que sofrem com o racismo que serão beneficiadas com as cotas.

A discussão contemporânea e os primeiros resultados das políticas de cotas

As discussões provocadas pela adoção das primeiras políticas de ingresso de negros no ensino superior trouxeram à tona o debate aparentemente já superado nas Ciências Sociais a respeito da existência ou não do racismo no Brasil. De um lado José Jorge de Carvalho (2005), Antônio Sérgio Guimarães (2008), Kabengele Munanga (2004), Marcelo Paixão (2008), entre muitos outros cientistas sociais, ressaltam a urgência de políticas de ações afirmativas que combatam o racismo e promovam a igualdade de oportunidades. De outro, também citando só alguns, Yvonne Maggie (2004, 2008), Peter Fry (2004), Demétrio Magnoli (2008) e Marcos Chor Maio (1990) argumentam que as ações afirmativas vão semear o racismo no Brasil ou vão gerar o ódio racial. Nesses argumentos, é possível perceber uma forte influência da ideia de democracia racial, que parece nunca ter deixado completamente o imaginário dos brasileiros. Está implícita nesse argumento a noção de que, se as cotas irão "semear o racismo"³, esse racismo ainda não existe na nossa sociedade. Podemos observar essa ideia no seguinte trecho do manifesto contrário às cotas e ao Estatuto da Igualdade Racial "Todos têm direitos iguais na República Democrática":

"O PL de Cotas torna compulsória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior. O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabele-

ce cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela 'raça'."

O que é curioso é que os intelectuais que assinam esse manifesto acreditam que só após a criação de uma legislação que visa combater a desigualdade racial "a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele". O que mostram os dados do IPEA⁴ – que nada mais fazem senão colocar em números a realidade que percebemos cotidianamente – é que os brasileiros já têm seus direitos e oportunidades definidos pela cor de sua pele há muito tempo. Todos os dados da pesquisa "Retrato das Desigualdades", realizada em 2004, mostram negros em uma situação inferior a brancos, principalmente no que diz respeito à educação e ao mercado de trabalho. As pesquisas revelam que 73% dos jovens analfabetos e 71% dos extremamente pobres que não trabalham e não estudam são negros⁵. Outro dado gritante, já mencionado por mim anteriormente, diz respeito à diferença de remuneração entre brancos e negros: em 2004 o salário dos negros era cerca de metade do salário dos brancos, perfazendo R\$385,90 em média por mês. Um dos dados mais chocantes é o que mostra que somente 2% dos estudantes universitários (tanto das universidades públicas quanto das particulares) são negros. Frente a essa realidade, é preciso explicitar que a mudança que medidas como as cotas vêm tentando estabelecer é de que a cor da pele dos não-brancos possa, pela primeira vez, trazer algum direito, ao invés de apenas desvantagens.

É difícil contestar a existência do racismo no Brasil frente a esses dados. Ao contrário, eles nos mostram que as universidades são território de uma elite branca, situação que pode ser revertida com medidas de democratização do ensino, que trarão possibilidades reais de ascensão social para os negros. Com a adoção dessas políticas de inclusão, os filhos dos cotistas de hoje serão criados com um capital cultural muito maior do que foram criados seus pais e, dessa forma, poderão ter êxito escolar e acesso às universidades sem a necessidade de facilitadores como cotas e bônus. A reprodução dessa desigualdade estrutural entre negros e brancos, como nos lembra Bourdieu (1998), acontece, principalmente, através do sistema educacional, e é por isso que é tão importante provocar mudanças substantivas na organização desse sistema. Só assim os negros poderão ter, além de melhores oportunidades profissionais, a chance de desfazer estigmas, que são justamente os motivadores da discriminação.

O argumento de que as cotas irão baixar o nível das universidades e que os cotistas não conseguirão acompanhar as aulas não se sustenta na prática. Os resultados iniciais do aproveitamento dos cotistas na Unicamp,

³ Expressão presente no manifesto dos intelectuais contra o sistema de cotas raciais "Todos têm direitos iguais na República Democrática".

⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

⁵ A categoria "negro" é a junção das categorias "pardo" e "preto".

UFBA, UnB e UERJ mostraram que o desempenho deles é similar ao dos alunos não-cotistas⁶. Em 2005 e 2006, os cotistas obtiveram maior média de rendimento em 31 dos 55 cursos da Unicamp e, na UFBA, obtiveram coeficiente de rendimento igual ou superior aos de não-cotistas em 11 dos 16 cursos. Em aprovação nas disciplinas cursadas na UnB, a diferença entre cotistas e não-cotistas não é expressiva. Os alunos cotistas apresentam um índice de 88,90%, e os não-cotistas, de 92,98%. No que diz respeito ao trancamento de matérias, o índice é de 1,73% para cotistas e 1,76% para não-cotistas. Na UERJ, desde 2003, a taxa de aprovação dos cotistas é de 83,15%, um índice superior ao dos não-cotistas, de 81,20%. Uma hipótese para explicar esses resultados é a de que os cotistas tendem a valorizar muito mais a vaga que ocupam na universidade do que os não-cotistas. É possível, também, que os cotistas sintam necessidade de mostrar que são tão competentes quanto alunos não-cotistas e, de fato, conseguem. Naturalmente, tais resultados se devem, em parte, a programas que auxiliam a permanência dos alunos cotistas na universidade⁷, e é claro que há ainda muitos problemas decorrentes de eventuais defasagens na aprendizagem escolar, e é por isso que tais programas de acompanhamento são fundamentais para o bom funcionamento das ações afirmativas, assim como são os auxílios financeiros necessários aos beneficiários da política.

Os dados acima referidos nos trazem à discussão acerca da noção da meritocracia, muito presente no discurso dos brasileiros. A esse respeito, João Feres Júnior e Jonas Zoninsein (2005, p.17) afirmam: "Ganhar uma corrida de pessoas que têm os pés atados, ou peso nos pés, (...) não constitui mérito propriamente dito, mas sim perpetuação do privilégio". Na mesma linha argumentativa, Antônia Vitória Soares Aranha⁸, atual pró-reitora de Graduação da UFMG, questionou: "Qual mérito é maior, o de uma pessoa que sempre estudou nos melhores colégios particulares, que fez pré-vestibular, que nunca teve que trabalhar e entrou em uma universidade ou o de uma pessoa que sempre estudou na rede pública, que teve que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, que passou por diversas situações de discriminação e, através de uma ação afirmativa, conseguiu entrar na universidade?" Esses argumentos sugerem, portanto, que é extremamente complicado falar de mérito em situações nas quais os competidores estão em situações desiguais.

A experiência dos cotistas e os desafios que se colocam

A socióloga Vânia Penha-Lopez (2008) realizou uma pesquisa qualitativa com 18 estudantes cotistas da UERJ que nos permite levantar algumas questões interessantes na discussão a respeito do preconceito e das dificuldades cotidianas desses estudantes. Segundo a pesquisa, o primeiro semestre do curso foi um período de dificuldades adaptativas, mas

passado esse momento, os alunos se sentiram mais confortáveis e as cotas deixaram de ser barreiras para amizades com os estudantes não-cotistas. Uma das reclamações dos estudantes cotistas foi a precariedade dos auxílios financeiros e de infraestrutura, como restaurante universitário e creche. Alguns afirmaram que chegaram a não ir à faculdade por não terem dinheiro para o ônibus. Esse ainda é um dos grandes problemas práticos da implementação das políticas de cotas. As universidades que adotam as cotas – sejam sociais ou raciais – têm que estar preparadas para lidar com um público não-elitizado, que não tem dinheiro garantido para transporte e alimentação. Em outras palavras, é preciso que essas políticas não sejam só formais, mas implantadas integralmente de forma sustentável para que elas possam obter bons resultados.

Apesar de a maioria dos entrevistados não ter se queixado de preconceito, alguns estudantes relataram manifestações racistas. No entanto, segundo os entrevistados, essas manifestações não foram explícitas, o que evidencia um traço típico do racismo à brasileira, já que a grande maioria dos brasileiros não se diz preconceituosa. Alguns alunos relataram esse tipo de preconceito encoberto vindo, inclusive, de professores, que subestimavam a capacidade dos cotistas. Esse tipo de manifestação nos traz a uma interessante questão: a adoção desse tipo de ação afirmativa faz aflorar em algumas pessoas o racismo que elas próprias afirmam não existir na sociedade brasileira. Por exemplo, um dos problemas identificados pela autora é a junção do estigma da cor com o estigma da cota. Os estudantes entrevistados relataram que a turma veterana anterior ao sistema de reserva de vagas fez questão de dar um trote "mais pesado" nos cotistas, com afirmações do tipo "esses calouros têm mais é que sofrer, passou do jeito que passou... (sic)" (PENHA-LOPEZ, 2008, p.124). E como a grande maioria dos alunos negros é também cotista fica difícil saber se esse comportamento é motivado efetivamente pelo fato de serem cotistas ou pelo fato de serem negros. De uma forma ou de outra, é necessário perceber que esses alunos estão sofrendo uma forma grave de preconceito que deve ser exaustivamente combatida e controlada pelas universidades. No entanto, é também importante que esse racismo venha à tona, já que não se pode combater algo que todo mundo diz que não existe. Quando esse preconceito aparece e podemos conhecer sua forma real, é muito mais fácil pensar políticas para sua eliminação.

Essas manifestações de racismo nos levam também a um curioso paradoxo: o preconceito que os cotistas eventualmente encontram vem das pessoas que são contrárias às cotas que, na maioria das vezes, o são justamente por achar que essas ações irão criar o preconceito racial. Lutarmos contra as cotas, portanto, não me parece o melhor caminho para extinguir o racismo. Penso que, ao contrário, aproveitar esse rico debate para repensarmos nossas posturas seja um caminho mais promissor.

⁶ Dados divulgados pelo IPEA.

⁷ Um desses programas é o Ações Afirmativas da UFMG, que é apresentado por Nilma Gomes e Aracy Martins no livro *Afirmando direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade* (2004).

⁸ Colocação oral da professora em discussão sobre ações afirmativas realizada na VI Semana de Ciências Sociais – UFMG, 2008.

Considerações finais sobre o debate

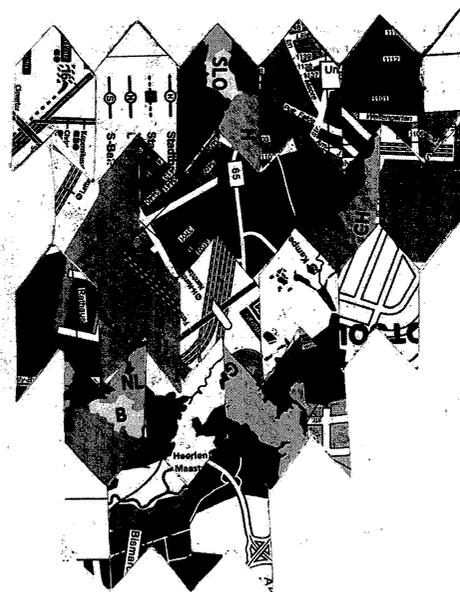
O debate em torno das ações afirmativas constitui um passo muito importante para a construção de uma sociedade substantivamente igualitária. É interessante ver a enorme variedade de argumentos contrários e favoráveis a essas ações (principalmente à mais polêmica delas, as cotas) e ver onde se localizam tais argumentos.

As políticas de ação afirmativa são frequentemente acusadas de serem reformistas ou paliativas, no entanto, acredito que elas têm um caráter revolucionário pouco discutido, ou talvez propositalmente muito abafado. Tais ações estão mexendo em privilégios que as classes médias e altas não imaginavam que pudessem ser tirados delas, e o conservadorismo dos membros desses grupos surge sob as mais diversas facetas (não necessariamente mal-intencionadas) antirracistas. O posicionamento dos grandes jornais impressos e dos principais canais de televisão reforça esse temor das classes atualmente privilegiadas, tendo grande impacto na opinião pública. Vale lembrar a grande repercussão do manifesto contrário às cotas "Todos têm direitos iguais na República Democrática", que possui 113 assinaturas. Esse manifesto obteve muito mais visibilidade nos meios de comunicação do que o "Manifesto em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas", que, no entanto, foi assinado por mais de 4000600 pessoas.

Este é um momento crucial da construção da democracia brasileira que pode, e provavelmente vai, gerar profundas mudanças na conjuntura econômica e social do país. Um ótimo exemplo da gravidade da situação que vivemos é a ausência, no Brasil, de um negro que seja estudioso da escravidão, ausência essa que sinaliza que os negros não tiveram voz para debater sua própria história dentro da academia. Além da possibilidade de mudar essa situação, essas ações afirmativas desempenham o importante papel de promover o contato entre brancos e

negros em uma situação na qual eles sejam iguais, já que grande parte do contato que se estabelece entre negros e brancos na nossa sociedade se dá dentro da relação patrão-empregado. Quando negros e brancos convivem como estudantes, há não só uma troca de experiências de vida extremamente enriquecedora, como uma desmistificação de ideias que fomentam o racismo.

É importante ressaltar que essas ações de discriminação positiva foram propostas como políticas públicas de caráter temporário, funcionando como um meio, e não um fim. Uma vez alcançada a igualdade, essas políticas não mais são necessárias ou desejáveis. Além dessas questões, deve ser levado em conta nesse debate que a melhoria do ensino público de base é extremamente importante para o êxito pleno das ações afirmativas. O momento de discussão de tais ações deve ser palco de debates muito mais amplos, que repensem o nosso sistema educacional, a nossa democracia e a nossa noção de igualdade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1998), "A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura", in NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (orgs.). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes.
- BARBOSA, Muryatan S. (2001), "Identidade nacional e ideologia racialista". *Temporaes*. Departamento de História/FFLCH/USP São Paulo, Humanitas. 9, 8: 15-21.
- CARVALHO, José Jorge de. (2005), "Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB". *Horizontes Antropológicos*, 11, 23: 237-246.
- _____. (2004) "Ações afirmativas para uma aliança negro-branca-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil", in GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (orgs.). *Afirmando direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte, Autêntica.
- FREYRE, Gilberto. (1992), *Casa-grande e Senzala*. 28ª edição, Rio de Janeiro, Record.
- FRY, Peter & MAGGIE, Yvonne. (2004), "A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras". *Estudos Avançados*, São Paulo, 18, 50.
- GOMES, Nilma. MARTINS, Aracy. (2004). *Afirmando direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade. Tempos de lutas e tempos de desafios: a trajetória de um programa de permanência voltado para alunos e alunas negras da graduação da UFMG*. Belo Horizonte, Autêntica.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. (2008), "Novas inflexões ideológicas no estudo do racismo no Brasil", in ZONINSEIN, Jonas & JÚNIOR, João Feres. (Org.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. 1ª edição, Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ.
- _____. (2006), "Depois da democracia racial". *Tempo social*, 18, 2: 269-287.
- MAGGIE, Yvonne. (2008), "Pela igualdade". *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 16, 3: 897-912.
- MAGNOLI, Demétrio. (2008), "Identidades Raciais, Sociedade Civil e Política no Brasil". *Coesão Social na América Latina: bases para uma nova agenda democrática*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- MAIO, Marcos Chor. (1990); "O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14, 41.
- MUNANGA, Kabengele (2004), "Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – um ponto de vista em defesa de cotas", in GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (orgs.). *Afirmando direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte, Autêntica.
- NASCIMENTO, Abdias & NASCIMENTO, Elisa Larkin. (2000), "Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997", in GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a Máscara. Ensaio sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra/SEF.
- PENHA-LOPES, V. (2008), "Universitários Cotistas", in ZONINSEIN, Jonas & JÚNIOR, João Feres (orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. 1ª edição, Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ.
- PAIXÃO, Marcelo. (2008), "A santa aliança: estudo sobre o consenso crítico às políticas de promoção da equidade racial no Brasil", in ZONINSEIN, Jonas & JÚNIOR, João Feres (orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. 1ª edição, Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ.
- PIOVESAN, Flavia. (2005), "Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos", *Cadernos de Pesquisa*, 35, 124.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2003), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SARMENTO, Daniel Antônio de Moraes. (2008), "O negro e a igualdade no direito constitucional brasileiro: discriminação de facto, teoria do impacto desproporcional e ações afirmativas", in ZONINSEIN, Jonas & JUNIOR, João Feres (orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. 1ª edição, Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SEGATO, Rita. (2005), "Em Memória de Tempos Melhores". *Horizontes Antropológicos*, 23, 11: 273-282.
- TRAGTENBERG, M. H. R.; BASTOS, J. L. D.; NOMURA, L. H.; PERES, M. A. (2006), "Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?", *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 36, 128: 473-495.
- ZONINSEIN, Jonas & FERES JÚNIOR, João (2008). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Introdução: A consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. <<http://www.palmares.gov.br>>. Acessado no dia 21/06/2009 às 21h30.
- PORTAL EDUCRAFO. <<http://www.educrafo.org.br/>>. Acessado no dia 08/02/2011 às 20h.
- PORTAL IPEA. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pequisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf < <http://www.ipea.gov.br>>. Acessado no dia 21/06/2009 às 21h.
- "Manifesto em defesa da justiça da da constitucionalidade das cotas". Retirado do site <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos-e-manifestos/Manifestoemdefesadascotasmaio2008.pdf/view>
- "Todos têm direitos iguais na República Democrática". Retirado do site <http://www.georgezarur.com.br/opiniaio/144/todos-tem-direitos-iguais-na-republica-democratica-posicionamento-de-intelectuais-brasileiros-contra-o-sistema-de-cotas-raciais>

Um carro a menos, um amigo a mais: A carona como exemplo de sociabilidade

**Bruno Lucas
Saliba de
Paula**

graduando de
Ciências Sociais na
UFMG

**Eduardo
Henrique
Carvalho
Ferreira¹**

graduando de
Ciências Sociais na
UFMG

Palavras chave:

caronas,
sociabilidade,
Antropologia
Urbana.

Key words:

hitchhiking,
sociability, Urban
Anthropology.

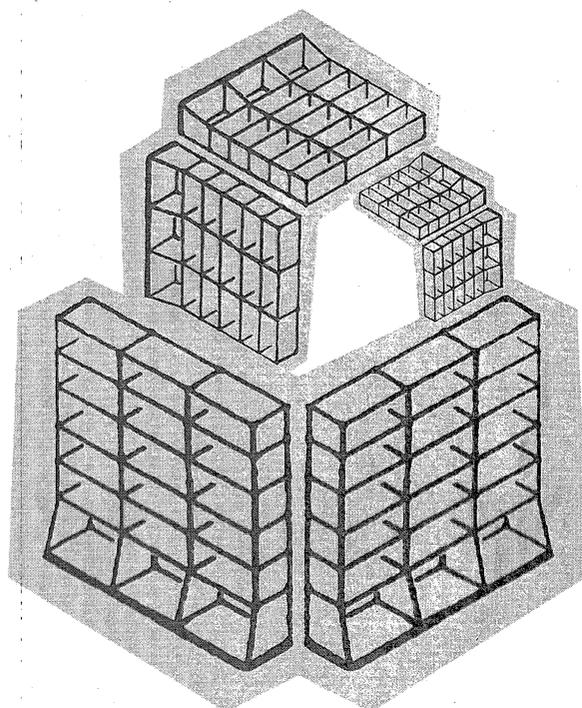
RESUMO: Inspirados pelas obras de Georg Simmel, decidimos ir a campo para participar e observar o ato de dar e receber caronas entre os estudantes da UFMG. O objetivo de nosso trabalho foi estudar as relações de sociabilidade entre caroneiros e caronistas e sugerir, após análise, que os fluxos de conversas surgidas durante uma carona são momentos em que o ato de dialogar se sobrepõe ao conteúdo das conversas em si. Escolhemos realizar um trabalho mais descritivo que teórico, mas nem por isso nos distanciamos de questões relevantes para a Antropologia Urbana, a saber: as impressões subjetivas sobre as mudanças no espaço urbano de Belo Horizonte, a intensificação da vida mental nas grandes cidades, o estresse decorrente do caótico trânsito de veículos e o encontro com um outro estranho no interior de um ambiente privado, o carro.

ABSTRACT: Inspired by Georg Simmel's works, we decided to go fieldworking to join and observe the act of UFMG students hitchhiking. We aimed at studying the sociability relationships between hitchhikers and to suggest, after analysis, that the conversation raised during a ride are moments in which the chatting overlaps the conversation content in itself. We chose to perform a more descriptive than theoretical work, although we did not distance ourselves from relevant questions towards Urban Anthropology, namely: the subjective impressions about the urban space changes in Belo Horizonte, the mental life intensification in metropolis, the stress due to the chaotic traffic and the confrontation with a strange other within a private space, the car.

Tínhamos como proposta inicial estudar como se dão as relações de sociabilidade entre caroneiros e caronistas² a partir das práticas, existentes entre os estudantes da UFMG, de pegar e oferecer carona. Para tanto, utilizaríamos como referencial teórico as ideias de Georg Simmel (2006) a respeito da sociabilidade, relacionando-as ao material empírico coletado. No entanto, quando iniciamos o trabalho de campo, percebemos que a realização desse objetivo inicial seria inviável. Em primeiro lugar porque não encontramos uma maneira de criar a priori um roteiro capaz de recolher dados importantes para o estudo da sociabilidade. Assim, chegamos ao consenso de que os dados que perseguíamos só poderiam ser alcançados através de tentativas, ainda que limitadas, de estabelecer conversas fluidas, informais, livres e espontâneas. Em outras palavras, concluímos que a sociabilidade só pode ser estudada sem que as entrevistas estivessem determinadas pela rígida estrutura de um roteiro. Em segundo lugar, percebemos que conversas recorrentes surgiram durante as caronas, talvez porque nos traímos quanto ao pacto de não estabelecer um roteiro, ou, quem sabe, porque essas conversas em comum constituem instrumentos utilizados pelos motoristas e caroneiros para estabelecer relações de sociabilidade. De todo modo, resolvemos dedicar mais atenção a esses assuntos em comum, até porque eles tratam de importantes temas para a Antropologia Urbana, como as percepções de cada um e a construção

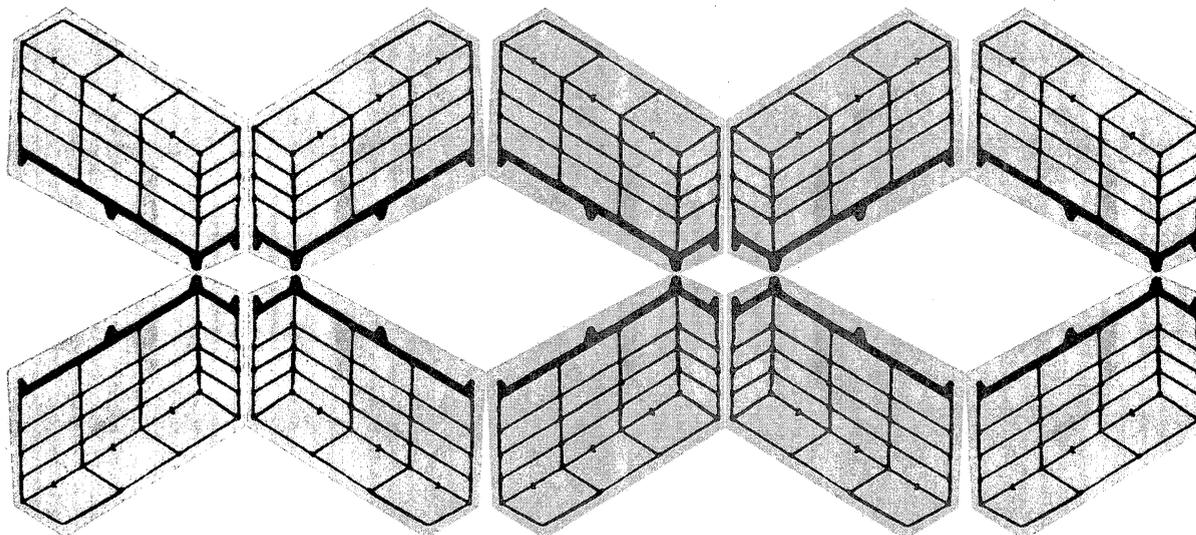
da memória coletiva sobre o espaço urbano, a relação entre o público e o privado e as questões referentes ao trânsito nas grandes cidades.

As consequências de todas essas constatações e o resultado dessa mudança de foco se encontram aqui. A principal implicação destas alterações contingentes foi a opção por fa-



¹ Alunos do sétimo período de Ciências Sociais da UFMG. E-mails para contato: brulsp@hotmail.com e ehcferrera@hotmail.com.

² Por "caroneiro" e "caronista", termos presentes ao longo de todo o texto, nos referimos, respectivamente, àqueles que recebem e àqueles que oferecem caronas.



zer um estudo menos teórico que descritivo. O leitor encontrará, portanto, um texto que mais se aproxima de uma crônica do que de um trabalho acadêmico, de forte caráter experimental. Isso não quer dizer, porém, que não abordaremos a sociabilidade e os outros aspectos antropológicos e sociológicos do ato de pegar e dar carona, tais como a alteridade e a minimização do constrangimento provocado pela presença de um estranho dentro de um ambiente privado, como o carro.

Como fizemos o trabalho livremente, seria muita pretensão falar em uma rígida orientação metodológica. Queremos expor apenas o que planejávamos fazer antes de irmos a campo e o que nos fez mudar de idéia.

Pretendíamos pegar caronas não apenas no portão de acesso à UFMG pela Avenida Antônio Carlos, como também naquele da Avenida Carlos Luz e no interior do campus. Acontece que o fracasso de nossas tentativas no portão da Catalão produziu dois resultados. Primeiramente, desistimos de lá tentarmos novas caronas, pois isso nos pareceu inviável devido ao longo tempo de espera. Acreditamos que essa dificuldade seja decorrente do ponto de carona estar situado na faixa da direita, a mais distante da ocupada pelos motoristas que se dirigem ao centro de Belo Horizonte. O segundo resultado foi o nosso retorno imediato ao ponto da Avenida Antônio Carlos por meio de uma carona inusitada, que será apresentada mais adiante. Queremos deixar claro, portanto, que, com exceção dessa carona que nos transportou juntos no interior do campus, todas as outras foram realizadas por cada um dos autores, isoladamente, no portão da Antônio Carlos em direção ao centro.

O contexto em que pegamos carona foi bastante peculiar, não só porque o fizemos no ambiente urbano, mas, especialmente, porque isso se deu em uma determinada localidade: a Universidade. Nesta situação, caroneiro e motorista se reconhecem como pares, como membros de uma mesma comunidade, o que eliminaria o possível perigo apresentado pelo confronto com o estranho. Acontece, no entanto, que a

identificação entre a comunidade acadêmica da UFMG não se dá tão facilmente. Para exemplificar esse argumento, recorreremos ao comentário feito por P., graduando em Pedagogia (e que tentará reopção para Grego Antigo na Faculdade de Letras). Ele relatou que nunca havia dado carona em direção ao centro antes da que concedia naquele momento, embora já tenha tentado várias no interior da Universidade. Seu desejo em fazê-lo se explica pelo fato de ter dito que não gostava de dirigir sozinho. O estudante disse que sempre oferecia carona para pessoas que via subindo o morro em direção à Faculdade de Educação. Apesar de tantas tentativas, apenas uma foi bem sucedida, na qual a caroneira disse ter aceitado apenas por já tê-lo visto anteriormente andando pelos corredores do prédio da FAE. Outra prova de que os estudantes da UFMG não se identificam tão facilmente para dar e receber caronas é que, ao pararmos no ponto dos caroneiros próximo ao portão de acesso à UFMG pela Avenida Antônio Carlos, não embarcamos no primeiro veículo com o qual cruzamos. Em média, temos que esperar quinze minutos até que apareça um caronista, tempo sujeito a alterações de acordo com as circunstâncias em que a carona é solicitada. Sabemos, em parte por experiência própria, em parte por informações coletadas com outros caroneiros, que uma mulher sozinha, por exemplo, consegue carona mais rapidamente. A mulher também facilita a situação do caroneiro do sexo masculino: ele embarca mais facilmente quando acompanhado de uma dama do que quando está sozinho ou com outros amigos do mesmo sexo. Outras variantes que não podem ser desconsideradas são o dia e o horário durante os quais solicitamos caronas. Durante os dias úteis da semana, acreditamos ser constante a possibilidade de se conseguí-las, havendo como exceção as sextas-feiras, talvez devido à diminuição do fluxo de pessoas transitando pelo campus. Podemos perceber que, no final do período letivo, pelo mesmo motivo que acomete a carona das sextas-feiras, também se torna mais difícil obtê-las. Essa foi, aliás, uma das dificuldades que enfrentamos na coleta de dados para a pesquisa. Os horários mais favoráveis são o final da tarde, entre dezessete e dezoito horas, e o horário do almoço, entre onze horas da manhã e meio-dia.

Mesmo no contexto universitário prevalece, em alguma medida, o sentimento de hostilidade em relação aos caroneiros. Estes nem sempre são bem vistos por aqueles que passam, motorizados ou a pé, pelo ponto. É comum, por parte de motoristas e pedestres, o lançamento de olhares desconfiados, depreciativos ou simplesmente indiferentes sobre os caroneiros quando estes erguem seus polegares manifestando seus pedidos. É importante a consideração deste detalhe, pois ele diferencia os caroneiros propriamente ditos, que embarcarão numa carona não previamente planejada, daqueles que esperam, nas proximidades, por caronas já garantidas com conhecidos. Percebemos que a saída da Avenida Antônio Carlos é um lugar de encontro bastante adotado por este segundo tipo de caroneiro. Ainda a respeito desse gesto característico dos primeiros, queremos lembrar que é ele que o torna visível como caroneiro. Se, por um lado, esse gesto é indispensável para se conseguir carona, por outro, ele traz a público o caráter "fora da lei" do caroneiro. Várias vezes ocorreu de alguns motoristas que vinham pela faixa da direita, mais próxima do caroneiro, mudarem bruscamente para a faixa da extrema esquerda, talvez para minimizar o contato visual com quem está pedindo carona. Essa atitude é semelhante àquela que Goffman identificou como "desestimulação defensiva" (GOFFMAN, 1971), em que está em jogo a administração dos corpos individuais nas ruas:

"ao olhar de relance segue-se um posicionamento que acarrete o menor risco de contato físico. Assim, é possível reduzir-se a complexidade da experiência urbana — afastando-se dos outros, mediante um conjunto de clichês, o cidadão sente-se mais à vontade; ele pressente a realidade e desloca o que lhe parece confuso ou ambíguo" (SENNET, 2006, p. 296).

Outra tática utilizada pelos motoristas é expressar, por meio de gestos, que tomará uma direção qualquer, completamente diferente da que supõe ser a desejada pelo carona, ainda que não tenha averiguado com quem está no ponto. Outra forma de interação, que parece ser utilizada pelos motoristas para se eximir da culpa de não contribuírem para as caronas, é aquela na qual eles perguntam ao caroneiro se seu destino é o mesmo que o seu, geralmente um lugar que dificilmente coincidirá com a rota de quem está pedindo carona naquele ponto.

Antes de relatarmos e comentarmos cada carona, vamos definir, rapidamente, o fenômeno da sociabilidade, tal como concebido por Georg Simmel (2006): processo que opera

na separação daquilo que denominei de "conteúdo" e "forma" da existência social. O que é autenticamente "social" nessa existência é aquele ser com, para e contra com os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades. Essas formas adquirem então, puramente por si mesmas,

e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais (SIMMEL, 2006, p. 63-64).

A carona seria um ótimo exemplo de sociabilidade porque nela a conversa é o instrumento de conduta mais utilizado pelos sujeitos envolvidos, já que interessa menos o conteúdo em si do que o ato de dialogar. Durante essas conversas travadas ao longo do curto percurso no qual caroneiros e motoristas encontram-se juntos, a fala torna-se legitimamente um fim em si mesmo, propiciando o surgimento e o preenchimento de uma relação que nada quer ser além de uma relação que possui como seu conteúdo mais significativo a ausência de conteúdo: forma pura de interação.

Feitas essas considerações, passemos; agora, para as situações em que fomos bem sucedidos ao pedir caronas. Tomaremos como eixo condutor de nossos relatos e considerações a carona que julgamos mais expressiva, tanto no que diz respeito à sociabilidade quanto no que se refere aos temas relevantes para a Antropologia Urbana. Trata-se de uma carona conseguida, em torno de 20 minutos, por Bruno, que, depois de 10 minutos pedindo carona sozinho, se viu acompanhado por outro estudante. A ideia de pegar carona com outra pessoa pareceu interessante ao pesquisador, já que ele teria a oportunidade de vivenciar uma situação ainda não analisada. Logo no início, o segundo caroneiro, que chamaremos de L., pediu autorização para se juntar ao pesquisador e começou a contar uma experiência vivida numa carona anterior. Era uma história de quando ele estava pedindo carona, juntamente com um colega, para circular no interior do campus, partindo da portaria da Avenida Carlos Luz. Um carro parou para que eles entrassem, mas, antes que eles embarcassem, um ônibus bateu na traseira do carro do motorista benevolente. Antes que Bruno pudesse comentar o caso, A., um motorista, colega de L., parou para lhes dar carona. O fato de L. e A. serem colegas de curso (ambos faziam Música) poderia comprometer o surgimento de conversas informais e espontâneas que possibilitassem o estudo da sociabilidade. No entanto, logo no início do trajeto, Bruno percebeu que L. e A. também não eram lá tão íntimos. As conversas se desenvolveram entre três desconhecidos – ou quase-desconhecidos. Algum tempo depois de iniciado o papo, que corria livremente, L. perguntou a Bruno que curso ele fazia. O pesquisador respondeu que cursava Ciências Sociais. L., prontamente, tratou de enumerar e citar todos os seus conhecidos desse curso, os quais ele supôs que o companheiro de carona conheceria.

Bruno – Eu faço Ciências Sociais.

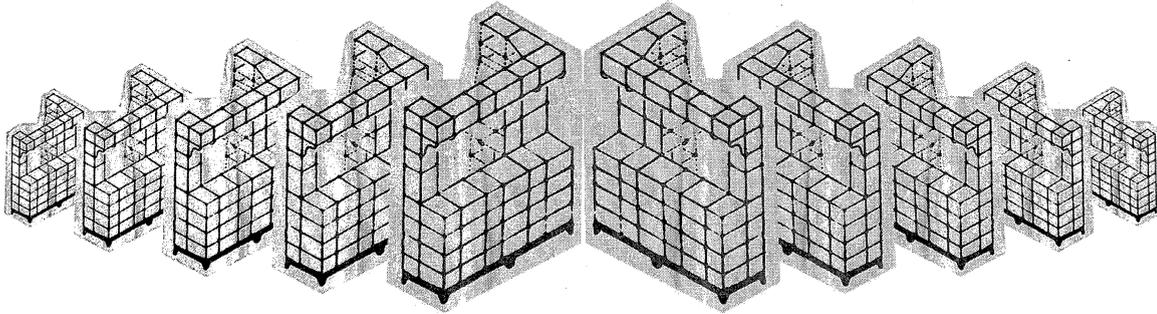
L. – Em que período cê tá?

Bruno – Quinto.

L. – Ah, então você é da turma do M.

Bruno – É. Sou da turma do M., da entrada do M.

L. – O M. é meu amigo.



A., o motorista, que estava fora da conversa, também queria se inserir:

A. – Eu conheço muita gente da Ciências Sociais, só que da PUC.

L. – Nó, eu conheço muita gente da Ciências Sociais (risos). J., cê conhece?

Bruno – Sei, também.

L. – A N... Ah, eu conheço muita gente...

Percebemos que esse é um tipo de tentativa de aproximação bastante comum entre os atores das caronas. Em outra, também pegada por Bruno, B., o motorista, degustador e importador de vinhos e que não tem nenhum vínculo institucional com a UFMG, conhecia várias pessoas das Ciências Sociais. Em outro caso, vivenciado por Eduardo, P.V., professor aposentado da Universidade Federal de Viçosa, que estava de passagem pelo campus para deixar sua esposa, professora da UFMG, insistentemente buscou, através do caroneiro, informações atuais sobre as Ciências Sociais na UFMG. Seu interesse era decorrente do fato de ter estudado História Natural na FAFICH³ da Rua Carangola na década de 1960.

P.V. – Estou tentando lembrar do pessoal da Ciências Sociais que eu lembrei. Tinha um pessoal que era da minha época. Deixa eu ver quem que era... Tem um que aposentou, que era meio doidão, F., do F. eu lembro. Mas aí sempre vejo no jornal Fábio não sei o quê Magalhães, Fábio...

Eduardo – Wanderley Reis.

P.V. – Fábio Wanderley Reis. Qual que é a daquele cara, hein?

[...]

P.V. – Tinha um, da Antropologia, nos tempos da FAFICH, que era um gordão... É... Como é que é o nome dele?

Se a tentativa de encontrar conhecidos em comum fracassa, valem, também, outras formas de aproximação, como a manifestação de conhecimento de alguns autores na área de Ciências Sociais. No caso a seguir, Mu., professor de composição da Escola de Música, ex-engenheiro, descobrira o gosto pela Música, mas, posteriormente, se viu atraído pela Sociologia.

Mu. – Uma coisa que eu ia fazer se eu pudesse é Sociologia. Quando eu fiz mestrado foi que eu descobri que eu gostava de Sociologia.

Eduardo – Sociologia?

Mu. – Acho muito legal...

Eduardo – E começou a ler o quê pra achar legal?

Mu. – Bourdieu. Eu gosto muito dele. Sou fascinado por Bourdieu.

Eduardo – Foi no mestrado que você leu Bourdieu? Negócio de gosto e tal...

Mu. – É, hábito...

A relação de P.V. com a FAFICH vai além do simples conhecimento de professores cujos nomes não foi capaz de lembrar. A conversa informal travada em direção ao centro de Belo Horizonte com um atual estudante de Ciências Sociais lhe suscitou um processo de rememoração, no qual vieram à tona suas antigas ligações com as Ciências Sociais de outrora.

P.V. – Quando a gente tava lá na FAFICH, o pessoal das Ciências Sociais criou um programa, um curso paralelo, uma rede de conteúdo programático, as disciplinas paralelas: Ciências Sociais alternativas.

Eduardo – Sinuca I, Sinuca II...

P.V. – Não!

Eduardo – Era disciplina mesmo?

P.V. – Tinham as disciplinas tradicionais e os caras criaram outro curso, conteúdo mais progressista. Eu lembro que eu fiz um curso sobre dialética... É... Materialismo dialético, dialética da natureza, um troço assim, que era dentro desse troço...

Eduardo – Marxismo...

P.V. – Eventualmente um pouco de marxismo, mas talvez o pessoal muito da Escola de Frankfurt.

Eduardo – Sei, sei. Isso foi em que ano mais ou menos?

P.V. – Isso foi para lá para 1966, 1967, 1968...

Já P., aquele mesmo estudante de Pedagogia que disse que sempre tenta dar caronas por não gostar de dirigir sozinho, se demonstrou bastante descontente com o fato de Marcel Mauss nunca ter feito trabalho de campo. Fazemos nossas, porém com uma pequena modificação, as palavras, fortemente abafadas pelo ritmo do heavy metal que soava ao fundo, do nosso "informante", ou melhor, de nosso companheiro de viagem: "vale mais uma carona do que mil livros lidos":

P. – Como é que chama esse cara que só pegou o ensaio dos outros, fez críticas sobre todos e não foi a lugar nenhum? Como é que chama esse cara? É um cara

que é bacana, as pessoas puxam o maior saco dele.

Eduardo – Mauss?

P. – Eu acho que é (risos). É esse mesmo. O cara só leu os trem, o cara é o maior foda, falava até, escrevia até em sânscrito lá e tal. Eu acho que é esse Mauss mesmo. O cara não foi a lugar nenhum e criticava todo mundo. [...] Tem um ditado chinês que fala: “vale mais uma viagem do que mil livros lidos”, sacou?

Eduardo – Ah, cara! Será? Será?

P. – Tem que experimentar, tem que ter experiência real mesmo. Você lê uma coisa, você imagina tudo, velho. Ir é outra coisa.

Outra tentativa de aproximação, também relacionada à FAFICH e às Ciências Sociais, se deu de forma um pouco menos simpática. Durante a ida ao centro regada ao som da Rádio 98 FM., R., estudante de Engenharia, conversava com Bruno sobre as matérias que alguns estudantes do ICEX⁴ têm que fazer, obrigatoriamente, na FAFICH.

Bruno – E a galera fica puta, né, lá no ICEX, por ter que fazer isso (as duas matérias obrigatórias pela grade curricular) lá na FAFICH.

R. – Ah, mais ou menos. É bom que é mais fraquinho (risos).

Bruno – Descansa, né?

R. – Dá uma descansada, ganhar uns créditos a mais, aumentar um pouquinho o RSG⁵.

Bruno – Quê isso, cara, as matérias da FAFICH não são tão fáceis assim, não. Passar é fácil, mas com “A” nem sempre.

R. – Eu passei com “A”, ué! Nas duas. Não, na outra eu passei com “B”.

Ma., ex-trabalhador de uma fábrica de Fundição em Várzea da Palma, costumava pegar caronas nos carros de seus companheiros de trabalho todos os fins de semana para voltar a Belo Horizonte. Ele se gabava muito da carreira em curso de seu filho, Matemática, a ponto de caçoar Eduardo e sugerir uma hierarquia entre as ciências exatas e humanas. Mas intrigante mesmo foi seu esquecimento de parar o carro para que o carona descesse.

Ma. – Oh, passou aqui! Era pra eu ter deixado você lá (esquina da Rua da Bahia com Viaduto Santa Tereza).

Eduardo – Tá bom aqui, tá bom aqui (saída do Viaduto Santa Tereza, início da Avenida Assis Chateaubriand, Bairro Floresta). A gente tava falando aqui...

Ma. – Eu acabei me distraindo aqui...

Eduardo – Não, tá bom. Você ficou interessado em ouvir o negócio, aí acabou...

Ma. – Beleza então?

(Buzinada curta do carro que estava na traseira do veículo de Ma. quando parou o veículo para o desembarque do caroneiro).

Eduardo – Valeu!

Ma. – Falou!

Eduardo – Obrigado!

Ma. – Falou! Como é que é o seu nome?

Eduardo – Eduardo. Qual é o seu?

Ma. – O meu é Ma.

Eduardo – Ma.? Valeu aí, velho. Boa sorte pro seu filho.

Ma. – Falou, obrigado.

Eduardo – Sucesso!

(Longuíssima e ensurdecadora buzina de veículo que passava pelo Viaduto, após o desembarque do passageiro, quando Ma. arrancava seu carro e tentava pegar a faixa da esquerda).

Antes de prosseguirmos, queremos nos ater, por um instante, a um detalhe suscitado a partir do exemplo acima: a troca de nomes entre motorista e caroneiro. Na maioria das vezes, quando isso chegou a acontecer, essa troca só se deu nos últimos instantes da viagem, já quando o carro estava parado para que os atores da carona se despedissem. Como podemos comparar o carro com a casa nos tempos que correm, já que ambos constituem instâncias privadas das vidas de cada indivíduo, surpreende-nos que as pessoas possam conversar nesse espaço por um longo tempo, sem problema algum, em anonimato. Em alguns casos, é também notável que a iniciativa de se perguntar o nome do outro tenha partido dos autores, já que eles eram os “visitantes”, e os motoristas, os “anfitriões”. Pedimos licença ao leitor para apresentação de outros tantos exemplos que ilustram tal fenômeno, sugerindo, desde já, a analogia da troca de nomes e da despedida com a lógica da economia do dom.

Bruno – Qual que é o seu nome?

B. – B. O seu?

Bruno – Bruno. Valeu, B. Brigadão, cara.

B. – Prazer.

Bruno – Prazer também. Falou.

B. – Bate forte aí (a porta do carro).

Bruno – Ah, beleza. Você fecha daí, né?

B. – Fecho.

Bruno – Tranquilo, então. Obrigado, B. Falou.

Apesar da troca de nomes só ter ocorrido ao final do trajeto, o destino combinado há uns dez minutos já havia sido alterado várias vezes para facilitar o desembarque do carona, o que julgamos ter acontecido devido a uma afinidade desenvolvida entre eles.

Bruno – Você vai pegar a Afonso Pena aí?

B. – Não.

Bruno – A Bahia?

B. – Não. Vou descer lá pra Amazonas.

Bruno – A Praça Sete tá ótimo, então.

B. – Pra onde você vai?

Bruno – Pra Faculdade de Direito, ali na João Pinheiro, João Pinheiro com Guajajaras.

B. – Te leve lá, não me custa nada.

⁴ Instituto de Ciências Exatas.

⁵ Rendimento Semestral Global

Bruno – Não, mas você tá indo pra onde?

B. – Vou ter que pegar um negócio mais tarde lá, então eu posso passar ali na Augusto de Lima e pegar de uma vez.

Bruno – Se você tiver apressado aí e quiser ir pro seu destino inicial, na Praça Sete, tá ótimo pra mim, cara.
(o motorista errou o caminho)

B. – Eu não tô morando em Belo Horizonte já tem dois anos, isso aqui mudou tudo agora.

Bruno – Aí tá confundindo, né?

O fato de B. ter errado o caminho não fora mero acidente. Belo Horizonte sofreu várias mudanças em um curto intervalo de tempo. No entanto, abordaremos a questão da percepção dos motoristas sobre este fenômeno mais adiante. Prosseguindo com o dar, receber e retribuir ad infinitum, vejamos a despedida na carona concedida por R., estudante de engenharia que vai à FAFICH para descansar:

Bruno – Aqui você vai... Ah, tá ali, né, o Viaduto (Santa Tereza), né?

R. – É. Vou virar ali.

Bruno – Beleza. Ô, qual que é o seu nome?

R. – R. Como é que você chama?

Bruno – Bruno.

R. – Falou, Bruno.

Bruno – Ô, brigadão, hein. Quebrou um galho, aí!

R. – Nada...

Bruno – Falou, obrigado!

Agora a da estreia de P., o estudante de Pedagogia, descontente com o próprio curso, na qual motorista e caroneiro permaneceram conversando com o carro parado no ponto em que as trajetórias de ambos se separariam:

P. – Ô, como é que você chama, cara?

Eduardo – Eduardo.

P. – P. Prazerão, velho!

Eduardo – Ó, valeu, P. Qualquer dia que a gente se encontrar pela FAE aí, beleza...

P. – Agora nós vamos encontrar. FAE, FAFICH: tudo pertinho.

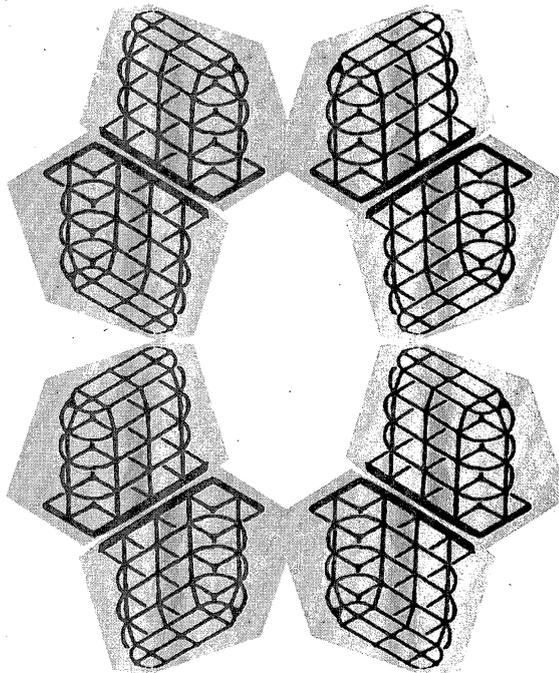
Eduardo – É... Boa sorte aí também na Literatura Grega. Acho que você vai fazer uma boa escolha. A gente quando entra no curso, se acaba continuando, chegando até o fim, eu acho que é mais pelo acaso de ter conseguido acreditar naquilo que os professores tavam falando.

P. – É verdade, é...

Eduardo – Tem muita gente que troca de curso. Com dezoito anos ninguém sabe porra nenhuma da vida, não.

P. – (risadas dissonantes até o fim da conversa).

Eduardo – É foda, velho. É foda. Eu não sei se você vai concordar comigo, mas enfim... Nem eu sei se eu concordo com isso, mas fica a provocação. Valeu, P., né? Valeu, P.



P. – Abração!
Eduardo – Falou!

Nas caronas concedidas pelos professores universitários, Mu., da Música, e P.V., aposentado da UFV, não houve troca de nomes.

Justamente numa carona em que prevaleceu o anonimato, pudemos verificar o que chamaremos de invasão coletiva do privado. Trata-se da carona conseguida no portão de acesso à UFMG pela Avenida Carlos Luz em direção ao interior do campus após o fracasso da tentativa de se conseguir outra carona que nos levasse ao centro da cidade. Na única carona em que pegamos juntos, um carro passou por nós e, sem que percebêssemos, parou antes do quebra-molas, buzinou e iniciou um movimento de ré. Ficamos perplexos, num primeiro momento, diante do luxuoso carro de passeio japonês que se apresentou diante de nós. No entanto, quando embarcamos, tudo se explicou: eram dois funcionários de uma concessionária incumbidos da missão de descobrir a causa de um barulho que incomodava o proprietário do veículo. O motorista, que parecia ocupar um cargo mais elevado na empresa em que trabalhava, e o mecânico, que ia no imenso porta-malas do carro, nos disseram que a UFMG era um excelente laboratório de teste para problemas daquela espécie devido a suas ruas de pedra. Segundo o motorista, "isso daqui não é carro pra andar no Brasil, não". Concordamos e, como não fomos capazes de escutar nenhum barulho anormal, comentamos:

Eduardo – Frescura de rico. Manda comprar outro logo, então.

Motorista – O dono desse carro aqui tem uma Pajero, tem uma Mercedes, tem uma BMW...

Enquanto isso, o motorista, a fim de agilizar o diagnóstico do problema, acelerava intensamente nas subidas e descidas das ruas do campus. Após errar o caminho várias vezes e nem por isso se sentir incomodado, o condutor parou

para que desembarcássemos.

Outro aspecto interessante sobre as caronas é a troca de informações sobre as mais diversas profissões:

B. – Eu sou... Eu faço importação de vinhos.

Bruno – É mesmo? Que doido! Então você tem a manha de degustar, saber as diferenças aí...

B. – É. Na verdade, eu sou degustador, eu faço seleção de vinhos.

Bruno – E a galera é muito exigente?

B. – Com o quê?

Bruno – Pra comprar.

B. – É.

Bruno – Paga caro pra caralho também, né?

B. – Paga, paga caro. Agora que tá começando a ganhar força no Brasil, né?

Bruno – Por quê? Aqui não tem muito mercado pra isso não, né?

B. – Tem. Só que... É um país pobre, né? População pobre. E vinho, mesmo se ele fosse barato, é caro.

[...]

Bruno – E você leva em conta lá o quê, nessa degustação? O cheiro, o gosto, o aspecto físico também...

B. – Olha: textura, sabor, riqueza de sabores, qualidade do sabor, que é quase subjetivo.

Bruno – É quase subjetivo, né, porque se fosse totalmente não teria nem muita, muito sentido, assim, degustar.

B. – É. Só não é subjetivo plenamente porque existem padrões assumidos como ideais. Do que eu gosto você pode não gostar, então qualidade pra mim não é para você. Mas existe uma qualidade padrão.

No caso de Ma., o que constatamos foi uma paixão pelo caráter desafiador de sua profissão:

Eduardo – O senhor trabalha com esse negócio de fundição ainda?

Ma. – Na realidade eu trabalho com projeto, né? Aí tinha o projeto de fundição e no projeto de mecânica e de estruturas metálicas eu trabalho também. Mas a fundição é um negócio que... Fascinante! Porque é cheio de caixinha de surpresa, entendeu?

Eduardo – Ah, é?

Ma. – Você nunca sabe se vai dar certo o negócio daquele jeito. Muitas variáveis, né? Você tem que cercar e olhar...

Eduardo – Temperatura...

Ma. – Núú! Temperatura, ó: temperatura, o projeto do ferramental tem que ser bem feito, e aí vai...

Eduardo – Entra, sei lá, o grau de pureza envolvido nas ligas metálicas e tal?

Ma. – É, ué.

Isso para não citar um caso interessantíssimo vivenciado em experiências anteriores, quando o motorista, que passava pela UFMG

para ter acesso a Antônio Carlos, após pegar sua tia que estava no Bairro São Luiz, começou a contar sobre sua profissão, nem um pouco usual: criador internacional de pombos-correios para competições de longa distância. O motorista mencionou uma realidade a qual éramos completamente alheios: provas de quinhentos quilômetros de distância, pombos que voam a setenta quilômetros por hora, Conselheiro Lafaiete como pólo de criação, rações alemãs, seleção genética, campeonatos na Tailândia, esporte número um na Bélgica, número dois em Portugal, circuito mundial da categoria, etc. Inadvertidamente, cometemos uma gafe tremenda ao comentarmos que conhecíamos a figura dos pombos apenas como praga urbana. Uns dois secundários de silêncio anteciparam a grave resposta que viria no momento em que o veículo parara no sinal, propiciando que o motorista olhasse para o banco de trás, de onde o comentário havia partido, e dissesse algo mais ou menos assim: "Você vê aqueles mendigos jogados nas calçadas das ruas? Esses pombos que você tá falando são como mendigos, se fôssemos comparar com seres humanos. Os meus pombos são verdadeiros atletas".

Para que nossa pesquisa não esteja sujeita à mesma dinâmica desenfreada e indócil da conversa, ganhando uma vida própria que escape ao nosso controle, façamos um esforço para retomar o fio condutor do trabalho: a carona de Bruno acompanhado por A. e L. As obras na Avenida Antônio Carlos suscitaram vários comentários que nos serviram como instrumentos para a compreensão de diferentes percepções individuais sobre a modificação do espaço urbano.

A. – Ô bixo, tá foda esse trem da obra aqui, viu, velho. Mas quando esse negócio ficar pronto...

L. – É...

A. – Vai ficar do caralho. Só essa liberdade que deu ali atrás já ficou do caralhíssimo.

L. – É. Depois dali, onde já terminou a obra, não tem trânsito, não.

A. – Ali tá doido demais.

[...]

L. – O IAPI⁶ não vai demolir, né (risos)?

A. – Mas bicho, é bizarro, né véio... você passar no lugar, tipo assim, velho, a gente vive aqui, eu vivo aqui desde moleque! Passar aqui e de repente ter um horizonte diferente, fraga? Olha que loucura! Aí tem tipo um prédio que você nunca viu (risos). Tinha uma outra coisa na frente. Bizarro demais, véio...

Bruno – E olha, tem a Cristiano Machado também, a mesma coisa, né? De três anos pra cá mudou completamente. A Lagoinha aí...

A. – Em muitos aspectos Belo Horizonte tá muito diferente, velho.

L. – Mas isso é normal, as coisas vão mudando...

A. – Pô velho, mas nem tanto assim, cara.

L. – Uai, quando meu pai era pequeno, a Avenida Uruguaí era um rio.

A. – Não, eu entendo, mas pensa pelo

6 Conjunto IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários).

nosso ponto de vista: a gente viu o negócio construído, saca? E foi tipo, derrubado. É muito mais bizarro do que o espaço que tinha um rio e virou uma rua, saca? Tipo um lugar que tinha um prédio, virou uma rua (risos)!

Bruno - Ah, cara, eu acho mais impactante a mudança do ambiente natural pro urbano, assim. Do urbano pro urbano nem tanto.

A. - Nôó...

Bruno - Eu acho que marca muito mais as pessoas o rio virar uma rua.

A. - Não, eu acho muito mais triste, mas eu acho visualmente mais impactante. Porque a gente tem um conceito de que, tipo assim, né, por mais que o espaço natural seja muito mais do caralho, muito mais bonito, muito mais saudável, muito mais um tanto de coisa, ele é muito mais simples. Ele tá lá, sacou? O prédio não, velho. Foi construído, demorou muito mais tempo para ser construído, nós acostumamos com o prédio. Tipo assim, o prédio ficou feio, caindo aos pedaços, aí de repente demoliram, entendeu? Eu acho isso muito mais impactante. Eu acho muito mais. E olha que eu não gosto de prédio. Até os prédios que são alta tecnologia, blablablá, eu acho feio. Eu acho que a cidade assim, vertical, eu acho feia. Mas eu acho impactante, se um dia eu chegar aqui e não tiver esse prédio do Minas Brasil, saca?

Bruno - Mas eu acho engraçado que eu pelo menos vou passar na Antônio Carlos daqui uns três meses e não vou lembrar de nada do que era antes, sabe?

A. - Não, eu vou demorar mais tempo.

Bruno - Nô, cara. Eu já esqueci o que tinha na beirada da Antônio Carlos ali onde vocês tavam falando que tava mais largo, fraga? É muito rápido...

A. - Que isso... Pedre pro cara do ônibus pra eu entrar aí (silêncio durante alguns instantes). Legal, parado no meio da rua e vai virar pra lá (referindo-se a um carro que se encontrava na faixa da esquerda e queria virar à direita).

L. - Gente indecisa no trânsito é um problema sério.

A. - Olha, velho, eu tenho um lema, velho, eu tenho um lema: eu quero virar pra lá, dá tempo? Não? Foda-se. Vou seguir reto.

Bruno - Pega outra rua, né?

A. - É, velho. Em algum lugar vai dar pra voltar. Vou parar o trânsito porque eu quero virar?

[..]

Bruno - Mas esse trânsito aqui é muito ruim mesmo, muito fodido, tem jeito não...

A. - Ô bicho, você sabe o que é o pior? Eu acho que nem é o trânsito...

Bruno - Você acha que é mais a postura das pessoas.

A. - É, eu acho que é a postura das pessoas.

Bruno - Ah, não, cara! Tem carro demais, velho.

L. - Não, eu acho que é as duas coisas.

A. - Não, eu concordo que tem carro demais, velho, mas, se a galera dirigisse assim mais, vamos dizer, de um modo mais empático, pensando tipo assim: eu não vou foder, não vou fazer isso com o cara porque eu não gostaria que fizessem comigo, eu acho que as coisas seriam melhor, porque realmente tem muito carro, mas muitas vezes você vê rolar um congestionamento e tal...

Bruno - Por barberagem, né?

A. - Por barberagem, porque um nequinho não quer esperar o outro, sacou?

A. e L. não são as únicas vítimas das inúmeras modificações no espaço da cidade, as quais têm como implicação o desmoronamento de nossos conceitos, para usarmos o mesmo termo empregado por A. Como vivemos num ambiente em que a realidade concreta literalmente é redesenhada todos os dias diante de nossos olhos, todos estamos vulneráveis à perda de referenciais de memória. Nada impede, por exemplo, que o rio que antes corria onde hoje é a Rua Uruguaí seja transformado num rio de asfalto e gente, que entorna pelas ladeiras e entope o meio-fio, tomando emprestadas as palavras de Milton Nascimento e dos irmãos Borges. Nem mesmo os prédios, agora demolidos, que ocupavam as margens da Avenida Antônio Carlos, ou o edifício da Minas Brasil no centro da capital, estão imunes a esse processo, pois, como lembra Lévi-Strauss (1996):

"para as cidades europeias, a passagem dos séculos constitui uma promoção; para as americanas, a dos anos é uma decadência. Pois não são apenas construídas recentemente; são construídas para se renovarem com a mesma rapidez com que foram erguidas, quer dizer, mal" (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 91).

Já que nossas memórias não se reconstruem à mesma velocidade com que novos edifícios preenchem o espaço vazio deixado pelos antigos, não nos espanta que o degustador de vinhos B. tenha se perdido no Complexo da Lagoinha por ter se mudado há apenas dois anos para São Paulo. Mas as mudanças nas rotas de trânsito de Belo Horizonte não são as únicas responsáveis pelos enganos dos motoristas. A intensificação da vida nervosa (SIMMEL, 2005), resultante da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores, conduz os motoristas das cidades a falsos caminhos. As conversas sobre assuntos triviais talvez surjam como uma tentativa de aliviar essa tensão, transformando

"a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação. A socição é, portanto, a forma (que se realiza

de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses — sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados —, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam" (SIMMEL, 2006, p. 60-61).

É, por exemplo, através de comentários como os que dizem respeito à morte de Michael Jackson que se desenvolve a unidade a que se refere Simmel. Eles servem, também, como um meio de sairmos da mera indiferença em relação ao outro.

Mu. – Pensa na morte do Michael Jackson aí, nessa comoção, chega a ser

ridículo, né, rapaz? Agora todo mundo quer falar do cara, você vê que tem muita gente que gostava do cara.

Eduardo – Mas só começa a gostar quando ele morre, né?

Mu. – Morre e todo mundo começa a falar, quer dizer, tem uma questão sociológica em jogo aí. O cara representa uma coisa ali, né, que tem a ver com o que tava escondido nas pessoas. Na hora que ele morre destampa assim um baú e o nego sai pondo pra fora umas coisas.

E é a esse fluxo contínuo e infinito de informalidades da vida cotidiana, a que, diga-se de passagem, ninguém atribui importância, que devemos a importante tarefa de fundar as bases da sociedade humana.

Submetido em abril de 2010

Aprovado em junho de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOFFMAN, Erving. (1971), *Relations in public: microstudies of the public order*. New York, Basic Books.
- LEVI-STRAUSS, Claude; AGUIAR, Rosa Freire d'. (1996), *Tristes trópicos*. São Paulo, Cia das Letras.
- SENNETT, Richard. (2006), *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro – São Paulo, Record.
- SIMMEL, Georg. (2006), *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- SIMMEL, Georg. (2005), *As grandes cidades e a vida do espírito*. *Mana – estudos de antropologia social*, 11, 2: 577-591.

As crianças: produtoras de conhecimento

Raissa Menezes de Oliveira

8º semestre da graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília.

Palavras chave: criança, sociologia da infância, Norbert Elias, redes de configuração.

Key words: child, sociology of childhood, Norbert Elias, network configuration.

RESUMO: Este artigo dialoga as experiências de campo com o trabalho do sociólogo Norbert Elias. Dois aspectos da sua teoria são sugeridos para pensarmos as configurações da infância em nossa sociedade: a ideia de sujeito epistemológico, trazendo as crianças como agentes conhecedores, e o processo civilizador que teria promovido um distanciamento entre os mundos dos adultos e das crianças – deixando-as sem nenhum espaço político ao mesmo tempo em que a infância aparece com um grande poder afetivo.

ABSTRACT: This article has as its premise Norbert Elias' conception of the task of the sociologist – that of comprehending the direction towards which the interactions between people change – focusing on the specificities of the webs in which children are present. I will problematize the reification of the concept of childhood, whose genesis is fundamentally linked to the intensifying of the civilizing process – according to the theories of Elias himself. Then we will reflect on the emotional weight that this group has gained over time.

Introdução

Trago algumas cenas do meu trabalho de campo realizado no PIJ (Programa Infanto-Juvenil) que consiste numa escolinha administrada pelo Sindicato dos Funcionários da Universidade de Brasília (Sinfub), sendo a maior parte das crianças filhos de servidores e professores. Ali, as crianças permanecem no horário complementar ao da escola formal, contando com auxílio nos deveres de casa e participando de brincadeiras e de outras atividades multidisciplinares. Este artigo traz algumas cenas do meu trabalho de campo que foi realizado numa sala de alunos de 6 a 10 anos.

Além das experiências de campo trago também alguns dados de pesquisas recentes sobre mercado de consumo infantil. Procurarei com isto ilustrar uma discussão sociológica sobre o lugar das crianças no contexto atual. Não trataremos das diversas condições culturais em que uma criança pode viver, limitar-nos-emos a um contexto genérico de cidades urbanas, de pessoas nascidas num lar com os cuidados mínimos que uma família pode proporcionar para o bom desenvolvimento das crianças.

O início do trabalho de campo coincidiu com leituras de Norbert Elias. A princípio sua teoria epistemológica muito me interessou para pensar a criança como sujeito. E, empolgada com o assunto, logo encontrei também ricas passagens em que o autor fala sobre a infância e o processo civilizador. Ainda que, por mais que me interessasse por seus argumentos teóricos, eu não conseguisse conciliar com minha experiência de campo, acredito que durante o artigo consegui mostrar teoria e realidade se relacionando. Mas no início não foi fácil enxergar sua perspectiva

diacrônica nas minhas experiências do dia-a-dia, tão sincrônicas.

I - Uma pequena história do conceito infância

Estudiosos da infância sempre se lembram de Philippe Ariès, historiador cujo trabalho foi um dos primeiros a mostrar como ocorreu o surgimento da 'infância' - ou algo parecido com a infância que conhecemos hoje -, quer dizer, como foi se constituindo uma distância entre os cotidianos dos adultos e das crianças. Em *História Social da Infância e da Família* (ARIÈS, 1981), ele demonstra como na Europa do século XV, as crianças começavam a trabalhar bem cedo junto aos adultos, assim que já tivessem condições físicas e um pouco de habilidade.

Além disso, o autor realiza uma grande busca nas imagens de épocas anteriores ao Renascimento, assim como nos diários de família e depara-se com a ausência de crianças, sendo que, nas poucas vezes que apareciam em obras de arte, eram apresentadas como adultos em miniaturas, no corpo, nas expressões e nas vestimentas. Era raríssimo que mandassem fazer retratos de criança, e em geral elas não eram enterradas nos cemitérios, e sim nos quintais de casa – provavelmente, porque não acreditavam que elas tinham alma. Ariès também tenta provar que a negligência com os bebês era comum e suas mortes eram pouco lamentadas, pois eram esperadas e, em certos casos, desejadas.

Hoje existe muita crítica a essa obra, e há até mesmo estudos que discordem que os filhos significassem tão pouco para os pais. Apesar de

algumas dúvidas a respeito das interpretações dos dados recolhidos, esse livro é importante, pois é o início de uma reflexão sobre a economia dos afetos nas relações entre adultos e crianças. Se a relação entre pais e filhos era como Ariès descreveu ou não, o fato é que uma sensibilidade no que tange a infância desenvolveu-se significativamente a partir do século XVII.

Para Elias esse distanciamento começou a ser praticado simultaneamente a um longo processo de mudança de valores e comportamentos, chamado o processo civilizador. Uma fonte comentada por Ariès que Elias analisa mais profundamente (ELIAS, 1994) são os manuais de boas maneiras. Estes manuais do século XVI eram destinados oficialmente às crianças da nobreza cortesã para aprenderem como se comportar em sociedade. Segundo Elias (1994), as restrições dos gestos pelas regras de etiquetas foram moldando as estruturas emocionais, instaurando o sentimento moderno de vergonha. Com isso, muitos dos assuntos que antes apareciam com muita espontaneidade – relacionados à sexualidade, aos palavrões e às funções corporais em geral – passaram a se limitar à esfera íntima pessoal. Alguns assuntos viraram tabus, e o que antes era tratado como assunto cotidiano, estando ao alcance das crianças, passou a ser segredo e desaconselhável de se tratar na frente delas.

“Desde cedo as crianças são treinadas nesse isolamento dos demais, com todos os hábitos e experiências que isso traz. Só se lembrarmos como parecia natural na Idade Média que estranhos, crianças e adultos compartilhassem a mesma cama é que poderemos compreender que mudanças nos relacionamentos interpessoais se manifestam em nossa maneira de viver. E reconhecer como está longe de axiomático que a cama e o corpo devam formar essas zonas de perigo psicológico, como acontece na fase mais recente da civilização”. (ELIAS, 1994).

Para Ariès (1981) esse novo costume chegou à burguesia no século XVII, que instaurou uma maior atenção nos fenômenos biológicos do corpo humano. E segundo ele foi nesse contexto que “a palavra infância se restringiu a seu sentido moderno. A longa duração da infância, tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade” (ARIÈS, 1981).

II - O processo civilizador e suas evidências

Segundo Elias (1995) o ocidente criou dois entes chamados ‘natureza’ e ‘cultura’, e habituamo-nos com a disjunção entre eles. A natureza seria da ordem de uma racionalidade irrevogável, impessoal e sem intenção, enquanto cultura seria o artificial, o que é aprendido. Para Elias a cultura é o conjunto das figurações das interdependências internas à dinâmica do processo civi-

lizador, as atitudes tradicionais, o próprio código de comportamento. O processo civilizador está próximo do sentido de cultura, pois se trata de algo aprendido, mas é necessariamente de longa duração. Além disso, esse processo não está em oposição à natureza, ao contrário, ele é quem dita o que é ‘natural’ e o que seria ‘cultural’. Para Elias todos os grupos humanos passam por processos civilizadores, constituindo através do tempo suas culturas e naturezas. “Isto permite que as pessoas vivam umas com as outras e consigo mesmas sem estarem constantemente expostas à pressão incontrolável de seus impulsos animais – os seus próprios e os dos outros”. (ELIAS, 1995).

Segundo Elias nossos impulsos e emoções são moldados culturalmente, através do processo civilizador. Esse controle é uma herança de nível biológico, psicológico e social que nós incorporamos ao longo da vida. Com essas ideias, entendemos que o que chamamos de consciência nada mais é do que uma forma muito desenvolvida do autocontrole. É interessante notar como as pessoas desde muito cedo possuem essa consciência e os sentimentos já ‘civilizados’, sabem como devem se comportar e julgam os outros conforme valores que se formaram lá na sociedade de corte.

“O padrão que está emergindo em nossa fase de civilização caracteriza-se por uma profunda discrepância entre o comportamento dos chamados ‘adultos’ e das crianças. Estas têm no espaço de alguns anos que atingir o nível avançado de vergonha e nojo que demorou séculos para se desenvolver. A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão à nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos. Nisto os pais são apenas os instrumentos, amiúde inadequados, os agentes primários do condicionamento. Através deles e de milhares de outros instrumentos, é sempre a sociedade como um todo, todo o conjunto de seres humanos, que exerce pressão sobre a nova geração, levando-a mais perfeitamente, ou menos, para seus fins”. (ELIAS, 1994).

No que observei nos meus dois meses de campo com as crianças, tudo que revelasse uma falta de higiene ou indicasse falta de bons modos era criticado pelas próprias. Paulo, por exemplo, era taxado pelas meninas de nojento, pois havia uma história de que ele urinava nas calças. Gabriela e Lurdes comentavam isso frequentemente. Sei que houve uma vez em que isso aconteceu, pois em certa ocasião ele defendeu-se, dizendo: “eu nunca mais fiz isso”. Já Bárbara era acusada de querer aparecer, falar demais, falar errado e não ‘bater bem da cabeça’. A professora, que precisa exigir um mínimo de bons modos dentro da sala e evitar os conflitos, possui um papel que muitas vezes legítima a classificação das crianças - quando reclama, por exemplo, que alguém fala demais, ou manda alguém parar de gritar, para “parar quieto”. As crianças não estão divididas entre as que são classificadas e as que classificam. Todas classificam.

Apesar da interessante relação das classificações infantis e os valores da sociedade, as crianças muitas vezes agem contra esses valores. Elas não têm todos os "bons modos" incorporados. Como Elias (1994) diz, o processo civilizador não é apenas histórico, é também individual¹ e um processo não acontece de uma só vez. Esse tempo necessário para a criança aprender todas as regras, desenvolver o que a psicologia chama de um superego, é algo que marca profundamente a diferença dos adultos e crianças.

Na sala não há um segundo de silêncio, as crianças sempre fazem comentários sobre seus desenhos e os dos outros, contam histórias sobre suas vidas e todos retrucam e discutem. As relações são sempre tensas. Mas apesar disso já existe um "controle das emoções", como diria Elias. Nunca presenciei, por exemplo, situações em que alguém tenha saído chorando, ainda que uma vez tenha presenciado algo que pode ser chamado de briga. Mas em geral as relações são quase diplomáticas:

Bruna chegou, e Gabriela disse um "oi, Bruna" muito provocativo. Bruna respondeu no mesmo tom. Perguntei se elas haviam brigado. "Claro", respondeu. Perguntei por que, e ela disse: "sei lá, não lembro". Perguntei se ela gostava de todo mundo do PIJ, ela disse que não gostava de tia Kamila, porque ela briga e bate nela. "Ela te bate?" "Bateu uma vez, quando você não tá" (nunca presenciei alguma atitude violenta da professora). Perguntei se ela gostava do Paulo, respondeu que não, porque ele é nojentto. Perguntei se ela já o tinha visto fazer xixi nas calças ou se ela tinha ouvido a Lurdes dizer. Ela disse que já tinha visto. Brincamos mais um pouco. Eu inventei de fazer cócegas nela, mas isso "não valia", e ela saiu correndo para falar com um homem que estava saindo pelo portão. Disse-me que era um amigo da mãe dela, que trabalhava com a mãe dela. Passamos por uma rodinha com a tia e seus alunos. Gabriela disse "essa é outra tia", e por trás fechou os olhos da tia, para que ela adivinhasse quem era. Divertia-se passeando pelo PIJ. Voltei a perguntar por que ela não gostava do Paulo. "Eu já respondi, é porque ele é muito nojentto, igual a um sapo 'melequento'". Perguntei se ele não era legal com ela, e ela respondeu que não. Brincamos mais um pouco, e ela disse que era pra entrar senão a tia Kamila ia brigar.

III - Sujeitos de conhecimento e a sociologia da infância.

Elias (1980) traz uma proposta de sujeito epistemológico que contribui para o nosso objetivo de legitimar a criança como objeto de estudo por dois motivos: primeiro por reconhecer o espaço que as crianças ocupam nas redes de inter-relações nos grupos, e segundo por colocar as crianças como agentes conhecedores.

Explicando melhor: Seu sujeito epistemológico, Homines aperti, ou homens abertos, traz o sujeito dotado de muitas valências que o ligam aos outros e à rede. Por consequência, todas as pessoas possuem poder sobre as outras, a categoria de agentes sociais é aplicada a todos

os humanos. Indivíduo e sociedade não existiriam, seriam apenas duas formas de ver a mesma coisa: sujeitos interdependentes. Sem a ideia dual de algo interno e natural ao indivíduo e algo externo e cultural, a criança não é mais vista como uma pessoa incompleta, que ainda não faz parte da cultura.

Considerando essa ideia de interdependência, toda mudança ou toda ação desencadearia uma nova configuração da rede. Os humanos estão numa rede social em que todas as experiências interpenetram-se e assim modificam o que está estabelecido, ou o reconfiguram "de modos específicos, ao longo do processo contínuo de desenvolvimento humano" (ELIAS, 1997). Assim as pessoas estão sempre tendo que entender e apreender uma nova realidade, uma nova configuração. Esse processo de conhecimento nunca cessa e nunca acontece isoladamente. O sujeito não é apenas produtor do seu próprio conhecimento, é também parte do conhecimento do outro.

Assim a diferença do status de conhecimento declarada entre 'adultos' e 'crianças' diminui, pois para ele homem está sempre num processo de conhecimento. Podemos fazer um paralelo aqui com Gregory Bateson (1972) que possivelmente influenciou a teoria eliasiana: para ele aprendizagem e evolução são dois processos vitais acionados pela troca de informações com o ambiente e por isso são permanentes, só param quando morremos.

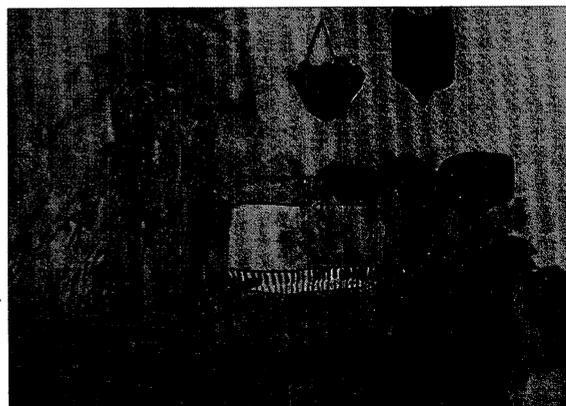
O que Elias considera aprendizagem e mostramos como o processo civilizador não é uma espécie de estrutura externa que molda os indivíduos e se reproduz igualmente a cada geração. Para ele o sujeito não é apenas um conhecedor, mas um sujeito do conhecimento do outro. Isso mostra como as crianças, por estarem numa fase mais intensa de aprendizagem, são tão importantes para a direção e a racionalidade que o processo civilizador vai seguir.

IV - O poder do afeto e a configurações da infância nos dias de hoje.

O objetivo nesta parte do artigo é mostrar como a epistemologia eliasiana fornece-nos um método para a abordagem sociológica da trama que as crianças constituem e pelas quais são constituídas.

Segundo Elias (1980), as dificuldades de grande parte da sociologia moderna devem-se,

¹ (...) o processo específico de 'crescimento' psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta frequência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso. (ELIAS, 1994)



por um lado, ao tipo de conceitos usados (originários das ciências físicas) inadequados às circunstâncias especificamente sociais e, por outro, à herança metafísica de modelos estáticos e dicotômicos que impedem uma investigação atenta às redes sociais de interdependências.

Segundo Elias, nas ciências sociais, a dificuldade de extinguir as dicotomias sujeito-objeto/ indivíduo-sociedade persiste devido ao sentido que essas categorias carregam. A própria forma de nossa língua substancializa conceitos gerando uma espécie de armadilha mental para o pensamento sociológico que nos leva a pensar as 'coisas' isoladamente e as relações apenas como oposições. O autor cita como exemplo os pronomes 'eu' e 'nós', que são categorias básicas do entendimento e não deixam um espaço para pensarmos num 'eu' enquanto 'nós'.

Para Elias não existiria o 'eu' nem o 'nós' nem o 'outro'. Esses termos seriam figurações da forma como as relações humanas estão se difundindo. Todos seríamos ligados a diversas redes de interdependência que nos constituem e que são constituídas por nós. Em suma, as dicotomias às quais estamos habituados impedem esse pensamento social como relacional-processual, pleno de interdependências. "Falamos do indivíduo e do seu meio, da criança e da família, do indivíduo e da sociedade ou do sujeito e do objeto, sem termos claramente presente que o indivíduo faz parte do seu ambiente, da família, da sociedade" (ELIAS, 1980).

O legado sociológico de Elias é aplicável em inúmeros casos, pois para ele toda e qualquer relação de interdependência que se estabelece constitui uma relação de poder ou uma figuração da balança/equilíbrio eu - nós. Para usar seus conceitos, valências mútuas não apenas ligam, mas se interpenetram formando figurações e conceitos particulares. Esse conceito de figuração é fundamental para sua proposta metodológica e surge de seus objetivos epistemológicos. "Conceitos como 'família' ou 'escola' referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, a configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras" (ELIAS, 1980).

Assim entendemos que, no esquema teórico-analítico do autor, a relacionalidade é um aspecto central, pois os próprios conceitos - família, escola, indivíduo, sociedade, infância etc. - são sínteses históricas.

Respeitando essa premissa, mostraremos as interdependências que as crianças constituem e pelas quais são constituídas, lembrando que estas são múltiplas (abordaremos o aspecto político,

econômico e familiar). O método sociológico que buscamos aqui é o modelo dos jogos de Norbert Elias (1980) na esfera que compreende a relação de pais e filhos. Segundo o autor, trata-se de um modelo bipolar em que as oportunidades de poder são distribuídas desigualmente, porém isso não quer dizer que ele exista só de um lado:

"Desde que nasce, a criança tem poder sobre os pais, e não só os pais sobre a criança. Pelo menos a criança tem poder sobre eles, desde que estes lhe atribuam qualquer tipo de valor. No caso contrário, perde seu poder. Os pais podem abandonar a criança se ela chorar demasiado. Podem deixá-la morrer de fome e, deliberadamente ou não, causar a sua morte, no caso de esta não desempenhar qualquer função para eles". (ELIAS, 1980).

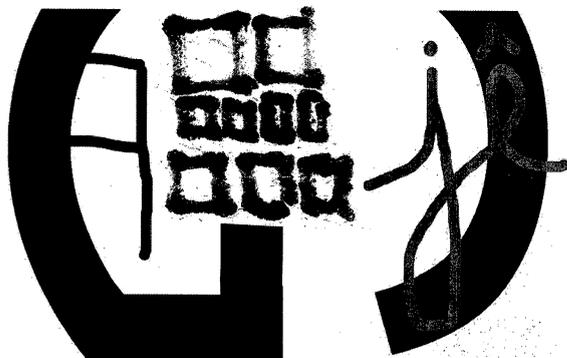
Pensando a relação de poderes entre pais e filhos enquanto o modelo de jogo de Elias, observamos que na configuração atual a diferença de poder entre pais e filhos diminuiu sensivelmente, pois o valor afetivo da categoria 'infância/criança/filhos' ganhou muito poder.

Na verdade deparamo-nos não apenas com uma maximização desses afetos na família, as vidas das crianças tornaram-se uns dos mais altos valores da sociedade contemporânea. Exemplos que provam isso não faltam: existe um índice específico para a mortalidade infantil, existem inúmeros outros que tratam da saúde, alimentação, abandono e educação. Criou-se o Estatuto dos Direitos da Criança e Adolescente, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Os crimes contra crianças estão entre os mais intoleráveis. Além disso, a preocupação com o futuro do planeta, uma vida saudável para as próximas gerações, é uma questão política global: trata-se da continuação da humanidade, da esperança da humanidade.

Fora do ambiente político também presenciamos a enorme importância das crianças. A moda e toda indústria cultural têm se especializado para atender esse grande grupo de consumidores.

O mercado infantil é um dos que mais cresce no mundo, sendo que a taxa de natalidade mundial só vem diminuindo, e que se trata de um grupo que não possui fonte de renda própria. O aparecimento das crianças como enorme público consumidor pode ser explicado pela forma de afetividade dispensada pelos adultos para com as crianças, nessa configuração específica atual. Desde a Idade Média o valor dos filhos na família cresceu muito, inclusive uma das explicações para a diminuição do número de filhos por casal é o de poder proporcionar maior qualidade de vida a eles.

Segundo a Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo, numa pesquisa realizada em 2006, o mercado infantil brasileiro é um dos maiores do mundo, movimenta 50 bilhões por ano e cresce 14% ao ano, o dobro comparado com segmentos adultos. Para se ter uma ideia, o grupo Marisol, dono da grife feminina infantil Lilica Ripilica - líder nesse segmento com 15% participação -, fatura cerca de R\$ 340 milhões por ano. Segundo a Associação Brasileira



da Indústria Têxtil (ABIT), essa cifra representa 85% da receita total dessa empresa. Para citar outros dados, dois estilistas mundialmente renomados, Walter Rodrigues e Alexandre Herchcovitch, já desenvolveram suas coleções para crianças, e a revista Vogue tem a sua própria edição especial Vogue for Kids.

Numa pesquisa realizada pelo Datafolha, sete em cada dez pais entrevistados afirmaram serem influenciados pelos filhos na hora da compra. Os mesmos acreditam que o maior influenciador dos pedidos dos filhos, entre sete itens, são as propagandas (38%), em seguida estão os personagens infantis (18%) e os programas de TV (16%). Para tentar diminuir o impacto do marketing na qualidade de vida das crianças, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) está criando leis específicas para regular a publicidade de alimentos infantis não saudáveis.

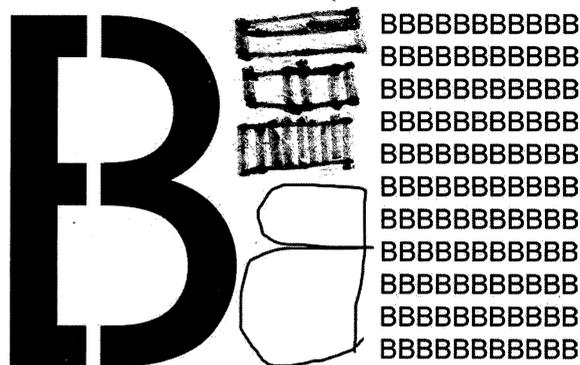
Os resultados dessas pesquisas e as medidas que buscam proteger as crianças do marketing destinado a elas indicam que existe uma crença generalizada de que estas são pessoas mais vulneráveis às estratégias publicitárias que os adultos. Ou que elas não possuem senso crítico para discernir o rótulo da qualidade dos produtos. O Instituto Alana, responsável pelo Projeto Criança e Consumo, busca combater os impactos negativos causados pela mercantilização da infância e juventude, como o "hábito consumista que lhes é praticamente imposto". No site do projeto encontramos a seguinte afirmação:

"As crianças, ainda em pleno desenvolvimento e, portanto, mais vulneráveis que os adultos, não ficam fora dessa lógica [consumista] e infelizmente sofrem cada vez mais cedo com as graves consequências relacionadas aos excessos do consumismo: obesidade infantil, erotização precoce, consumo precoce de tabaco e álcool, estresse familiar, banalização da agressividade e violência, entre outras."

Cabe neste artigo procurar outras explicações para esse hábito consumista que surgiu entre as crianças que não seja apenas essa de que as crianças são mais vulneráveis às propagandas que os adultos. O problema é mais complicado, pois vivemos numa sociedade consumista e, mais do que estarem expostas às estratégias de venda, as crianças estão em contato constantemente com o ato de consumir.

Por exemplo, no dia 17 de novembro de 2009, uma terça-feira pela tarde, Eduarda chegou bem atrasada na sala e explicou-se dizendo que estava no shopping. Carregava dois presentes que ganhou da tia, perguntei se eram de aniversário, ela riu dizendo que não, eram presentes de Natal. Quase no fim da aula ela abriu os brinquedos que ela mesma havia escolhido: o primeiro era um conjunto de jóias da marca Barbie de tamanho real, com colar, brincos, anel e coroa, e o outro uma boneca Polly, que vinha com seu gatinho de estimação.

Os anúncios de TV e a tentativa de alguns pais de compensar a falta de tempo que têm para os filhos satisfazendo os pedidos destes não são mais impactantes do que o costume de consumo



que é aprendido dentro das próprias famílias. Ao que me parece temos aqui o problema das crianças enquanto sujeitos: a criança não deve ser incentivada a consumir, pois não é considerada um sujeito atuante pela maior parte da sociedade, ou seja, não é dotado de 'razão' o suficiente para escolher. Mas seu poder afetivo na família é um fator da influência nas compras e, por isso, para o mercado, a criança é, sim, considerada um sujeito atuante do mesmo modo que o adulto.

Verificamos que as crianças foram afastadas do mundo adulto em certa época da história e que hoje existe um mundo específico criado para elas, na área do direito, da saúde, do lazer, etc. Apesar disso, em outras áreas a distância entre adultos e crianças voltou a diminuir. Podemos observar uma tendência de sexualização e adultificação no vestuário, nas novelas infantis e em outros produtos e serviços que tratam as crianças como miniaturas de adultos.

Em campo, ficou clara essa tendência ao consumo e adultificação nos comportamentos das crianças, principalmente meninas. Eduarda, de 6 ou 7 anos, ia ao cabeleireiro fazer hidratação e chapinha, não sei ao certo com que frequência, mas essa não parecia ser uma prática incomum entre as meninas. Gabriela, de 5 anos, também apareceu de chapinha uma vez, mas seu caso foi devido a uma ocasião especial, uma festa a fantasia. Gabriela, ainda que fosse a mais jovem do grupo, era a mais vaidosa, usava sutiã infantil às vezes, batom da Moranguinho, que passava nos lábios a todo o momento, tinha vários pares de sapatos - de salto alto, inclusive. Certa vez gabou-se disso, comparando-se com Carlos, que ia sempre com o mesmo sapato. No último dia que a encontrei, ela brincava como se trabalhasse na frente do computador. Vestia uma blusa com a frase 'solteira carioca'. As tias comentaram sobre sua blusa, a qual ela se orgulhava em exibir, colocando a mão na cintura e repetindo "sou solteira carioca". Ela contou que o tio dela comprou lá no Rio de Janeiro. Então ligou o rádio, queria escutar 'música de amor'. Eu perguntei por que ela queria escutar música de amor se ela era solteira. Antes que ela respondesse, Carlos veio me dizer que ela tinha namorado e já tinha dado um beijo nele, "na boca". Gabriela confirmou e disse que ia levá-lo para eu ver no dia seguinte. "Ele não é do PIJ e chama-se Artur".

As crianças assumem essa posição de miniatura de adultos muito bem. Tornam-se consumidores exigentes, sabem, por exemplo, diferenciar as marcas boas. O argumento das organizações como o Instituto Alana é que elas não sabem consumir de uma maneira saudável. Mas acredito

que as crianças serem aparentemente mais vulneráveis aos vícios da sociedade consumista do que os adultos não se deve apenas ao fato de elas estarem em fase de desenvolvimento psíquico e social. Deve-se também à posição social que elas ocupam: apesar de possuírem senso crítico sobre a realidade, as crianças não são incentivadas a fazer uso dele; ao contrário, suas reflexões são geralmente contadas como anedotas entre os adultos.

No ambiente escolar temos outro aspecto da vida das crianças. Sabemos que a escola é uma instituição que exige certo tipo de comportamento e que existe certo tipo de personalidade que se dá melhor que outras. Os alunos de baixo rendimento escolar não só são estigmatizados, mas podem ter toda a sua vida futura dependente do seu desempenho escolar, como acesso a ensino curso superior, emprego, nível de salário etc.

Todos os seres humanos possuem uma capacidade mental, física e emocional que herdamos no processo evolutivo sócio-biológico. Entretanto, segundo Elias (1994), o modo como essa capacidade desenvolver-se-á e quais aspectos permanecerão latentes em cada um dependerá da sorte das experiências e das circunstâncias oferecidas para satisfação ou repressão dos impulsos.

"A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada como 'doente', 'anormal', 'criminoso', ou simplesmente 'insuportável', do ponto de vista de uma determinada casta ou classe e, em consequência, excluída da vida da mesma. Na verdade, do ponto de vista psicológico, os termos 'doente', 'anormal', 'criminoso' e 'insuportável' não têm, dentro de certos limites, outro significado. O modo como são compreendidos varia de acordo com os modelos historicamente mutáveis da formação de afetos". (ELIAS, 1994).

Para Elias, o desenvolvimento de certas capacidades quase nunca está ligado a deficiências do equipamento cognitivo, mas sim do contexto e de como o indivíduo vai apreender esse contexto. Cabe aqui um diálogo com Rut Benedict (197-) e seus padrões de cultura, pois o sociólogo também afirma que algumas pessoas serão mais ou menos compreendidas dependendo do modelo de afeto em que ela encontra-se. Desse ponto de vista sociológico, a escola promove muito menos o desenvolvimento pessoal e psíquico das crianças do que a distinção social dos mais disciplinados.

U - Conclusão

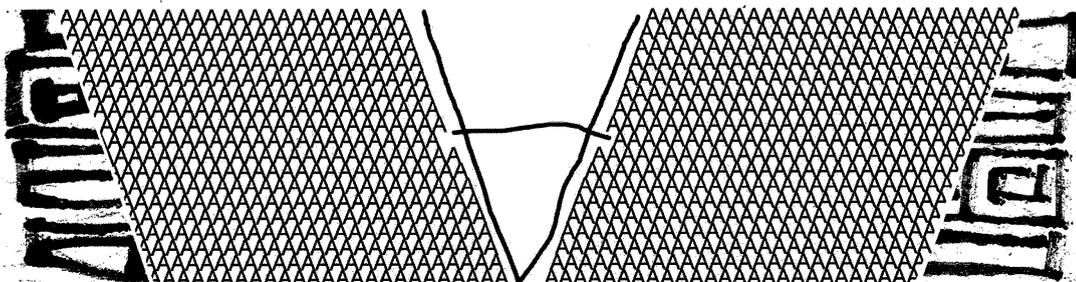
Tentei abordar vários âmbitos da vida em que as crianças aparecem interpenetradas na rede social, de forma a configurá-la seja nas manifestações cotidianas ou nos valores mais caros desta sociedade atual.

Uma coisa que se torna evidente com este trabalho é que, se observarmos distintos aspectos da sociedade, observamos que os espaços destinados para as crianças estão configurados de maneiras bem diferentes. No ambiente político, as crianças têm um espaço destinado a elas, mas não é um espaço de ação e sim de proteção. Em contrapartida, na economia, vemos uma forte participação delas enquanto consumidores. O que parece prevalecer no senso comum, no dia-a-dia da família, nas escolas, na política e na psicologia é a imagem de que as crianças são pessoas em desenvolvimento. Por consequência disso, a criança na nossa sociedade é colocada de lado, não é considerada um membro que tenha responsabilidades e, portanto, um papel na sociedade. Não é que ela não aja socialmente, é que ela não é ouvida, não tem espaço político.

As ciências sociais agiam assim até pouco tempo. O fato de ter despertado do descaso com esse grupo apenas muito recentemente é lamentável. Concluo este artigo propondo uma investigação sociológica sobre a marginalidade social das crianças nesta sociedade.

No espaço que destinamos às crianças, as escolas, elas aprendem a escrever, a contar, a respeitar os mais velhos e os colegas. Mas pouco aprendem sobre a realidade, seja na escola ou com os pais. Comentamos um pouco que alguns assuntos passaram a ser inapropriados de se falar, principalmente na frente das crianças, devido ao constrangimento que alguns temas passaram a causar. Mas existem outros assuntos que também não conversamos com elas muitas vezes por pensarmos que elas não precisam saber ou por não sabermos como lhes explicar. É interessante notar que nós apontamos alguns assuntos como sérios e complicados demais para conversarmos com as crianças. O costume de darmos respostas evasivas às crianças provavelmente diz muita coisa sobre nossa organização social.

Como foi dito aqui anteriormente, as crianças pensam sobre a realidade. Muitas vezes sem a nossa ajuda, elas elaboram explicações que dizemos inocentes, mas que, na verdade, guardam um conhecimento sobre a sociedade que nós adultos desconhecemos. Precisamos reconhecer que "estudar as relações sem estudar as crianças só pode resultar em uma análise inadequada" (TOREN, 1993).



Submetido em abril de 2010
Aprovado em agosto de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. (1981), História social da criança e da família. 2ª edição, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- BATESON, G. Steps to an ecology of mind. Library of Congress, 1972.
- BENEDICT, Ruth. Padrões de cultura. Lisboa: Livros do Brasil [197-]. 204 p.
- ELIAS, Norbert. (1997), Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1980), Introdução à sociologia. Braga, Edições 70.
- _____. (1995), Mozart: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1994), Processo civilizador (o). 2ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- TOREN, Christina. (1993), "The significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind". Man, New Series, 28, 3: 461-478. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland.

Sites:

- ALANA. <<http://www.alana.org.br/CriancaConsumo>> Acessado entre 12/03 e 17/07 de 2010.
- MARKETING INFANTIL. <http://www.marketinginfantil.com.br/> Acessado entre 12/03 e 17/07 de 2010.

Democracia Deliberativa:

Algumas críticas feministas ao modelo de Habermas

**Julião
Gonçalves
Amaral**

Curso: Ciências

Sociais.

Período: 5º

Universidade Federal
de Minas Gerais -
UFMG.

Palavras chave:

Democracia
deliberativa,
feminismo,
Habermas.

Key words:

Deliberative
democracy,
feminism,
Habermas.

RESUMO: Este artigo pretende apresentar as características básicas da teoria democrática deliberativa. Além disso, também aponto alguns conceitos presentes na teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas e os avanços de sua teoria a partir de uma perspectiva política. Finalmente, o artigo discute as limitações práticas e teóricas do modelo apontadas por Nancy Fraser, Iris Marion Young e Chantal Mouffe com o intuito de melhorar a democracia.

ABSTRACT: This paper aims to present the basic characteristics of the deliberative democratic theory. Moreover, I also address some conceptions present in Jürgen Habermas's Theory of Communicative Action and the changes of his theory from a political perspective. Finally, the paper discusses the practical and theoretical limitations of that model as pointed out by Nancy Fraser, Iris Marion Young and Chantal Mouffe in order to enhance democracy.

Introdução

O modelo deliberativo da democracia tem se mostrado uma alternativa bastante plausível à teoria democrática baseada nos interesses. Seus teóricos procuraram formular uma teoria política que seja aberta e inclusiva a diversas camadas da sociedade. Isso permitiu a criação e a consolidação de espaços outros onde o povo possui voz de decisão, além da política formal. Entretanto os pressupostos teóricos por trás desse modelo apontam para inúmeras insuficiências na efetivação da promoção da igualdade. Essa teoria invisibiliza questões que sistematicamente excluem certos segmentos da sociedade do processo de decisão.

Neste ensaio pretendo apresentar de forma esquemática os pressupostos da teoria deliberativa da democracia e também os elementos básicos do modelo procedimental proposto por Habermas. Apresento também algumas concepções da teoria da ação comunicativa, uma base teórica do modelo comunicacional proposto pelo autor. Considero importante ressaltar aqui que o modelo habermasiano de democracia deliberativa não é o único existente, vários são os/as autores/as que formularam uma concepção para esse modelo.

Posteriormente apresento algumas críticas feitas ao modelo de Habermas por três autoras feministas, Nancy Fraser, Iris Marion Young e Chantal Mouffe. Essas críticas não são necessariamente feministas em si (exceto a formulada por Fraser, que foca o gênero em suas análises), nesse caso suas formuladoras são. Mas essas críticas servem aos propósitos feministas, uma vez que elas propõem uma reformulação da teoria deliberativa para torná-la de fato aberta e emancipatória.

Democracia Deliberativa

O modelo de democracia deliberativa pressupõe que as decisões políticas devem ser discutidas e tomadas abertamente pelos membros da sociedade. Essa teoria da democracia contrasta com os modelos liberais em que os interesses individuais são o motor principal da ação política. "O modelo de democracia deliberativa, ao contrário, concebe a democracia como processo que cria um público, isto é, cidadãos unindo-se para tratar de objetivos, ideais, ações e problemas coletivos" (YOUNG, 2001, p. 367). Esse modelo pressupõe a discussão sobre o bem público e, assim, as preferências sobre a ordem pública se tornam coletivas, em vez de todos/as agirem do ponto de vista individual e maximizador da utilidade privada. O diálogo é instaurado abertamente e argumentos políticos são submetidos para apoiarem ou invalidarem uma decisão a ser tomada. Confirmando os bons argumentos e dispensando os maus, os/as participantes continuam o debate até que os melhores argumentos levem todos/as, racionalmente através de consenso, a aceitarem uma decisão.

A justificação das decisões políticas tomadas perante aos/às cidadãos/ãs e à comunidade política é uma característica fundamental na democracia deliberativa. Esse modelo abre espaço a várias maneiras possíveis para se tomar uma decisão, incluindo barganhas e operações secretas, entretanto a utilização desses métodos deverá ser justificada em algum ponto do processo (GUTMANN & THOMPSON, 2007). A justificativa deve fundar-se em princípios que os indivíduos envolvidos na deliberação não possam rejeitar. "São motivos que deveriam ser aceitos por pessoas livres e iguais procurando termos justos de cooperação." (GUTMANN & THOMP-

SON, 2007, p. 19). Os participantes do processo deliberativo devem apresentar as razões de seus argumentos e decisões caso tenham a intenção de justificar sua vontade. Isso diz de outra característica da democracia deliberativa, a de "que os motivos dados neste processo deveriam ser acessíveis a todos os cidadãos aos quais eles são endereçados". (GUTMANN & THOMPSON, 2007, p. 20).

O processo deliberativo deve determinar uma decisão que seja ligada a um contexto de um período de tempo. Em algum momento o processo de decisão deve parar, e ela deve ser tomada. Embora se suponha que o processo de deliberação seja dinâmico, também se mantém aberta a possibilidade de um diálogo continuado em que a deliberação possa ser retomada (GUTMANN & THOMPSON, 2007).

Habermas (2003, 2004) formula sua concepção de democracia deliberativa a partir da discussão sobre as perspectivas liberal e republicana da formação democrática. Segundo ele, na concepção liberal de democracia, o processo democrático é realizado através de compromissos de interesses, e as regras da formação desse acordo devem garantir a equidade dos resultados (direito igual e geral ao voto, composição representativa do parlamento, modo de decisão, etc.). Essas regras são formuladas, em última instância, com base nos direitos fundamentais liberais (HABERMAS, 2003). Em contrapartida, na concepção republicana, o processo democrático se realiza na forma de autoentendimento ético-político em que a discussão política se apoia em um consenso entre os/as cidadãos/ãs exercido pelas vias culturais e que se renova na recordação ritualizada do ato de fundação republicana (HABERMAS, 2003). Habermas (2003, 2004) toma elementos dos dois pontos de vista para formular sua concepção de democracia deliberativa e os integra em um conceito de procedimento ideal de tomada de decisões. Segundo ele (HABERMAS, 2004, p. 286):

"Esse procedimento democrático cria uma coesão interna entre negociações, discursos de auto-entendimento e discursos sobre a justiça, além de fundamentar a suposição de que sob tais condições se almejam resultados ora racionais, ora justos e honestos. Com isso, a razão prática desloca-se dos direitos universais do homem ou da eticidade concreta de determinada comunidade e restringe-se a regras discursivas e formas argumentativas que extraem seu teor normativo da base validativa da ação que se orienta ao estabelecimento de um acordo mútuo [...]."

A democracia deliberativa habermasiana compreende o processo democrático segundo conotações normativas mais fortes do que o modelo liberal, mas menos fortes do que o modelo republicano. Ela garante um lugar central para o processo político da formação da opinião e da vontade sem que se relegue à constituição político-estatal um status secundário. A política deliberativa não é dependente de um conjunto

de cidadãos/ãs capazes de agir, ela institucionaliza os procedimentos que digam respeito ao debate político (HABERMAS, 2004). Assim, o corpo de cidadãos/ãs "é abordado como um agente coletivo que reflete o todo e age em seu favor" (HABERMAS, 2004, p. 288); e também "como variáveis dependentes em meio a processos de poder que se cumprem cegamente [...]" (HABERMAS, 2004, p. 288).

O modelo de democracia deliberativa habermasiano acarreta conseqüências quanto à compreensão sobre a legitimação e a soberania popular. A racionalização discursiva das decisões de um governo vinculado ao direito e à lei acaba sendo direcionada pelos procedimentos comunicacionais da formação democrática da opinião e da vontade (HABERMAS, 2004). "A opinião pública transformada em poder comunicativo segundo procedimentos democráticos não pode 'dominar', mas apenas direcionar o uso do poder administrativo para determinados canais" (HABERMAS, 2004, p. 290).

A democracia deliberativa apoia-se nas condições comunicativas do processo político, é nele que o modo e o estilo da política deliberativa se realizam com total amplitude e assim geram resultados considerados os mais racionais. A teoria da Ação Comunicativa (1994), de Habermas, é umas das maiores (se não a maior) bases teóricas sobre um modelo de comunicação. Sua formulação é anterior à própria teoria da democracia deliberativa, e entender alguns de seus elementos é importante para compreender a concepção de sociedade presente no modelo de democracia proposto por Habermas. Segundo essa teoria, o entendimento lingüístico é o mecanismo pelo qual se torna possível coordenar a ação social e, segundo Habermas, a ação comunicativa ocorre quando os atores do processo não estão guiados por cálculos egocêntricos, mas sim por atos de entendimento recíproco. Na ação comunicativa os atores buscam seus fins de maneira que seus respectivos planos de ação se harmonizem sobre uma base de definição da situação compartilhada entre eles (HABERMAS, 1994).

Nessa teoria Habermas (1994) distingue dois tipos de ambientes da sociedade em que predominam dois tipos de ação: um ambiente em que há uma constante luta por dinheiro e poder, em que predomina a ação estratégica de um indivíduo que age sobre o outro para atingir os fins que ele a priori definiu como necessários, e assim, em que predominam os valores individuais (ele situa a política e a economia nesse ambiente); e há também um ambiente que ele chama de mundo da vida, onde predomina a ação comunicativa em que há a busca do reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. Ampliar a tomada de decisões políticas para o mundo da vida e permitir que aí se instaure o debate seria a melhor maneira de alcançar o bem comum. Habermas afirma que a política deliberativa "mantém um nexos interno com os contextos de um mundo da vida racionalizado" (HABERMAS, 2003, p. 25). Desse modo, pela ação comunicativa, pode-se isolar o poder político e econômico e conferir igualdade entre os/as participantes nas tomadas de de-

cisão política. Assim, percebemos como a teoria da democracia deliberativa se apoia normativamente na teoria da ação comunicativa.

Algumas críticas ao modelo deliberativo e a teoria da ação comunicativa.

A teoria de Habermas proporcionou grandes avanços para se pensar a política além de concepções individualizadas da democracia. Assim, torna-se possível pensar vários outros espaços de atuação política da sociedade civil onde estes tenham voz efetiva. Entretanto, podemos localizar insuficiências de sua teoria refletidas nas diversas críticas que ela sofreu ao longo do tempo.

O feminismo tem sido uma importante crítica à política ao longo de décadas e suas pensadoras têm sido capazes de construir teorias sociais da justiça que dizem respeito a vários segmentos da sociedade para além das mulheres (isso devido a heterogeneidade interna do movimento composto por feministas negras, lésbicas, trabalhadoras rurais, latinas e etc.). Aqui concordo com Mayorga e Prado (2010) quando afirmam que o feminismo constitui a primeira crítica feita à democracia e à racionalidade modernas. A crítica feminista foi capaz de revelar "como o ideal de sujeito moderno universal não era de fato universal, pois excluía as mulheres da possibilidade de emancipação através da razão" (MAYORGA & PRADO, 2010, p. 48). A partir desse processo, tornou-se possível pensar como o universalismo e o racionalismo excluía sistematicamente certos segmentos da sociedade (pois o ideal de racionalidade universal foi construído a imagem de homens brancos, europeus, heterossexuais, urbanos e etc.). Em sua longa luta por emancipação, a história do feminismo é marcada por constantes alianças com diversas outras causas sociais (MAYORGA & PRADO, 2010). Assim (MAYORGA & PRADO, 2010, p. 48):

"[...] na história do feminismo identificamos as sufragistas que se envolveram de forma determinante nas lutas abolicionistas nos Estados Unidos da América, os movimentos de mulheres em diferentes países da América Latina e seu envolvimento nas lutas contra as ditaduras militares, as lutas pelos direitos civis, antimilitaristas, pelos direitos da criança e adolescente etc."

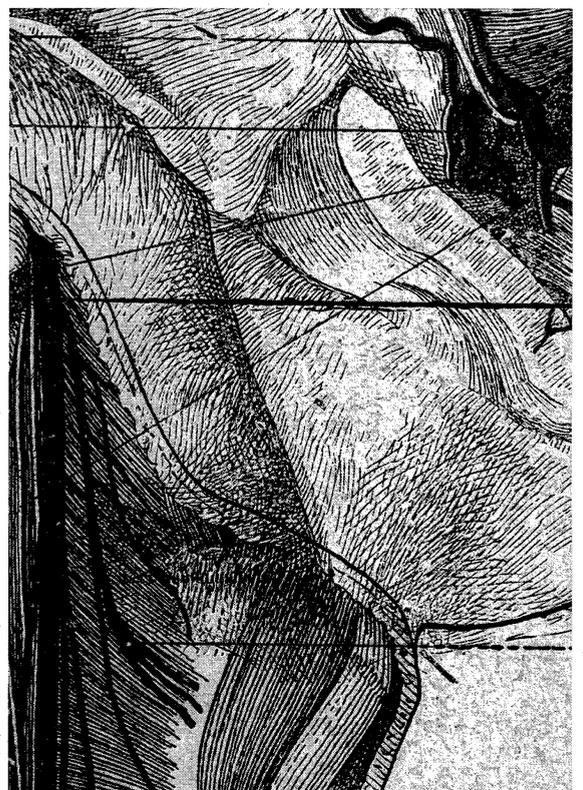
Por apresentarem no interior de suas teorias projetos de sociedade (de fato) emancipatórios para um todo mais amplo, considero as críticas das autoras feministas à teoria de Habermas importantes veículos para se pensar a política de forma mais aberta e abrangente. Apresento aqui as críticas formuladas por Nancy Fraser (1987), Iris Marion Young (1987, 2001) e Chantal Mouffe (2005) a esse autor. Essas autoras localizaram diversos limites e impossibilidades que deveriam ser levados em consideração na democracia deliberativa e na teoria da ação co-

municativa.

Fraser (1987) argumenta que a teoria de Habermas ignora o componente do gênero na sua formulação teórica e que, assim, a especificidade das mulheres não é contemplada pelo processo deliberativo. Ela afirma também que a separação entre os contextos de ação socialmente integrados e contextos de ação sistematicamente integrados reforça a diferenciação entre público e privado (alvo constante de reivindicação das feministas que afirmam que essa distinção relega a mulher ao espaço do lar e impossibilita sua emancipação por meio da política e do trabalho e invisibiliza a dominação masculina sobre as mulheres no âmbito doméstico¹).

Young (1987, 2001) aponta para o fato de Habermas estar comprometido com a racionalidade e a imparcialidade e, assim, sua teoria não contempla certas especificidades culturais e sociais, excluindo assim certos possíveis atores do processo. Nesse sentido a autora questiona a possibilidade da existência dessa imparcialidade e afirma que, no modelo proposto por Habermas, os procedimentos de deliberação permitem relações de poder entre os participantes que estão, na maioria dos casos, ve-ladas.

Mouffe (2005) afirma que, por estar de acordo com o liberalismo, Habermas enfoca seu modelo no racionalismo e na imparcialidade, assumindo uma igualdade em termos políticos entre os debatedores. Ela alega que a teoria habermasiana não incorpora as dimensões do político (as relações de disputa e poder inerentes à a vida social). Ela propõe uma reformulação dos princípios da democracia deliberativa com intuito de abrir espaço para o conflito e a paixão.



¹ Para maiores detalhes sobre a crítica feminista sobre a relação público e privado ver o artigo de Okin (2008) intitulado Gênero, o público e o privado.

Nancy Fraser: o argumento habermasiano e a ausência da questão de gênero.

A crítica de Fraser à teoria de Habermas não trata diretamente do modelo deliberativo, mas sim de uma teoria da sociedade proposta por ele. Essas concepções de sociedade estão fortemente presentes na base teórica das suas concepções de democracia. Entender a diferença entre contextos feita por Habermas é importante para captar a base normativa da democracia deliberativa (quando ele afirma que as comunicações do contexto política dependem das fontes do contexto do mundo da vida). A crítica de Fraser toca no ponto de como a questão de gênero é vista nesses contextos e, assim, poderíamos nos perguntar qual a posição ocupada pelas mulheres no processo político deliberativo proposto por Habermas.

Fraser (1987) faz uma análise da distinção colocada por Habermas entre os contextos de ação socialmente integrados e os contextos de ação sistematicamente integrados. Segundo ela, Habermas faz uma separação completa desses dois contextos e localiza o sistema econômico capitalista no contexto de ação sistematicamente integrado e a família nuclear no contexto de ação socialmente integrado. Ela localiza seis elementos conceituais dessa distinção de contextos, entretanto sua análise se foca em três deles, a saber: os conceitos de consensualidade, normatividade e estrategicidade. Além desses elementos conceituais, Fraser distingue duas interpretações da posição de Habermas, uma que "toma o contraste entre os dois tipos de contextos de ação como registrando uma diferença absoluta" (FRASER, 1987, p. 42) e outra "que admite o contraste em vez de registrar uma diferença em grau" (FRASER, 1987, p. 42). Assim, de acordo com a primeira posição interpretativa, não haveria algum tipo de consenso ou identificador normativo e de valores morais nos contextos sistematicamente integrados, e não haveria nenhum tipo de cálculo estratégico dos ambientes do poder e do dinheiro nos contextos socialmente integrados. As características e os elementos de um contexto não se encontrariam no ambiente do outro. Diferentemente, na segunda posição os elementos de um poderiam ser encontrados no outro, mas em menor grau. Dessa forma acharíamos algum nível (em menor grau) de consensualidade e normas morais nos contextos sistematicamente integrados, e algum nível de cálculos estratégicos mediados por poder e dinheiro nos contextos socialmente integrados.

Fraser pretende mostrar os limites dessas duas interpretações. Para ela a interpretação das diferenças absolutas é muito definitiva para ter utilidade alguma em uma teoria social. Ela considera improvável que em algum contexto da vida humana as ações sejam absolutamente não consensual ou não normativo. Ela afirma que (FRASER, 1987, p. 43):

*"Ainda que o consenso seja moralmente
dúbio, e ainda que o conteúdo e estatuto*

das normas seja problemático, virtualmente todo contexto de ação humana envolve alguma forma de ambos. No mercado capitalista, por exemplo, intercâmbios estratégicos de maximização da utilidade ocorrem num horizonte de significados e normas intersubjetivamente compartilhadas; os agentes de modo algum aceitam, pelo menos tacitamente, algumas noções mantidas, de comum acordo, sobre reciprocidade e algumas concepções compartilhadas sobre o significado social de objetos, inclusive sobre que tipos de coisas são intercambiáveis. Do mesmo modo, no mercado capitalista, gerentes e subordinados, bem como outros trabalhadores, em geral coordenam suas ações com certo grau de consenso e por referência explícita ou implícita a pressupostos normativos, embora o consenso possa conter injustiça e as normas sejam incapazes de resistir a um exame crítico."

Assim, ela mostra a dimensão normativa e cultural presente no sistema capitalista. Da mesma forma ela considera improvável algum contexto de ação absolutamente desprovido de cálculos estratégicos. Para ela, um exemplo são os rituais de trocas nas sociedades não capitalistas que mostram um viés estratégico com uma dimensão de cálculo político na relação de dar e receber presentes. Esses contextos de solidariedade possuem uma dimensão econômica estratégica, mesmo que não sejam guiadas oficialmente por dinheiro.

Fraser considera a interpretação com base em diferenças absolutas insuficiente para uma teoria social uma vez que seus argumentos não distinguem a economia capitalista da família nuclear, pois ambas possuem os mesmos elementos conceituais (a consensualidade, a normatividade e a estrategicidade) em seu ambiente. A distinção entre os dois contextos através dessa análise é insuficiente. Fraser acha que, para haver uma distinção efetiva, deve-se trabalhar com a interpretação da diferença em grau, assim pode-se encontrar o nível de divergência entre os dois contextos. Mas ela afirma que esse tipo de distinção é potencialmente ideológica, uma vez que pode, por exemplo, "exagerar as diferenças e obstruir as semelhanças entre as duas instituições [família e economia capitalista]; e também para formar uma oposição ideológica que situa a família como a "negativa", o "outro" complementar da esfera econômica [...]" (FRASER, 1987, p. 44). Fraser afirma que essa diferenciação poderia, por exemplo, afirmar a posição do trabalho doméstico como um não trabalho, ou um trabalho não reconhecido diferentemente do trabalho remunerado. Ela coloca também que, mesmo no mundo do trabalho, há uma diferenciação dos modos de trabalhos e que algumas ocupações são, por exemplo, marcadamente femininas e sexualizadas. Fraser aponta ainda que essa diferenciação pode invisibilizar o fato de que em ambas as esferas as mulheres se encontram subordinadas aos homens. Além disso, essa diferenciação minimiza a relação de dinheiro e poder dentro da família, e torna invi-

sível o fato de que estas, muitas vezes (FRASER, 1987, p. 45):

"[...] estão completamente permeadas dos 'media do dinheiro e poder'. São lugares de cálculo egocêntrico, estratégico e instrumental bem como lugares de trocas usualmente exploradoras, e de serviços, trabalho, dinheiro, sexo, e inclusive, às vezes, freqüentemente coerção e violência."

Para Fraser, a maneira como Habermas contrasta a família com a economia capitalista tende a ofuscar esses aspectos simplesmente por desconsiderar as desigualdades de gênero presentes na sociedade. Essa teoria acaba por reproduzir essa desigualdade de forma a fazê-la parecer emancipatória.

Iris Marion Young: por uma democracia comunicativa inclusiva.

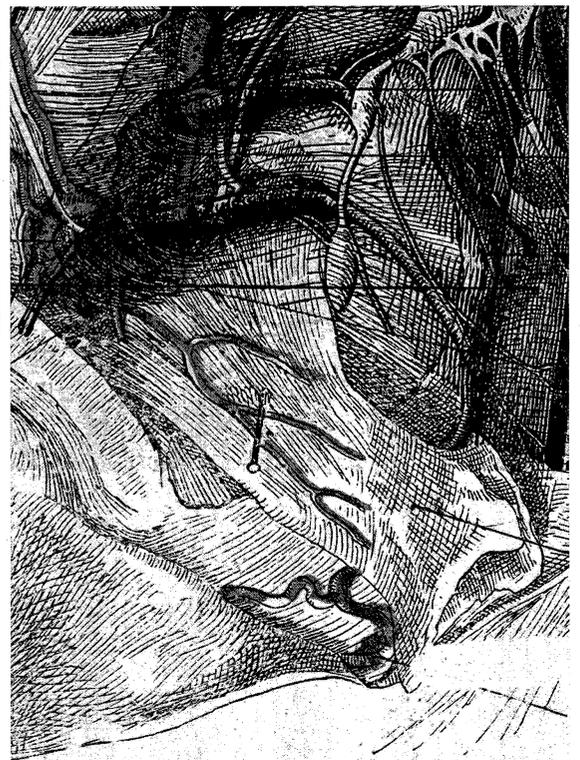
Young faz duas críticas à Habermas. Assim como Fraser, ela faz uma crítica em relação às concepções teóricas de Habermas e à teoria da ação comunicativa, e uma segunda crítica sobre o modelo de democracia deliberativa habermasiano. Assim como podemos pensar nos vários elementos da teoria da ação comunicativa que influenciam a teoria da democracia deliberativa, as duas críticas feitas pela autora se complementam quando se pensa uma democracia de fato inclusiva.

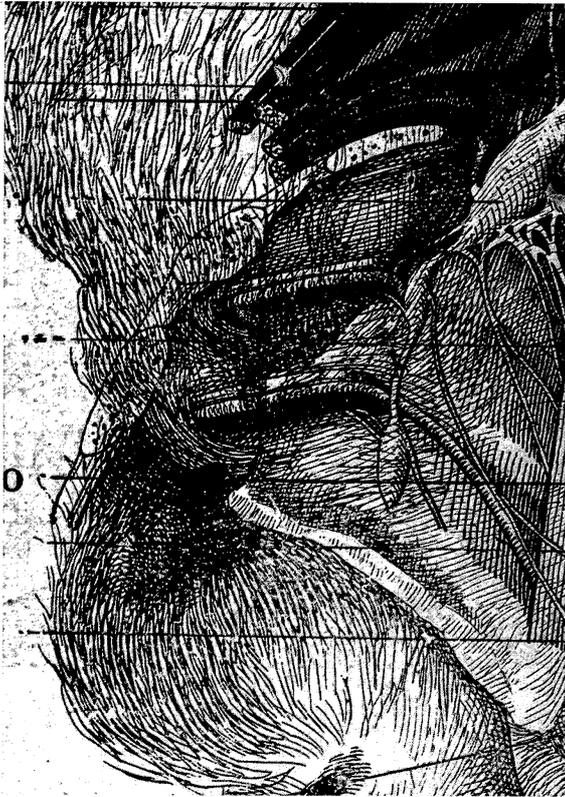
Para Young (1987) a teoria da ação comunicativa oferece um ponto de partida muito promissor para se pensar uma concepção alternativa de razão normativa capaz de atender àqueles que buscam por uma teoria política de fato emancipatória. Ela afirma que, na teoria habermasiana, as concepções de verdade e justiça não são dadas ou conhecidas por intuição, mas sim obtidas por meio de discussão e consenso (YOUNG, 1987). Entretanto, a teoria habermasiana reafirma um compromisso com a imparcialidade e a universalidade, e também reproduz a oposição entre a razão e o desejo. Young (1987) demonstra como essas características aparecem fortemente na teoria política moderna fazendo a distinção entre público e privado. E essa distinção "exprime uma vontade de homogeneidade que exige a exclusão de muitas pessoas e grupos, sobretudo mulheres e grupos 'racializados', culturalmente identificados com o corpo, selvageria e irracionalidade" (YOUNG, 1987, p. 83). De acordo com Young (1987), Habermas desconsidera os aspectos corporais e expressivos da comunicação adotando, principalmente, o discurso e a argumentação como modelo de atividade linguística.

Pensando especificamente na democracia deliberativa, a autora parte do pressuposto de que a tendência que o modelo deliberativo tem "a restringir a discussão democrática à argumentação contém vieses culturais implícitos e pode levar a exclusão na prática" (YOUNG, 2001, p. 368). A teoria deliberativa supõe que, através da ação comunicativa e eliminando os compo-

entes econômicos e de poder, os sujeitos envolvidos no processo de deliberação estarão em situação de igualdade na tomada de decisões. Young (2001) afirma que não é levado em consideração o fato de que os empecilhos para a igualdade entre os interlocutores vão além da diferença econômica, mas também passam pelo sentimento de autoridade de fala, "da desvalorização do estilo de discurso de alguns e da elevação de outros". (YOUNG, 2001, p. 370). Esse modelo de democracia supõe uma universalidade e uma neutralidade cultural. Ele se aproxima da ideia moderna de razão normativa, a qual "a noção de público [...] designa uma esfera da existência humana na qual os cidadãos exprimem sua racionalidade e universalidade abstraídos de suas situações e necessidades particulares e em oposição ao sentimento" (YOUNG, 1987, p. 83). Ele advém de uma conjuntura ocidental e moderna, suas leis e estilo institucional derivam da retórica e de regras culturais localizados especificamente no mundo ocidental moderno. As instituições que inspiraram seus procedimentos "têm sido instituições dominadas pelo sexo masculino e, em sociedades diferenciadas por classes e raças, têm sido dominadas pela raça branca e pela classe mais privilegiada." (YOUNG, 2001, p. 370). A autora afirma que a prática da deliberação privilegia alguns tipos específicos de participação e que, assim, muitos/as se sentem desautorizados/as a expor seus pontos de vista. Segundo YOUNG (2001, p. 372):

"Em muitas situações formais os brancos de classe média que tiveram acesso à educação agem como se tivessem um direito de falar e como se suas palavras fossem carregadas de autoridade, enquanto os locutores de outros grupos sentem-se intimidados pelos requisitos da argumentação e pela formalidade das regras do procedimento parlamentar."





As normas e as obrigações procedimentais da deliberação são fortes silenciadores e/ou avaliadores do discurso tido como válido em contextos de grupos socialmente diferenciados. As normas de articulação valorizadas no processo deliberativo necessitam ser aprendidas, são privilégios de uma cultura específica, não acessíveis a todos/as. A deliberação não dá acesso igualmente a toda e qualquer forma de apresentação de reivindicações, muitos/as se sentem desconfortáveis com sua própria maneira de se expressarem (YOUNG, 2001).

Entretanto, além de críticas, Young (1987, 2001) apresenta sugestões para a reformulação da teoria da ação comunicativa e da democracia deliberativa para que elas se tornem, de fato, inclusivas e emancipatórias. Para ela (YOUNG, 1987), incorporar a concepção de discurso apresentada por Julia Kristeva (1984) à teoria habermasiana seria uma alternativa para deixá-la mais abrangente. Segundo essa concepção, todo pronunciamento possui dois momentos que são chamados de "momento simbólico" e "momento semiótico" (KRISTEVA, 1984). Nas palavras de Young (1987, p. 82):

"O simbólico designa a função do pronunciamento, o modo pelo qual ele situa o locutor em relação a uma realidade que lhe é externa. O semiótico designa os aspectos corporais inconscientes do pronunciamento, tais como ritmo, tom de voz, metáforas, jogos de palavras e gesto. Diferentes tipos de pronunciamentos têm diferentes relações do simbólico e do semiótico."

Essa concepção de discurso incorpora o desejo e o afetivo como formas válidas do processo deliberativo. Assim, torna-se possível

que diferenças (culturais, sociais, entre outras) possam se expressar nesse processo com o mínimo de validade e autoridade.

Dessa maneira, Young (2001) apresenta três elementos para uma concepção mais ampla da democracia comunicativa que permitem "maneiras de discursar por meio das diferenças na ausência de entendimentos comuns compartilhados" (YOUNG, 2001, p. 380). O primeiro elemento identificado por Young é a "saudação". Esse momento consiste em preliminares discursivas que não possuem nenhum conteúdo e não fazem nenhuma afirmação em si, e não têm outro objetivo além de cumprimentar os membros presentes no debate. Young (2001) considera esse momento preliminar importante por estabelecer respeito mútuo entre as partes, principalmente quando essas diferem em alguns (ou vários) aspectos como a cultura e/ou os valores. Para Young (2001, p. 381), "essas preliminares são freqüentemente constituídas por formas de lisonja, discursos introdutórios que associam aos nomes dos interlocutores títulos honoríficos que ressaltam a grandeza de suas realizações e ideais [...]".

O segundo elemento para Young é a "retórica". Para Habermas, o modelo ideal de comunicação implica pureza de significado. Para ele ironia, paradoxos, alusões, metáforas e retórica são práticas lingüísticas secundárias e ou enganadoras (YOUNG, 1987). Young (2001), entretanto, parte de outro pressuposto. Ela considera a retórica um estilo de falar interessante para se fazer escutar quando diferentes realidades se encontram no processo deliberativo. "A retórica constrói o orador, a platéia e a ocasião ao invocar ou criar significados, conotações ou símbolos específicos, e tem essa função de conexão tendo ou não a plateia e o orador significados compartilhados" (YOUNG, 2001, p. 382).

O terceiro e último elemento é a "narração". Para Young a narração é importante, pois possibilita que haja o entendimento mútuo através do reconhecimento da particularidade dos indivíduos e dos grupos envolvidos na busca do interesse geral (YOUNG, 2001). Para ela há pelo menos três maneiras com que a narração pode favorecer esse entendimento mútuo. Primeiramente (YOUNG, 2001, p. 383), "[...] a narração revela experiências particulares dos que estão em determinadas situações sociais, experiências que não poderiam ter sido vividas pelos que estão situados diferentemente, mas que precisam ser compreendidas para fazer justiça aos outros."

Em segundo lugar (YOUNG, 2001, p. 384), "[...] a narrativa revela uma fonte de valores, cultura e significado. [...] Sob essas circunstâncias, a narração pode servir para explicar aos participantes externos o que certas práticas, lugares ou símbolos significam para as pessoas que os detêm."

Finalmente, em terceiro lugar (YOUNG, 2001, p. 384-385):

"[...] a narrativa não exhibe apenas a experiência e os valores do ponto de vista dos sujeitos que os têm e detêm. Revela

também um conhecimento social total do ponto de vista daquela situação local. [...] A narrativa exhibe o conhecimento situado do coletivo de acordo com cada perspectiva e a combinação das narrativas dos diferentes pontos de vista produz a sabedoria social coletiva que não seria obtida de nenhuma das posições isoladamente."

Young (2001) propõe, assim, um ideal de democracia comunicativa (em contrapartida à democracia deliberativa) mais inclusivo que reconheça que o diálogo político necessita de pluralidade de perspectivas, estilos de discurso e formas em que a particularidade de certas situações sociais possam se expressar.

Chantal Mouffe: por uma democracia do conflito.

Para Mouffe (2005), o modelo habermasiano de democracia aponta para alternativas melhores aos modelos baseados em interesses, mas, segundo ela, esse modelo se encontra em acordo com o liberalismo em si. Esse modelo de democracia possui a especificidade de promover uma forma de racionalidade normativa capaz de conciliar democracia liberal e soberania popular (fruto do diálogo entre liberalismo e republicanismo estabelecido por Habermas). Segundo Mouffe (2005, p. 12):

"Sua pretensão principal afirma a possibilidade, graças a procedimentos adequados de deliberação, de alcançarem-se formas de acordo que satisfariam tanto a racionalidade (entendida como defesa de direitos liberais) quanto a legitimidade democrática (tomada como soberania popular)."

Mouffe assinala que, para Habermas, um dos objetivos da teoria democrática deliberativa é apontar para a coexistência entre soberania popular e direitos individuais liberais. Ao mesmo tempo em que o governo popular garante a proteção de direitos individuais, esses direitos fornecem condições para que a soberania popular se expresse (MOUFFE, 2005).

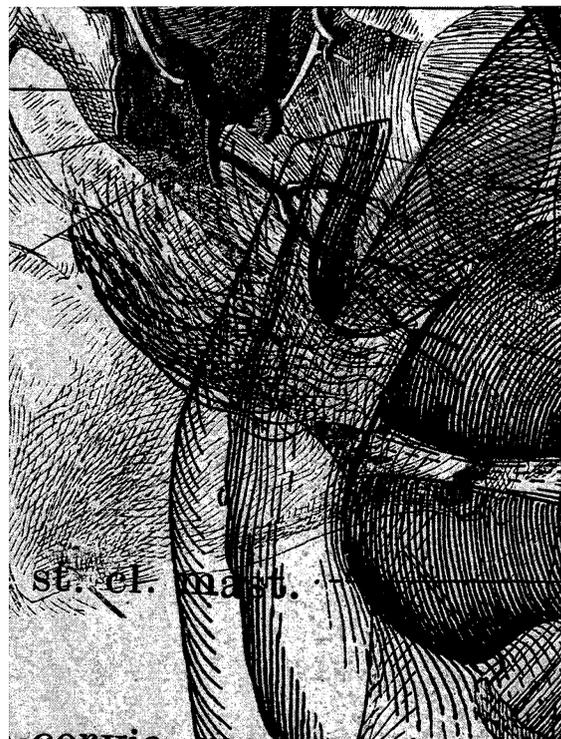
Alinhado ao modelo político liberal, Habermas dá ênfase ao caráter racional em sua teoria democrática. Segundo ele, uma democracia estável e funcional demanda a formação de uma integração política guiada pelo discernimento racional em direção à legitimidade. Assim, as instituições políticas democráticas devem possuir uma visão imparcial, que expresse os interesses de todos, no processo de tomada de decisões. Ele propõe, portanto, que o modelo de racionalidade adotado vá em direção à ação comunicativa e da razão pública livre, diferentemente do modelo agregativo da democracia (MOUFFE, 2005).

Entretanto, para Mouffe (2005), substituir um tipo de racionalidade por outro, apesar de garantir enormes avanços, seria insuficiente para um modelo de fato emancipatório da de-

mocracia. Segundo ela (MOUFFE, 2005, p. 17), "ao privilegiar a racionalidade, tanto a perspectiva deliberativa como a agregativa deixam de lado um elemento central, que é o papel crucial desempenhado por paixões e afetos na garantia da fidelidade e valores democráticos."

Nesse sentido, Mouffe está em acordo com Young (1987) ao criticar como o racionalismo e a imparcialidade defendidos por Habermas podem se tornar excludentes. As duas autoras apontam para o fato de que a teoria habermasiana, ao enfatizar a imparcialidade, na verdade invisibiliza as relações de poder entre os atores do processo democrático. Mouffe mostra como o compromisso de Habermas com a racionalidade liberal faz com que sua teoria valorize a imparcialidade e o consenso. Para alcançar o consenso, paixões e afetos são deixados de lado e, com eles, importantes relações sociais e de poder. Assim como Young (1987, 2001), Mouffe (2005) considera que esse caráter (imparcialidade e consenso) da teoria da democracia deliberativa se torna excludente por ignorar especificidades sociais e culturais. O elemento do consenso pode significar a anulação do elemento do poder e da disputa do processo deliberativo, e, desse modo, as reivindicações de certos grupos não vêm à tona. De acordo com Mouffe (2005, p. 19):

"Um dos defeitos da abordagem deliberativa é que, ao postular a disponibilidade de uma esfera pública em que o poder teria sido eliminado e onde um consenso racional poderia ser produzido, este modelo de política democrática é incapaz de reconhecer a dimensão do antagonismo e seu caráter inerradicável, que decorre do pluralismo de valores. Eis o motivo por que esse modelo está fadado a menosprezar a especificidade do político, vislumbrado assim como um domínio particular da moralidade."



Para remediar essa carência, segundo Mouffe (2005), é preciso que se pense um modelo de democracia que seja capaz de apreender o político, inscrevendo no processo democrático os elementos do poder e do antagonismo. Para ela, as relações de poder são essenciais ao âmbito social, assim, "a questão principal para a política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder mais compatíveis com valores democráticos" (MOUFFE, 2005, p. 19).

Assim, Mouffe (2005) propõe uma alternativa tanto ao modelo agregativo da democracia quanto ao modelo deliberativo, que ela chama de "pluralismo agonístico". Para entender a sua formulação de democracia é preciso ter em mente a distinção que ela faz entre "política" e "o político". Segundo Mouffe (2005 p. 20):

"Por 'o político' refiro-me à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais. A 'política', por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do 'político'."

Para a autora (MOUFFE, 2005), a dimensão "do político" está inerentemente permeada pelo conflito de interesse entre os grupos. Ela argumenta que a "política" precisa buscar a configuração de unidade em um contexto de conflitos e diversidade marcado pela oposição de um "nós" em relação a um "eles" (conflito entre os grupos), e que a política democrática não deve buscar a superação dessa oposição (através do consenso), mas sim estabelecê-la de um modo que seja compatível com os princípios democráticos. O argumento do pluralismo agonístico busca construir uma teoria democrática em que o "eles" não seja visto como um inimigo a ser eliminado do processo político, mas sim "como adversários, ou seja, pessoas cujas idéias sejam combatidas, mas cujo direito de defender tais idéias não seja colocado em questão" (MOUFFE, 2005, p. 20).

Segundo Mouffe (2005), a negação por parte de Habermas do conflito e das paixões sustentaria um modelo de democracia baseado na racionalidade e na ausência das relações de poder. No modelo agonístico de democracia, diferentemente do modelo deliberativo, os afetos e paixões não são colocados de lado em prol da racionalidade e do consenso, mas sim passam a servir aos propósitos democráticos (MOUFFE, 2005).

Considerações Finais

Esse ensaio tentou levantar, através das críticas feitas à Habermas, um aspecto ambíguo da democracia, a saber, a forma como a participação de todos/as cidadãos/ãs é garantida formalmente e, na prática, são apresentados diversos limites à inclusão de diferentes atores. Um exemplo disso está relacionado com a questão de gênero levantada pelo feminismo. Como é possível questionar e problematizar as questões de gênero em um modelo de democracia em que a legitimidade está baseada na abertura a diferentes tipos de justificativas através do processo de deliberação? Qual o lugar ocupado pelas mulheres em um modelo de democracia que privilegia a racionalidade concebida sob os moldes masculinos? As críticas feitas por Fraser, Young e Mouffe ao pensamento de Habermas apontam no sentido de que ele omite certos fatos em sua teoria que, se não forem explicitados, reproduzem e legitimam inúmeras relações de desigualdade e opressão de certas camadas da sociedade.

Entretanto, não considero que essas críticas impossibilitem a aplicação do modelo deliberativo, mas considero que esse modelo necessita de relevantes transformações para sua efetivação. Avalio que a questão levantada por essas críticas seria qual a melhor forma de se garantir a participação efetiva dos/as cidadãos/ãs nos processos de deliberação sem que ela seja limitada pelos pressupostos básicos dos procedimentos deliberativos. Pensar um modelo de política deliberativa a partir da concepção das autoras o tornaria de fato um ambiente plural e democrático.

Submetido em abril de 2010

Aprovado em agosto de 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRASER, Nancy. (1987) "O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero", in BENHABIB, S.; CORNELL, D (orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. (2007), "O que significa democracia deliberativa." *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC*, 1: 17-78.
- HABERMAS, Jürgen. (1994), *Teoria de la accion comunicativa: complementos y estudios previos*. 2ª edição. Madrid, Catedra.
- HABERMAS, Jürgen. (2003), *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Volume 2. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, Jürgen. (2004), *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 2ª Edição. São Paulo, Edições Loyola.
- KRISTEVA, Julia. (1984), *Revolution in Poetic Language*. New York, Columbia University Press.
- MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. (2010), "Democracia, Instituições e a Articulação de Categorias Sociais", in MAYORGA, Claudia (org.). *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio sobre a democratização da universidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- MOUFFE, Chantal. (2005), "Por um modelo agonístico de democracia". *Revista de Sociologia e Política*, 13, 25: 11-23.
- OKIN, Susan Moller. (2008), "Gênero, o público e o privado". *Revista Estudos Feministas*, vol.16 no. 2 .
- YOUNG, Iris Marion. (2001), "Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa", in SOUZA, J. (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília, Editora UnB.
- YOUNG, Iris Marion. , (1987) "A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política", in BENHABIB, S.; CORNELL, D (orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade*, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.

Entrevista Yannick Barthe:

por Luísa Reis de Castro

Yannick Barthe possui doutorado em Sociologia pela École des Mines de Paris. Desde 2001 trabalha no Centre national de recherche scientifique (CNRS). É pesquisador do Centre de sociologie de l'innovation (CSI) na École des Mines de Paris, onde também está envolvido em atividades de ensino.

Sua principal área de pesquisa inclui controvérsias tecnológicas, políticas públicas em risco, participação pública em áreas científicas e tecnológicas, expertise científica. Ele estudou a história das políticas públicas sobre lixo nuclear na França e a regulação pública sobre o assunto. Atualmente, pesquisa a mobilização dos veteranos dos testes nucleares franceses e o tratamento público em relação a riscos do passado¹.

Luísa: Para começarmos, o senhor poderia falar um pouco da sua trajetória, por que e quando o senhor decidiu estudar ciência e tecnologia, e mais especificamente dejetos nucleares, seus projetos atuais e futuros.

Barthe: Na verdade, eu venho de outra área. Eu venho da ciência política. Meu primeiro trabalho foi em análise de políticas públicas e foi dessa maneira que eu acabei estudando política (*policy*) da tecnologia. O evento chave foi a lei *Battaille*, a *loi Battaille*², que foi uma lei sobre dejetos nucleares. Essa lei era muito interessante para análise, pois foi a primeira vez que houve uma lei na área de política nuclear na França, uma lei específica sobre o problema da política nuclear. Essa lei era muito original, pois foi a primeira vez que o poder político, mais exatamente o parlamento, entrou no programa de pesquisa. Os membros do parlamento definiram o programa e a avaliação da pesquisa. Eu percebi o quão original era ver isso, e como a lei pode mudar dispositivos técnicos. Isso foi o que aconteceu: os dispositivos técnicos em política nuclear foram modificados completamente apenas com essa lei. Na época eu ainda não tinha certeza se faria meu doutorado nessa questão, mas talvez fosse o caso. Então eu vim aqui e conheci Michel Callon³ e ele também ficou muito interessado nessa lei e foi assim que eu comecei a estudar políticas de dejetos nucleares. Antes do meu doutorado eu não conhecia a área de STS⁴, apenas os artigos do Bruno Latour⁵ e Michel Callon, mas eu não fazia parte da antropologia da ciência e tecnologia. Então esse foi o motivo para que eu fizesse esse estudo sobre dejetos nucleares. Agora todos meus projetos são sobre programas nucleares. Porém, com questões muito diferentes dos dejetos nucleares pois é sobre "veteranos nucleares". Você sabe, devido aos testes nucleares franceses, agora existem os veteranos nucleares que dizem estar doentes porque participaram desses

testes nucleares. Não é sobre o futuro, como em políticas de dejetos nucleares, mas sobre o passado. Você pode observar que com o passado há incertezas assim como com o futuro, pois o principal problema com a mobilização de veteranos é que qualquer um pode associar sua doença com a exposição à radioatividade. Então meu projeto é considerar incerteza em relação ao passado e não mais quanto ao futuro.

Luísa: O livro *Agindo em um Mundo Incerto (Acting in an Uncertain World)*⁶ se tornou conhecido pela proposta de uma democracia técnica (*technical democracy*) e pela noção dos fóruns híbridos. Será que o senhor poderia dizer algumas palavras sobre eles, talvez dizendo como eles aparecem na sua pesquisa sobre lixo nuclear.

Barthe: Primeiro, gostaria de deixar algo claro. Parece haver um mal-entendido com a noção de fóruns híbridos. Para nós, não é um conceito, mas apenas uma maneira de descrever a situação, uma maneira de descrever controvérsias públicas. As pessoas leram o livro e gostaram da noção de fóruns híbridos. Após o livro, nós observamos na França algo como uma epidemia de fórum híbrido. Porém, é apenas uma maneira de descrever a situação criada pela controvérsia pública, uma situação na qual há muitos atores, na qual o debate não se restringe a peritos e na qual nós não sabemos exatamente a identidade dos grupos de interesse. Não é um conceito mas apenas uma ferramenta de descrição. É importante entender isso, pois o ponto principal do livro não são os fóruns híbridos, mas sim, eu diria, o problema de decisão e incerteza. E, na verdade, é estranho, pois o livro ficou conhecido pelo conceito de fórum híbrido e não pela proposta de contestar a noção de risco e propor a noção de incerteza, além de refletir sobre como decidir sob incerteza. Democracia técnica é uma forma de dizer que a democracia

¹ Para mais informações seu site é http://www.csi.en-smp.fr/Perso/Barthe/Site_personnel_de_Yannick_Barthe_Accueil.html (em francês).

² Lei francesa no 91-1381, de 30 de dezembro de 1991, formulada por Christian Battaille, regulava as pesquisas sobre gestão de lixo radioativo.

³ Michel Callon desenvolveu (junto com Bruno Latour, John Law e outros) a teoria do ator-rede. De 1982 até 2006 foi professor da École de mines de Paris e pesquisador no Centre de Sociologie de l'innovation (CSI).

⁴ Science and technology studies: Estudos da ciência e tecnologia.

⁵ Bruno Latour desenvolveu (junto com Callon, John Law e outros) a teoria do ator-rede. De 1982 até 2006 foi professor da École de mines de Paris e pesquisador no Centre de Sociologie de l'innovation (CSI). Hoje em dia é professor na Sciences Po Paris. (site de Bruno Latour: <http://www.bruno-latour.fr/>).

⁶ CALLON, Michel; LAS-COUMES, Pierre; BARTHE, Yannick (2009) *Acting in an Uncertain World: an essay on technical democracy*, tradução Graham Burchell. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.

não para na fronteira da ciência e dos problemas técnicos. Eu penso que uma nova maneira de fazer política é mobilizar as pessoas sobre esse assunto. Talvez podemos observar na França algo como duas arenas, dois tipos de política. A política institucional que lida com problemas e projetos políticos clássicos; e outra política, que lida com esse tipo de assunto, com políticas (policies) de risco. A noção de democracia técnica é uma maneira de mostrar que há uma outra forma de reinventar a política, pois as pessoas debatem assuntos que antes eram tratados exclusivamente por peritos.

Luísa: O senhor poderia falar um pouco mais sobre como seria, então, o processo de tomada de decisões nesse mundo incerto?

Barthe: Nós procuramos mostrar nesse livro que as situações de incerteza necessitam modificar a noção tradicional de decisão política. A concepção tradicional, a de "decisão definitiva" (*clear-cut decision*), parece muito pouco adequada a essas situações que podem gerar danos irreversíveis. É preciso, então, imaginar decisões reversíveis, decisões que sempre podem ser revisadas em função de novas informações científicas. E são as formas que essas decisões reversíveis podem tomar, de acordo com os diferentes domínios, que é um aspecto interessante de ser analisado.

Luísa: No começo do livro *Agindo num mundo incerto* vocês distinguem a noção de risco da noção de incerteza. O senhor poderia comentar um pouco sobre essas noções e também comparar seu trabalho com o de Ulrich Beck⁷.

Barthe: Nós acreditamos que risco e incerteza são duas coisas diferentes e Beck lidou como se risco⁸ e incerteza fossem a mesma coisa. A noção de risco é uma noção econômica, e em economia há uma distinção entre situação de risco e situação de incerteza. Qual a diferença entre esses dois tipos de situação? No primeiro você tem a possibilidade de definir os futuros estados de mundo (*states of world*) e calcular as probabilidades sobre esses diferentes estados de mundo, esses diferentes futuros. Quando você não pode definir quais seriam os diferentes estados de mundo, *le monde future*, e não pode interferir nas probabilidades para esse mundo, isto é incerteza. A distinção é muito importante porque a noção de risco é uma forma de lidar com a incerteza. Em muitos debates públicos, em discussões acerca de problemas de risco, muitas pessoas fazem como se estivessem lidando com risco e não com incerteza. O problema é muito diferente. Por que não estamos mais numa sociedade de risco? Beck disse que entramos numa sociedade de risco, mas o problema é justamente que não estamos mais numa sociedade de risco. Seria mais fácil se estivessemos, porque com a noção de risco você pode calcular os diferentes estados de mundo e escolher entre eles, mas numa situação de incerteza você não pode fazer isso. Então, o procedimento político tem que ser um pouco diferente. Não é mais uma questão ape-

nas de ciência, não é mais apenas uma questão de calcular dispositivos. É uma outra forma de lidar com esse tipo de situação. Você entende a diferença?⁹

Luísa: Eu fico um pouco confusa com essa distinção quando o senhor fala de risco coletivo. Quando vocês distinguem risco de incerteza, o que vocês fazem no *Agindo num mundo incerto*, eu entendo, mas em outros trabalhos o senhor introduz a idéia de risco coletivo¹⁰...

Barthe: Na verdade, o que é muito difícil com a noção de risco é que ela é duas coisas ao mesmo tempo. Risco, na língua corrente, é uma palavra que podemos usar para rotular um tipo de problema. Nesse sentido estaria o risco coletivo porque podemos definir quais pessoas seriam afetadas por esse risco. Porém, tecnicamente é muito diferente. Então ficamos um pouco desconfortáveis com essa linguagem, pois uso a palavra risco, mas sei que tecnicamente não é risco, mas sim incerteza. É muito difícil porque você tem uma certa irreversibilidade da linguagem. Todo mundo fala de risco, se você quer falar com eles você também tem que falar sobre risco, mas na verdade você sabe que é incerteza e não é risco.

Luísa: Outra pergunta. Frank Aggeri, comentando o livro *Agindo num mundo incerto*, destacou alguns pontos em relação a expertise, à propos de l'expertise, questionando que talvez, ao tentar evitar a discussão sobre expertise, vocês podem ter reforçado a divisão entre peritos e leigos. Eu sei que vocês escreveram uma resposta¹¹, mas será que o senhor poderia comentar essa questão? E também comparar com outras linhas de pesquisa que também trabalham com a questão da expertise.

Barthe: Você tem que entender que o livro foi escrito em um contexto específico. No começo da década, toda a discussão sociológica acerca desses assuntos era sobre expertise. Nossa meta no livro foi destacar o fato que esse não era o problema principal. O problema é que expertise é sempre uma enquadramento (*frame*), uma maneira de enquadrar (*framing*) a questão. E é sempre uma maneira de não abrir a discussão para os diferentes estados de mundo. Os peritos nesses casos vão discutir sobre a probabilidade dos diferentes estados de mundo, e não a definição dos diferentes estados de mundo. O ponto de partida da expertise é a situação em que diferentes estados de mundo são definidos. A situação na qual estamos interessados não é essa, porque o principal problema nas controvérsias públicas é definir os estados de mundo e quem irá definir esses estados de mundo. Por isso ficamos distantes de expertise. O que almejamos não é reduzir o debate do problema de expertise e contra-expertise.

Luísa: Eu percebo como possível a emergência de grupos de interesse que querem se envolver e ter uma voz, como nos exemplos clássicos dos fazendeiro em que a pesquisa definiria a identidade de suas ovelhas e fazendas¹², ou os

7 Ulrich Beck é um sociólogo alemão conhecido, principalmente, por desenvolver os conceitos de sociedade de risco e modernização reflexiva: BECK, Ulrich (2009) *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: Sage; e BECK, Ulrich; GIDENS, Anthony; LASH, Scott (1997) *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora da Unesp.

8 Os novos riscos são definidos por Ulrich Beck como diferentes daqueles ligados a acidentes de trabalhos e outros existentes no início da modernização. Agora não se restringem mais a certo local ou a apenas um grupo específico de pessoas e em geral são difíceis de serem contidos. O que ele chama de perigos globais (*global hazards*) não respeitam fronteiras nacionais e nem distinções de classes (BECK 2009 : 13). Se antigamente os riscos podiam ser percebidos pelos sentidos, tornam-se agora ameaças invisíveis, escondidos em números de fórmulas químicas e físicas (*ibid* : 21). Não obstante, Bruno Latour (2003, *Is Re-modernization Occurring – And If So, How to Prove It? : A Commentary on Ulrich Beck*) nos lembra que não devemos interpretar essas idéias como se hoje em dia as pessoas vivessem de forma mais perigosa ou arriscada, ou que as pessoas agora são mais 'cientistas' ou 'conscientes' (: 36). O que mudou foi que agora há uma maior conscientização de que domínio (*mastery*) é impossível e controle sobre as ações é visto como uma completa ficção modernista (*ibid*).

9 Em seu artigo "Les qualités politiques des technologies. Réversibilité et irréversibilité dans la gestion des déchets nucléaires" Yannick Barthe explica que "passar de incerteza para risco supõe [...] dois tipos de operação: de uma parte, definir e parar a lista de mundos possíveis e, de outra parte, calcular sua probabilidade de ocorrência. Quando a questão de risco é evocada, fixamos geralmente no segundo tipo de operação, o cálculo de probabilidades, enquanto o primeiro tipo de operação é muito mais pesado de consequências: trata-se na verdade de um enquadramento [*cadrage*] particularmente vigoroso uma vez que conduz a fechar a lista de mundos possíveis ao proveito de estados de mundo conhecidos e pertinentes do ponto de vista do cálculo de probabilidades, isso em detrimento de mundos possíveis ainda desconhecidos, indefinidos porque não se imagina ou inimagináveis, assim como os mundos possíveis imagináveis mas rebeldes [*rétifs*] ao cálculo". (BARTHE 2009 : 6).

10 LEMIEUX Cyril, BARTHE Yannick (1998) "Les risques collectifs sous le regard des sciences du politique. Nouveaux chantiers, vieilles questions", *Politix*, n°44, p. 7-28; BARTHE, Yannick; GILBERT, Claude (2005) "Impuretés et compromis de l'expertise, une difficile reconnaissance. À propos des risques collectifs et des situations d'incertitude", in Dumoulin, LaBranche, Robert, Warin (dir.), *Le recours aux experts. Raisons et usages*

politiques, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, p. 43-62.

11 BARTHE Yannick, CAL-LON Michel, LASCOUMES Pierre (2002), "Réponse à Franck Aggeri (à propos du livre *Agir dans un monde incertain*)", *Annales des mines - Gérer et comprendre*, n°68, p. 61-65.

12 WYNNE, Brian (1989) *Sheep Farming after Chernobyl: a Case Study in Communicating Scientific Information*, *Environment*, vol.31, 2: 11-38.

13 BARTHE Yannick (2006) *Le pouvoir d'indécision. La mise en politique des déchets nucléaires*, Paris, Economica, coll. "Etudes politiques".

14 CSI: Centre de Sociologie de l'Innovation - Centro de Sociologia da Inovação. É um centro de pesquisa criado em 1967 da École de Minas de Paris, França.

15 Mobilization profanes é um conceito utilizado para descrever mobilizações realizadas por não-especialistas. (AKRICH, Madeleine; BARTHE Yannick; RÉMY Catherine (ed.) (2010), *Sur la piste environnementale: Menaces sanitaires et mobilisations profanes*, Paris, Presses des mines.

16 ANT: Actor-Network Theory - Teoria do Ator-Rede.

17 LATOUR, Bruno (2004) *Politics of Nature: How to Bring the Sciences Into Democracy*. Cambridge: Harvard University Press; LATOUR, Bruno (2004) *Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc.

18 SLOVIC, Paul (2000) *The Perception of Risk*. Earthscan, Virginia.

viticulturalistas em que a decisão de enterrar lixo tóxico transformaria o modo como seu vinho era visto e consumido¹³. No entanto, como lidar com os casos onde nenhum grupo de interesse emerge, especialmente nos casos que vocês definem como 'radicais', nos quais a incerteza apenas pode ser percebida a posteriori.

Barthe: É uma questão clássica. E eu não sei a resposta. O fato é que nesse livro não estávamos interessados em saber de onde os grupos de interesses estavam vindo. Não era uma sociologia da mobilização. Então, muitas pessoas falaram "está bem, mas o ponto de vocês é começar a análise quando há grupos de interesses". Eu não posso responder a essa pergunta, mas é uma questão muito boa. Porém, por exemplo, no caso que estudo agora, de veteranos nucleares, esse tipo de problema me interessa. A situação antes era que esse grupo não existia, era um grupo invisível. Foi apenas nos últimos três, quatro anos que esse grupo começou a existir. Há muitos instrumentos para tal. Você pode ter instrumentos científicos, como estudos epidemiológicos, por exemplo, mas você também pode ter outro tipo de instrumento que é a mobilização política, através da internet, por exemplo. Esse projeto é para estudar os diversos tipos de instrumentos que tornam grupos visíveis, que interessa esse grupo que antes não interessava. Não é um problema, se não há grupos de interesse, então você não tem debate. Se você olha para o lixo nuclear na França, por exemplo, a discussão não é sobre o lixo atual mas sobre o lixo futuro. Seria muito difícil fazer qualquer outra coisa com o lixo atual que não enterrá-lo em depósitos subterrâneos. Para ter uma discussão nesse tipo de assunto, você precisa de grupos de interesse que estão dispostos a entrar na caixa-preta. Se você não tem isso, você não pode fazer nada. Mas há muitas discussões desse tipo agora, e atualmente esse tipo de debate é mais visível que no passado. É realmente uma questão: por que certos assuntos são muito visíveis, como agora na França os celulares e seus efeitos, e em outros assuntos nos quais sabemos haver algum risco, não são tão visíveis?

Luísa: Em sua opinião, o que a equipe que trabalha no CSI¹⁴ tem em comum? Quais conquistas você acha que a equipe do CSI alcançou?

Barthe: Eu diria que há dois grandes momentos na história do CSI: primeiro, o estudo da ciência e das controvérsias sóciotécnicas nos anos 1980-1990, no plano teórico com a invenção da ANT e dos trabalhos mundialmente célebres de Michel Callon e Bruno Latour. A partir dos anos 2000, entramos em um outro período no CSI. Os temas são mais variados: a política, o direito, a medicina, o mercado etc. E os trabalhos do CSI, como alhures, têm sido cada vez mais dedicados às controvérsias públicas sobre as questões científicas e técnicas, abordando o tema das mobilizações "profanas" (*mobilizations "profanes"*)¹⁵, das democracias técnicas, das associações de doentes etc. Hoje em dia, nós sem dúvida entramos em um novo período, mais

incerto no plano teórico. Ao mesmo tempo em que nos beneficiamos com as aquisições teóricas, nos parece necessário investir em novos objetos, avançar novas noções.

Luísa: Como o senhor acha que suas particularidades contribuem para o quadro geral no CSI?

Barthe: Eu não sou um "produto puro" do CSI, pois meu trabalho é, em certos aspectos, mais clássico e não ANT¹⁶. Michel Callon foi meu orientador e, como venho da ciência política, eu tentei interessá-lo em assuntos políticos, como a decisão. Então, por exemplo, recentemente nós escrevemos um artigo sobre reversibilidade e decisão. Talvez seja porque eu venho da ciência política e estava interessado em política públicas e no problema de tomada de decisões. Talvez minha contribuição foi encorajar meus colegas a trabalhar nisso.

Luísa: Como o senhor compara o livro *Agindo num mundo incerto* com o livro do Bruno Latour *Políticas da Natureza*, que foi publicado mais ou menos na mesma época?

Barthe: Bruno disse que o *Políticas da Natureza*¹⁷ era a constituição e o *Agindo* o legislativo (*law making*). Porém, eles não têm exatamente o mesmo propósito. Eu acho que o livro do Bruno é mais filosófico que o nosso. O nosso livro é bem baseado em exemplos concretos, não é um livro filosófico.

Luísa: O senhor poderia dizer qual a influência das ciências sociais antes e hoje em dia nas controvérsias públicas, bem como qual deveria ser o papel dos cientistas sociais, especialmente aqueles que estudam ciência e tecnologia.

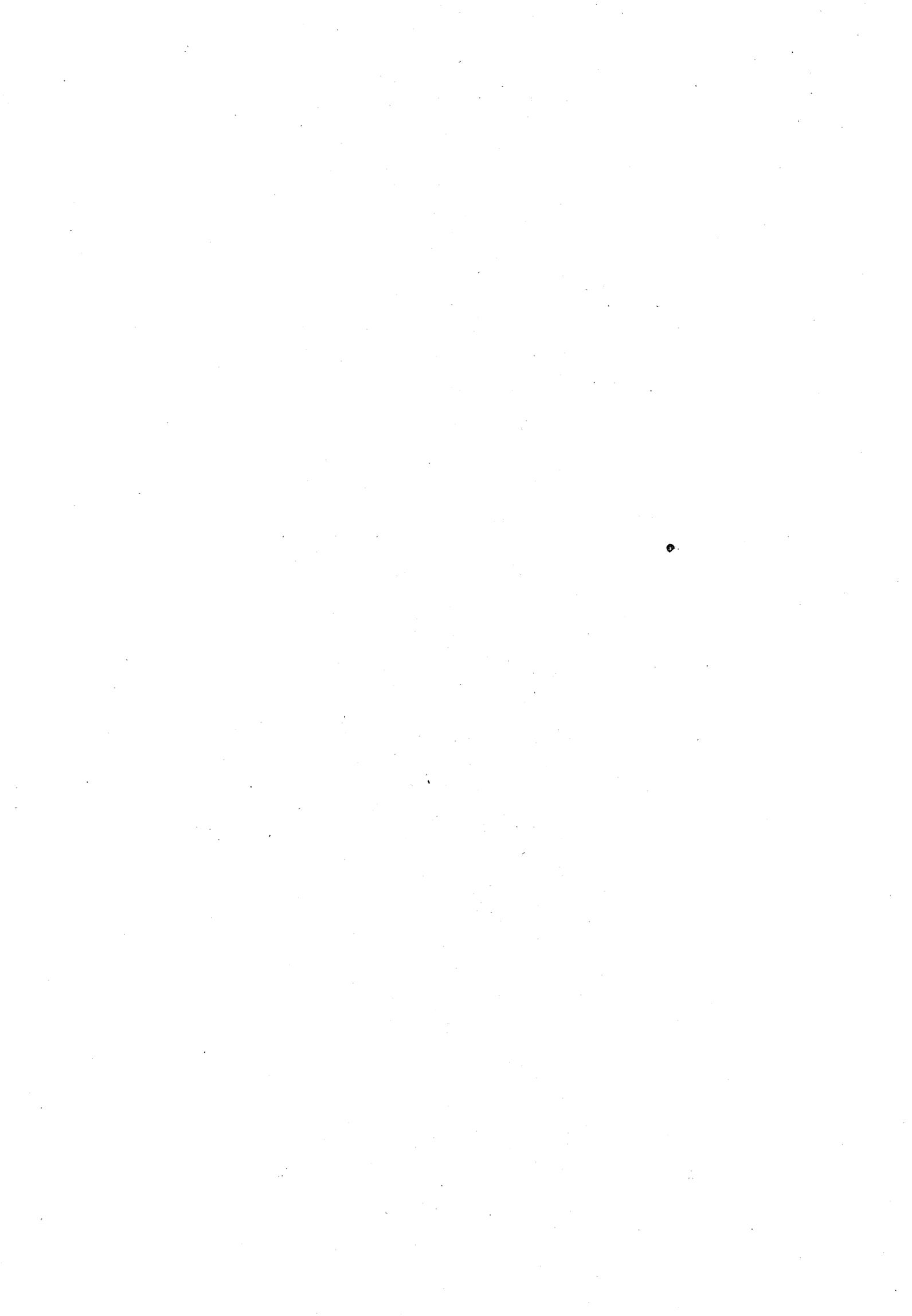
Barthe: O problema da implicação das ciências sociais neste tipo de assunto ainda é o mesmo. Se você participa em uma expertise, por exemplo, você tem dois tipos de cientista social. O primeiro quer falar sobre o público, a população. Então há as enquetes, o que as pessoas querem, o que as pessoas precisam... Essa é uma tradição antiga nas ciências sociais, estudos psicológicos, psico-análises, etc. Paul Slovic, por exemplo, trabalha com análises de *percepção de risco*¹⁸. Esse tipo de ciências sociais está no ponto contrário do CSI, o que o CSI fez durante estes últimos 20 anos, pois eles fazem uma grande separação entre o social e a ciência. Esses cientistas sociais estão interessados no social, e o social são as pessoas. Então, eles falam pelas pessoas, mas as pessoas não falam. A maneira na qual cientistas sociais podem desempenhar um outro papel nesse tipo de expertise, por exemplo, é apenas fazer um trabalho reflexivo. Por exemplo, quando cientistas dizem que a ciência mostra que celulares não tem efeitos perigosos. Você pode dizer que não é tão simples assim, porque há incertezas, você tem que mostrar as incertezas. O objetivo não é falar pelas pessoas, mas participar a fim de fazer as incertezas visíveis. E se as incerte-

zas estão visíveis, então pessoas de fora podem participar do debate. Há dois tipos de ciências sociais, porém há uma grande quantidade de cientistas sociais que são do primeiro tipo e você não pode fazer nada a respeito. Nós escrevemos livros, artigos, *papers* para dizer, por

exemplo, que o simples fato de fazer um estudo na percepção do risco é uma maneira de fazer política. Diz-se que é apenas percepção. Não se pode dizer isso. Mas é sempre a mesma coisa, há sempre estudos sobre mesma coisa, percepção de risco. É um pouco desencorajador...

Nominata

Alexandre Cardoso – UFMG
Alinne de Lima Bonetti - UFBA
Alonso Bezerra de Carvalho – UNESP
Amélia Siegel Correa – USP
Ana Beatriz Vianna Mendes – UFMG
Andréa Lopes da Costa Vieira – UERJ
Andrea Osorio – UFF
Andreia dos Santos - PUC/MG
Camila de Caux – UFRJ
Carla Cecília Rodrigues Almeida – UEM
Carlos Alberto de Vasconcelos Rocha - PUC/MG
Carlos Roberto Winckler – FUCS
Cleber Ori Cuti Martins – UFFS
Eduardo Vicente Gonçalves - IN/SITUM
Elisângela da Silva Santos – UNESP
Elsio Lenardao – UEL
Enio Passiani – FACAMP
Fábio Borges – UNAERP
Fernando de Barros Filgueiras – UFMG
Flavia Ferreira Pires – UFPB
Helio Ricardo do Couto Alves – UFRGS
Helton Machado Adverse – UFMG
Jandir Pauli – UFRGS
José Márcio Barros – UEMG
Jussara Reis Prá – UFRGS
Karine Pereira Goss – IFSC
Lilia Goncalves Magalhaes Tavoraro – UFU
Liliane Brum Ribeiro – OPAS
Lisabete Coradini – UFRN
Lorena Almeida Gill – UFPEL
Lucas Rodrigues Azambuja – USP
Lúcia Müller – UnB
Luis Felipe Miguel – UNB
Manoel de Almeida Neto – PUC- MINAS
Marcel de Lima Santos – UFMG
Maria Catarina Chitolina Zanin – UFSM
Maria Cristina Caminha de Castilhos França – IFRS
Maria Helena Weber – UFRGS
Maria Salete de Souza Nery – UFRB
Maria Teresa Gonzaga Alves – UFMG
Maria Thereza Rosa Ribeiro – UFPEL
Maro Lara Martins – IUPERJ
Matilde de Souza - PUC/MG
Mauro Koury – UFPB
Miguel Alfredo Carid Naveira – UFPR
Noëlle Marie Paule Lechat – UNISINOS
Paulo César Miguez de Oliveira – UFBA
Paulo Henrique Furtado de Araujo – UFF
Raphael Cezar da Silva Neves – USJT
Raquel Kraitsch – UEL
Ricardo Mendonça – UFMG
Rita de Cássia Alves Oliveira - PUC/SP
Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos – UFPI
Ronaldo de Noronha – UFMG
Rosi Marques Machado - PUC/RJ
Sabrina Sedlmayer – UFMG
Sandra Portella Montardo – FEEVALE
Selma Baptista – UFPR
Sheylla Maria Mendes – FIP
Stelio Alessandro Marras – USP
Tânia Quintaneiro – UFMG
Tatiana Savoia Landini – UNIFESP
Thiago Moreira de Souza Rodrigues – UFF
Uipirangi Franklin da Silva Câmara – FTBP
Vera Alice Cardoso – UFMG
Viviane Vedana – UFRGS



Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS ... PONTOS:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A Revista Três [...] Pontos recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

§ Contato: revistatrespontos@fafich.ufmg.br

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 4 mil palavras e no máximo 8 mil.

1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.

1.5. Os livros resenhados deverão ser obras relevantes para a área de Ciências Sociais. Em poucas palavras, recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados

1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

Normas e orientação para formatação de artigos

1. **Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).

1.2. **Margens (todas):** 2,5 cm.

1.3. **Alinhamento:** justificado.

1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.

1.5. **Grifos:**

1.5.1. **Aspas (“ ”):** apenas para metáforas, transcrições e citações.

1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.

1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.

1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. **Estrutura do artigo:** o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.

2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(is) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.

2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de 5 linhas. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.

2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).

2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.

2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.

2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. **Citação de autores no texto:**

1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "et al." em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL et al. (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL et al., 1965)";

1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica'[...]"

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB -estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. **Ênfase em trechos da citação:** indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.

2.4. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

2.5. **Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da Revista Três [...] Pontos. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. **Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. **Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. **Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

2.5.4. **Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. **Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso / PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.